

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**MONTES CLAROS E O NORTE DE MINAS  
NA REDE URBANA DO CENTRO-SUL:  
FÁBULAS E METÁFORAS DO  
DESENVOLVIMENTO**

Augusto José Querino

Montes Claros  
2006

Querino, Augusto José.

V658e Montes Claros e o Norte de Minas na rede urbana do centro-sul: fábulas e metáforas do desenvolvimento / Augusto José Querino. – 2006.  
211 f.

Bibliografia: f. 201-211.

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

Orientador Prof Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos, Unimontes.

1. Desenvolvimento social – Transformações culturais. 2. Teoria e história do desenvolvimento. 3. Rede urbana – Urbanização. 4. Urbanização. 5. Montes Claros - Norte de Minas Gerais – Desenvolvimento – História I. Santos, Gilmar Ribeiro dos. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

CDD 303.448151

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**MONTES CLAROS E O NORTE DE MINAS  
NA REDE URBANA DO CENTRO-SUL:  
FÁBULAS E METÁFORAS DO  
DESENVOLVIMENTO**

Augusto José Querino

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora constituída, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006, pelos professores:

---

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos (Unimontes) – orientador

---

Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza (UFMG) – convidado

---

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso (Unimontes) – professor do PPGDS

Montes Claros

2006

Mas sei que foi assim e sempre será.  
O novo vem; o velho tem que parar...  
O progresso cobriu a poeira da estrada.  
E esse tudo que é o meu nada.  
Hoje tenho que acatar e chorar.  
Mas mesmo vendo gente e carros passando,  
Os meus olhos estão enxergando  
Uma boiada a passar.

Ali, passava boi  
Passava boiada  
Tinha uma palmeira  
Na Beira da estrada  
Onde foi cravado muito coração

Dedico este trabalho à Neuza – minha esposa – ; aos meus filhos – Emanuel e Pedro – ; aos meus pais – Renato e Nilda – ; aos meus irmãos – Joana D’Arc, Renato Campos, Celso Luiz (*in memorian*), Nilson e Gerson – ; aos Meus sobrinhos – Maria Luiza, João Vítor e Gabriel – ; à Harmony – minha afilhada – e a todos os norte-mineiros espalhados por este sertão que, apesar de tudo, guarda em si uma cultura grande demais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao pessoal da Secretaria Municipal de Educação, pela força e incentivo que me deram nos momentos mais difíceis, que não foram poucos, no curso da elaboração deste trabalho. Pelo mesmo motivo, agradeço aos meus colegas estudantes do PPGDS-Unimontes, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo que isto pudesse lhes causar algum prejuízo.

Devo lembrar também de professores como Antônio Dimas Cardoso; Simone Narciso Lessa; Luiz Antônio de Matos Macêdo e outros que, a despeito de suas atividades, nunca se negaram a algum tipo de ajuda quando solicitados. Não posso esquecer da família Paula, especialmente Virgílio de Paula, que, mesmo em tratamento médico, me franqueou a biblioteca da família e me concedeu depoimentos valiosos sobre a História de Montes Claros. Nem dos meus amigos: Marcelo Vasconcelos; José Higino Dias; Mírian Maciel; Cássio Ramos; Otto e Clarinha, que, de uma forma ou de outra, sempre me prestaram algum tipo de apoio. Agradeço ao meu orientador, o professor Gilmar Ribeiro dos Santos, pelas sugestões e freios que me impôs quando o entusiasmo me levava além do necessário.

Enfim, agradeço a todos com quem convivi durante a elaboração desta dissertação, por terem suportado, muitas vezes em momentos e lugares inadequados, minhas interpelações, sempre relativas a minha pesquisa, o que, para muitos deles, era uma chatice.

A todos, muito obrigado. Chego ao fim (parcial) deste trabalho e me sinto eufórico por isto, o que não seria possível sem o apoio de todos que citei. Desculpem-me aqueles de que me esqueci, mas considerem-se também como de suma importância.

Obrigado a todos.

## SUMÁRIO

Sumário Pictórico .....	8
Tabelas .....	8
Resumo .....	9
Abstract .....	10
<b>Introdução</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – Desenvolvimento, uma estratégia do capital: um breve histórico e uma crítica do conceito</b> .....	20
Desenvolvimento: um breve histórico .....	21
O Pós-Guerra e a nova visão do desenvolvimento .....	26
A dinâmica do conceito .....	31
<b>CAPÍTULO 2 – O desenvolvimento no Brasil</b> .....	40
A crise do capitalismo liberal e uma nova visão do desenvolvimento: o Estado entra em cena .....	46
O Regime Militar e o modelo dependente de desenvolvimento .....	53
<b>CAPÍTULO 3 – A importância das representações sociais</b> .....	57
Durkheim: representações coletivas e a origem das representações sociais .....	57
A reformulação do conceito .....	61
os limites do conceito em Moscovici e a importância da análise do discurso .....	67
<b>CAPÍTULO 4 – O discurso dos objetos técnicos e do sistema de objetos</b> .....	68
<b>CAPÍTULO 5 – O isolamento e a representação da não-civilização</b> .....	82
O sertão desconectado e suas lógicas diferenciadas .....	86
A intenção integradora e a conexão: os sonhos de progresso .....	101
Os olhos da civilização se voltam para os sertões .....	109
A rede urbana sertaneja: do isolamento à conexão .....	113
As cidades do sertão norte-mineiro .....	134
Outras vilas e cidades do sertão norte-mineiro no século 19 .....	139
Os Bairros Rurais .....	143
<b>CAPÍTULO 6 – A integração do Norte de Minas torna-se um imperativo</b> .....	145
Montes Claros na rede urbana do sudeste .....	155
A ferrovia chega em Montes Claros .....	159

O sertão nos “trilhos do progresso”: a desestruturação/reestruturação do espaço .....	163
O efeito JK .....	175
A festa do centenário: a forja de uma nova identidade .....	177
O Plano Diretor de 1969 e o desenvolvimento como obrigação .....	189
<b>CONCLUSÃO</b> .....	199
<b>FONTES DE PESQUISA</b> .....	202
<b>WEBSITES CONSULTADOS</b> .....	203
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	204

## SUMÁRIO PICTÓRICO

Figura 1 – O Norte de Minas Gerais: delimitação espacial 1 .....	108
Figura 2 – O Norte de Minas Gerais: delimitação espacial 2 .....	108
Figura 3 – Rede dendrítica de centros .....	115
Figura 4 – As conexões comerciais do Norte de Minas durante o século 19 .....	117
Figura 5 – O caminho geral do sertão .....	118
Figura 6 – Representação esquemática dos mercados periódicos .....	132
Figura 7 – Planta do núcleo central de Montes Claros no século 19 .....	135
Figura 8 – Formigas no circuito comercial: as origens de uma centralidade regional .....	138
Figura 9 – A rede urbana com dois circuitos da economia .....	148
Figura 10 – Estrada de Ferro Central do Brasil .....	158
Figura 11 – O Mercado Municipal de Montes Claros em 1937 .....	170
Figura 12 – Bruacas e bruaqueiros .....	170

## TABELAS

Tabela 1 – Spix e Martius: tabela de importação 1 .....	121
Tabela 2 – Spix e Martius: tabela de importação 2 .....	121
Tabela 3 – Spix e Martius: tabela de exportação 1 .....	122
Tabela 4 – Spix e Martius: tabela de importação 2 .....	122
Tabela 5 – Características dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos ..	148



## Resumo

Esta dissertação está pautada por uma análise crítica do conceito de desenvolvimento e parte da tese de que ele tem sido, em primeira instância, uma estratégia de expansão e dominação do capital e, em segunda, um fator que procede dos constructos sociais, econômicos, políticos e culturais hegemônicos na civilização ocidental européia de base racional-iluminista. Entendemos, aqui, que a expansão do capital e da civilização ocidental, sob o discurso do desenvolvimento, se reveste de uma roupagem que projeta a imagem do moderno, do progresso, da eficiência e da capacidade para melhorar as condições de vida de todos os povos. Contudo, observamos o desenvolvimento como um agente desestruturador / reestruturador. Ele flui pelas artérias das redes urbanas por onde circula uma lógica e um conjunto de objetos técnicos que carregam em sua bagagem o discurso do progresso. Representados como mais eficientes, os objetos técnicos assumem o lugar dos saberes locais, que passam a ser representados como subdesenvolvidos. Esse fenômeno, no Norte de Minas Gerais e, em especial, na cidade de Montes Claros, será impulsionado, principalmente, após a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1926, fato que acreditamos ter efetivado uma conexão mais permanente e regular da região com a rede urbana do Centro-Sul. Tal conexão trouxe para a região as lógicas do Ocidente europeu e os objetos técnicos que, cada vez mais presentes no espaço norte-mineiro, levaram à visão do desenvolvimento como obrigação. Na região, as lógicas e o conhecimento local passaram, a partir daí, a ser representados como símbolos de atraso e de não-civilização. Isso faz com que as ações das lideranças políticas regionais passem a orbitar em torno da busca daqueles objetos e dos equipamentos que simbolizam o desenvolvimento. Assim, o *layout* espacial no Norte de Minas, tomando como referência, neste estudo, a cidade de Montes Claros, será transformado para representar o moderno e o desenvolvido o que contribuirá para a acomodação e presença, cada vez maior e predominante no espaço, dos objetos técnicos e dos equipamentos urbanos. Presença esta que, por si só, dirá se a cidade é desenvolvida ou não.

## **Abstract**

This dissertation, in general lines, is based on a critical analysis of the development concept and begin with the thesis that it has been, in first instance, a strategy of expansion and dominance of the capital and in second instance a phenomenon coming from the social, economical, political and cultural concepts hegemonic in Western-European civilization that has a rational-iluminist basis. We understood therefore, that the expansion of the capital and Western civilization, under the speech of the development, is covered with an apparel that projects the image of the Western scientific rationality and of the market relations as the roads to improve the living situation of the all people. However, what we observe is the development acting as a destruct/restruct agent that flows for the arteries of the urban network circulating the logic and a set of technical objects that carry in itself the speech of the progress. Assumed as more efficient, the technical objects relegate to the forgetfulness the logics, the techniques, the knowledge and the material and immaterial reproduction forms of life in the places that receive the development, what gives to such places the representation of the delay and of the no-civilization or of the underdevelopment. This phenomenon, in the North of Minas Gerais and, especially, in the city of Montes Claros, will be impelled, mainly after the arrival of the railroad (Estrada de Ferro Central do Brasil) in 1926. Fact that we believed to have executed a more permanent and regular connection of this area with the urban network of the Center-south allowing the entrance of the logics from the Western-Europe and of the technical objects that, more and more presents in the north of Minas Gerais space, will take to the vision of the development as an obligation. Then the logics and the local knowledge will be represented as symbols of delay and of no-civilization. That will take measures form the regional political leadership to prioritize the search of those objects and of the equipments of progress. Therefore, the spacial layout, in the North of Minas Gerais will be transformed to represent the modern and developed to accommodate the presence, even greater and spatially predominant, of the technical objects and of the urban equipments. This presence, by itself, will say if the city is developed or not.

## Introdução

Partindo de observações empíricas e do estudo de bibliografias pertinentes à questão central que estamos discutindo nesta dissertação – o desenvolvimento – deparamo-nos com alguns fenômenos que, em relação a ele, têm nos chamado a atenção. Ao procurar estudá-los, encontramos proposições que confirmaram a maior parte de nossas observações e, entre elas, destacamos a do seu caráter desestruturante / reestruturante. No nosso entendimento, esse caráter decorre do fato da visão hegemônica de desenvolvimento ser advéncia da matriz ocidental-iluminista, que forjou como referenciais de progresso o crescimento econômico; o avanço tecnológico; a industrialização; o aumento dos níveis de consumo; a presença de objetos técnicos; a implantação do Estado de direito e de um aparato jurídico baseado nos princípios da impessoalidade e da igualdade; e a expansão do mercado que deverá funcionar como realizador da circulação e da distribuição de bens produzidos e validados pela ciência. Assim, priorizamos, neste trabalho, a hipótese de que a busca do desenvolvimento deriva da concepção ocidental de progresso, colocado como um pré-requisito de civilização, e portanto, como uma obrigação de todos os povos que se pretendam civilizados.

A partir dessas idéias, o que pretendemos neste trabalho é: 1) propor uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento, partindo do argumento de que ele metaboliza as necessidades de expansão e reprodução do capital em primeira ordem e das lógicas hegemônicas na civilização ocidental em segunda, bem como demonstrar como ele ganha um caráter de obrigação e, ao mesmo tempo, funciona como um agente obliterador das culturas, lógicas e conhecimentos locais, em favor das lógicas e conhecimentos típicos do ocidente europeu; 2) analisar a presença do sistema de objetos técnicos e do meio-técnico-científico-informacional entendidos como produtos do desenvolvimento, priorizando a observação dos

impactos da presença daquele sistema e daquele meio na vida da população local que, como tantas outras, ao recebê-los, vai se esquecendo das suas técnicas e conhecimentos relativamente autônomos em relação ao ocidente, substituindo-os pelas técnicas e conhecimentos que o desenvolvimento apresentará como modernos e avançados; 3) argumentar a hipótese de que o desenvolvimento, na acepção aqui proposta, gerou, na cidade de Montes Claros e no Norte de Minas Gerais, novas contradições, necessidades e desequilíbrios e, decorrendo daí, um processo de desestruturação / reestruturação do modo de vida da população local; 4) analisar o processo de inserção da cidade de Montes Claros em uma rede urbana que tem como cabeças as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, observando este processo como uma das vias pelas quais o desenvolvimento trouxe à cidade a crença de que a racionalidade técnico-científica ocidental e o mercado seriam os caminhos para solucionar os problemas de sua população. Nesse processo, a cidade e a região assumiram a condição de atrasadas e de subdesenvolvidas, seja no aspecto material, seja no cultural e simbólico, e passou a buscar no modelo ocidental a sua inserção no chamado mundo desenvolvido.

No primeiro capítulo, buscaremos, em sua primeira parte, através de uma abordagem histórica ou de um breve esboço histórico da idéia do desenvolvimento, discutir como ele vem sendo compreendido, conceituado e operacionalizado, buscando fundamentação para a hipótese de que é um conceito dinâmico que, desde a Revolução Industrial, vem ganhando um caráter de obrigatoriedade, de conceito unívoco. Obrigatoriedade que se tornou mais evidente após a Segunda Guerra Mundial, quando passou a ser visto, numa perspectiva de igualdade, como um direito de todos os povos.

Procuraremos demonstrar ainda, na segunda parte deste capítulo, pela análise histórica, como a idéia de desenvolvimento tem uma historicidade concreta que desnuda, a despeito dos

benefícios conquistados, o seu caráter de instrumento ideológico do capital e das lógicas predominantes na civilização ocidental. Essa é a perspectiva que adotaremos como base para analisar as principais características dos modelos de desenvolvimento que, no pós-guerra, têm pautado os planos institucionais: o desenvolvimento como: industrialização; crescimento econômico; satisfação das necessidades humanas básicas; e o desenvolvimento local, este último, apenas como uma digressão, já que, neste trabalho, não pretendemos analisá-lo com profundidade.

No segundo capítulo, para empreender uma abordagem histórica focando o desenvolvimento no Brasil, faremos um corte relativamente arbitrário, que percorrerá quatro fases da aceção do conceito no Brasil. A saber:

1) No período monárquico, quando se buscava a construção do Estado brasileiro nos quadros da civilização ocidental, num ambiente de pretensa europeização da nação brasileira. Momento em que a idéia de progresso era entendida como uma questão de aproximação da Europa. Ou seja, acreditava-se que o progresso, visto pelas lentes do iluminismo, somente seria possível a partir de ações baseadas no racionalismo, na ciência, na tecnologia, na implantação de formas representativas de governo e do Estado de direito, no individualismo e na liberdade comercial e industrial. O desenvolvimento aí, numa perspectiva eugênica, era visto como uma prerrogativa dos povos tidos como superiores, como eleitos para realizá-lo. Outro aspecto desta fase da “história do desenvolvimento no Brasil”, a ser observado, é a sua vertente mesológica. Compreendia-se que o meio ambiente, no interior do Brasil, determinava tanto o comportamento da população, quanto impunha dificuldades ao progresso.

2) O período republicano, quando, nos seus momentos iniciais, sob a influência do positivismo comteano, buscava-se a integração do território nacional e a construção da nação brasileira e responsabilizava-se a monarquia, apesar dos seus esforços de centralização, pela desordem e pela defasagem do Brasil em relação às partes do mundo tidas como civilizadas.

Nesse momento, colocava-se como primordial a conquista do sertão e, para tal, buscava-se sua conexão com o mundo “civilizado” do litoral.

Nesse estágio, o Estado começava a atuar mais efetivamente na busca do progresso material. A industrialização e a modernização começavam a se fazer presentes nas pautas prioritárias da agenda governamental. Porém, a efetivação do progresso, como não poderia deixar de ser, não se daria sem conflitos dos quais destacamos a resistência da oligarquia agrária que, de acordo com a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, defendia a vocação agrícola do Brasil e assim se posicionava contrariamente à idéia de que Estado deveria incentivar a industrialização como forma de alcançar o progresso; e o choque dos padrões civilizatórios ocidentais com as mais diversas culturas espalhadas pelo espaço brasileiro quando se buscava a ordenação do território através da integração.

3) Nos anos 30, momento em que a Europa e os EUA se debatiam entre nacionalismo, liberalismo, fascismo e comunismo, quando o Estado assumiu a direção da economia e buscou na indústria a base do progresso material do país. Porém, no caso brasileiro, buscava-se, ainda fora do país, um modelo que lhe garantisse o progresso. A urbanização, cada vez mais presente, parece ter dado ao Brasil o ambiente no qual as ideologias ocidentais acirravam os ânimos e a disputa política passava a ocorrer entre os setores sociais novos que viam na industrialização o caminho para o progresso, e as correntes tradicionais, que defendiam a continuidade da integração à divisão internacional do trabalho com a realização da vocação agrícola do país. Contudo, ambas as correntes tinham como base para a formulação de suas propostas o pensamento hegemônico no ocidente. O povo e a cultura brasileira ainda eram vistos como inferiores e, até mesmo como obstáculos ao progresso. Tanto as novas, quanto as velhas elites buscavam modernizar, de forma conservadora, o Brasil. E finalmente:

4) O pós Segunda Guerra Mundial, momento histórico dominado pela vertente maniqueísta da Guerra Fria, quando os Estados Unidos, adotou uma política de ajuda para o desenvolvimento, que na realidade servia aos seus interesses geoestratégicos na disputa pela hegemonia mundial com a URSS. Essa estratégia geopolítica fez com que o desenvolvimento ganhasse a sua faceta atual de obrigatoriedade, levando todos os países, agora chamados subdesenvolvidos, a buscá-lo a qualquer custo e a assumirem, assim, uma posição de atrasados, de subdesenvolvidos e até mesmo de não civilizados.

No capítulo 3, buscaremos argumentação para a hipótese de que o desenvolvimento, no seu processo de realização, potencializou as lógicas mercadológicas, as técnicas e os conhecimentos hegemônicos no ocidente, em detrimento de seus congêneres locais. As técnicas e o conhecimento local ficaram entendidos como sinônimos de atraso e sem validade científica e foram assim desconsideradas, esquecidas e obliteradas, ou foram apropriadas pelo mercado e transformadas em mercadorias, o que, hipoteticamente, transformou as populações locais em objetos passivos do desenvolvimento. Por não ser, o conhecimento racional e científico ocidental, propriedade da população nativa, como já foi dito, seus produtos, para essa população, só poderiam ser adquiridos no mercado, como uma mercadoria, satisfazendo, assim, às necessidades de reprodução do capital, já que a população local, expropriada do seu conhecimento, passou a ser consumidora dos produtos do conhecimento científico e não mais produtora dos seus próprios conhecimentos.

O desenvolvimento, vinculado ao conhecimento ocidental e ao mercado, tem, simplesmente associado toda essa cultura local ao atraso e imposto sua cultura racional-científica e sua lógica que, uma vez atreladas ao mercado, têm servido muito mais aos interesses de acumulação e reprodução do capital do que à população em geral. Para confirmar a sua posição de desenvolvidas, as culturas com esse *status* projetaram a imagem

do subdesenvolvimento e, conseqüentemente, a da necessidade do desenvolvimento dos países considerados, de acordo com a lógica ocidental, racional e capitalista, pobres e atrasados. Daí, a noção de atraso ser definida a partir dos padrões e do nível de progresso dos países capitalistas mais desenvolvidos que, ao imprimirem aos povos não-europeus a chancela de atrasados, se afirmaram como avançados ou desenvolvidos.

Como ingrediente que reforça tal hipótese, o desenvolvimento trouxe consigo uma série de fábulas e metáforas que o simbolizam e o representam socialmente. Urbanização; integração de mercados; produção de mercadorias; objetos técnicos; escolaridade; produção científica e outros. O desenvolvimento, na perspectiva aqui apontada, na medida em que foi se realizando, trouxe novas contradições e necessidades, muitas vezes estranhas ao meio onde ocorreu – o meio que buscou o desenvolvimento – porque foi recebido como uma obrigação. Por outro lado, a urbanização, a ciência, a indústria e a presença de objetos técnicos – símbolos do ocidente – passaram a ser vistos como indicadores de desenvolvimento.

Nos capítulos 4 e 5, analisaremos a inserção da cidade de Montes Claros em uma rede urbana hierarquizada e, a partir daí, a chegada do desenvolvimento, ou dos seus símbolos e representações que, no nosso entendimento, reconfiguraram o espaço urbano na cidade, configurando nele o meio técnico-científico-informacional. Através dos recursos metodológicos da história, da antropologia social, da análise do discurso e das representações sociais, buscaremos demonstrar como a presença dos objetos técnicos e a configuração do meio técnico-científico-informacional produziram, pelo discurso presente nos objetos, uma aceitação, busca e até mesmo, obrigação de desenvolvimento, tal como representado pelos seus símbolos.

Concluimos assim, que estamos tratando de um processo desestruturante / reestruturante operado pelo desenvolvimento. Portanto, é necessário demonstrar o que será desestruturado / reestruturado pela configuração das relações mercadológicas e capitalistas na



região ou pelo processo de modernização, como disse Cardoso (2000, p. 235). Por isso, faremos um esboço histórico buscando vislumbrar alguns aspectos da região anteriores à sua conexão à rede urbana do Centro-Sul, para depois empreendermos a caracterização da reestruturação ocorrida após a conexão, a partir da qual, entendemos, passou-se a buscar o desenvolvimento na acepção que estamos propondo neste trabalho. Assim, seguiremos a seguinte ordem que, neste capítulo, poderá esclarecer as nossas idéias.

- 1) Caracterização dos aspectos fundantes de algumas relações sociais, políticas, econômicas, espaciais e culturais da região, anteriores à conexão com a rede urbana do Centro-Sul e daí, ao mercado capitalista;
- 2) Análise do processo de conexão que estudamos nesta dissertação, que teve como marco principal a chegada da ferrovia à região no primeiro quartel do século 20;
- 3) Caracterização da sociedade reestruturada a partir de tal conexão. Aqui buscaremos observar a presença dos objetos técnicos e do meio-técnico-científico-informacional, símbolos do mercado e do capitalismo, que serão representados socialmente como desenvolvimento. Observaremos também a adequação de algumas lógicas locais, objeto da desestruturação / reestruturação que estamos propondo, que adentrarão esse “novo mundo” vocacionado para o progresso reestruturadas, rearranjadas e readaptadas, aos novos padrões trazidos pela nova lógica: a da modernidade racional-científica e capitalista do Ocidente.

Quanto a metodologia, num primeiro momento, utilizaremos a pesquisa e a análise bibliográfica e documental pertinentes ao assunto para explicar o processo de urbanização; industrialização; opções de desenvolvimento; integração às redes urbanas e formatação do meio técnico-científico-informacional e do sistema de objetos em Montes Claros. Num segundo momento, lançaremos mão da pesquisa exploratória, da pesquisa de campo e também da pesquisa bibliográfica e documental para identificar, na cidade de Montes Claros, aspectos

políticos, sociais, culturais e econômicos da vida de sua população antes e depois da conexão à rede urbana e ao mercado mundial. Utilizaremos também os recursos da análise comparativa, especialmente no que diz respeito ao processo de desestruturação / reestruturação que aqui estamos propondo, já que acreditamos ser necessário comparar os aspectos do que foi desestruturado com aspectos do que foi reestruturado.

Tomaremos como ponto de corte temporal a segunda metade do século 19 e a primeira do século 20. Esse corte é relativamente longo e arbitrário, mas não pretendemos aqui realizar uma pesquisa de cunho histórico e muito menos a observação do tempo por um viés linear e evolucionista. O que pretendemos é, através de uma análise comparativa, a demonstração de dois momentos distintos, um em que as lógicas e os conhecimentos locais tinham uma dinâmica relativamente autônoma em relação aos padrões civilizatórios do Ocidente europeu; e outro em que tais lógicas e tal conhecimento ganharam a representação do atraso e do não-progresso. Acreditamos que esse corte é de fundamental importância para analisarmos o processo de desestruturação / reestruturação, que defendemos ter sido operado pela modernização ou pelo desenvolvimento, bem como para a análise da presença dos objetos técnicos e do seu discurso justificador do desenvolvimento atrelado ao metabolismo do capital. A presença daqueles objetos e das lógicas mercadológicas, ou obliterou, ou expropriou a população local de suas técnicas e conhecimentos que foram transformados em fonte de lucros, quando elas assim o permitirem ou descartando-as, quando não.

Quanto ao tipo e às técnicas de pesquisa empregadas, utilizamos pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e pesquisa de campo. Na pesquisa documental, utilizamos uma amostragem de propagandas comerciais e de jornais (televisivos e escritos), além documentos da administração pública municipal, especialmente os constantes do arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros onde, de antemão, como observamos em uma pesquisa

prospectiva, é possível empreender uma análise dos projetos de modernização, como o da implantação da ferrovia e de rodovias, das redes de água e de energia elétrica e dos equipamentos urbanos para obter, não somente informações históricas, mas também empreender uma análise do discurso, a partir da qual acreditamos ser possível explicitar as representações do desenvolvimento predominantes na ideologia hegemônica do capital e no meio-técnico-científico-informacional e, assim, analisar as representações sociais do objeto que aqui está sendo estudado: o desenvolvimento. A análise das representações sociais é, no âmbito deste trabalho, também um importante instrumento para o estudo do tema aqui proposto.

## CAPÍTULO 1

### **Desenvolvimento, uma estratégia do capital: histórico e análise do conceito**

O desenvolvimento tem sido colocado na agenda institucional e para a sociedade como um todo, praticamente como uma obrigação, e grande parte do mundo ocidental o aceita de forma natural, sem questioná-lo. Conforme diz Rist (1997), “como um novo elemento na religião da modernidade” (p. 21). Ninguém pode ser contra o desenvolvimento. Quem seria capaz de desejar que uma criança, uma planta ou uma sociedade em seu conjunto não se desenvolvesse, não melhorasse?<sup>1</sup>

Questões como essa marcam a essência do discurso do desenvolvimento que aparece como um objetivo salutar, um fim almejado por todos. Nessa perspectiva, o desenvolvimento surge como uma mensagem de melhoria, de progresso. Mas, em que consiste esse desenvolvimento de que tanto se fala nos foros econômicos, sociais e políticos? Quem realmente tem se beneficiado do desenvolvimento?

---

<sup>1</sup> Na biologia, o desenvolvimento, ou a evolução dos seres vivos, referia-se ao processo através do qual organismos atingiam seu potencial genético: a forma natural daquele ser, prevista pelo biólogo. Frustrava-se o desenvolvimento todas as vezes que a planta ou animal não lograssem cumprir seu programa genético, ou o substituíssem por outro (...). A transferência da metáfora biológica para a esfera social ocorreu nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII. A partir de 1768, o fundador da história social, o conservador Jusus Moser, começa a empregar a palavra *Entwicklung* para designar um processo gradual de mudança social. Quando descreve a transformação de alguma situação política, a descreve quase como se fosse um processo natural. Em 1774, Herder iniciou a publicação de sua interpretação da história universal, na qual introduzia correlações globais, comparando as fases da vida humana com a história social. No entanto, Herder foi mais além. Em suas elaborações, passou a aplicar a noção organológica de desenvolvimento cunhada nos debates científicos da época, utilizando, com bastante frequência, o germe como uma imagem que descreveria o desenvolvimento de formas organizacionais. Já no final do século, baseando-se na escala biológica de Bonnet, Herder tentou combinar a teoria da natureza com a filosofia da história, na tentativa de criar uma unidade sistemática e consistente. Segundo ele, o desenvolvimento histórico seria a continuação do desenvolvimento natural; e ambos seriam meras variantes do desenvolvimento homogêneo do cosmos criado por Deus. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. (Org.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 62.

Neste capítulo, buscamos a análise e a demonstração de alguns limites desse conceito, visto que não existe unicidade na forma de entendê-lo. Buscamos também argumentos que confirmam que o desenvolvimento, da forma como é entendido hoje, não serve igualmente aos interesses de todas as classes sociais, e muito menos aos de todos os povos.

### **Desenvolvimento: um breve histórico**

A operacionalização do conceito de desenvolvimento, como estratégia de reprodução capitalista, é recente. Somente nos últimos cinquenta anos se trabalha com a idéia de desenvolvimento como um caminho único para levar todos os povos a melhores condições de vida entendidas como acesso à renda, ao mercado e aos objetos técnicos advindos dos avanços tecnológicos e da ciência. Portanto, a idéia de desenvolvimento não trata de uma categoria de profundo conteúdo histórico, nem está ontologicamente atrelada ao devir da sociedade, como se poderia deduzir da consideração e, às vezes, veneração com que é apresentada e trabalhada.

Esse conceito já aparecia com certa importância para os economistas clássicos. Porém entendido como crescimento e distribuição da produção potencializada pelo incremento da maquinaria – especialmente após Ricardo. A partir da expansão imperialista das metrópoles industriais, no início do século 20, o crescimento da riqueza passou a ser visto como um elemento substancial do capitalismo e como um processo automático associado ao devir daquele sistema. No que diz respeito ao Estado, o desenvolvimento era ainda uma questão secundária. Não era necessário, acreditava-se, pensar em programas que o desencadeassem, já que ele era visto como natural. Predominava a teoria ricardiana das vantagens comparativas segundo a qual a especialização produtiva por si só levaria ao crescimento econômico, na medida em que o progresso técnico nos países centrais, incorporado nas importações, seria

revertido aos países periféricos pela redução dos preços dos produtos manufaturados que importavam, ao passo que, a menor incorporação de tecnologia na produção primária e a maior demanda desses produtos nos países centrais, devido ao crescimento da sua renda, elevariam os preços dos produtos primários, levando ao equilíbrio. Então, progresso ou desenvolvimento, estaria associado ao melhor aproveitamento do trabalho e dos recursos naturais através do incremento do progresso tecnológico. Isso resultaria em maior produção e, por sua vez, de acordo com as regras do mercado, em progresso, visto como maior produção de bens, também para as nações primário-exportadoras.

Nas primeiras décadas do século 20, no entanto, o ritmo de expansão do sistema econômico, baseado no mercado capitalista, começou a ser estudado com maior interesse. As flutuações cíclicas que aconteciam na economia dos países industrializados daquela época eram explicadas em função do paradigma dominante, que considerava a evolução histórica como cíclica e, portanto, sob a dinâmica de um movimento autônomo. Ao mesmo tempo, a confiança em um reequilíbrio automático do sistema dispensava a possibilidade de uma intervenção reguladora do Estado. Acreditava-se não ser necessário o estabelecimento de programas – públicos ou privados – destinados a promover o desenvolvimento que, como se pensava, viria “naturalmente”, em função do próprio devir capitalista.

A possibilidade de progresso era também entendida como uma questão eugênica e mesológica. Acreditava-se na incapacidade dos povos não-europeus para a ciência, para a ordem e para o progresso visto como industrialização, crescimento da produção e avanços na ciência e na tecnologia. O progresso então era entendido como aproximação dos padrões civilizatórios ocidentais e os povos aptos ao progresso estariam exatamente acima dos trópicos, na Europa e depois na América do Norte, como aponta Sarraut (1931):

a natureza distribuiu desigualmente no planeta os depósitos e a abundância de suas matérias-primas; enquanto localizou o gênero inventivo das raças brancas e a ciência da utilização das riquezas naturais nesta extremidade continental que é a Europa, concentrou os mais vastos depósitos dessas matérias-primas nas Áfricas, Ásias tropicais, Oceanias equatoriais, para onde as necessidades de viver e de criar lançariam o elã dos países civilizados (p. 18-19).

Percebe-se aí uma perspectiva hierárquica entre povos capazes e povos não capazes de progredir e com ou sem vocação para a ciência. Os primeiros criariam e progrediriam, enquanto os não capazes de progredir forneceriam os recursos naturais necessários para a criação e para o progresso. Tudo isso sobre o pano de fundo do liberalismo econômico e da divisão internacional do trabalho, que propunham a especialização econômica baseada na vocação natural e geográfica de cada povo. Nota-se, portanto, afirmações de ordem ideológica, e até mesmo estratégica, protegidas por teorias pseudocientíficas de uma pretensa superioridade racial do homem branco, que procurava embasar o direito da civilização ocidental de se estender em escala planetária.

Nesse ambiente, o progresso ocorria e, se ocorria, ocorria visivelmente, de forma desigual e tal desigualdade, observada à luz das perspectivas mesológica e eugênica, era vista como um processo natural. Alguns autores começaram a questionar essa acepção e propuseram o desenvolvimento desigual, porque essa é uma de suas características, como produto da dinâmica da própria expansão capitalista, que cria centralidades e polaridades espaciais e sociais para onde convergem, na perspectiva ocidental, os supostos benefícios do progresso.

Smith (1988), analisando a teoria do padrão de desenvolvimento desigual do capitalismo, sugeriu cuidados com a aceitação dessa teoria como uma “lei universal” (p. 149). Para o autor, a universalização da teoria do desenvolvimento desigual acabou criando a ideologia de que as relações capitalistas são relações permanentes e naturais – o caminho para o desenvolvimento e bem estar dos povos. Para ele, “é, sem dúvida, uma marca registrada da

ideologia burguesa universalizar as formas e as relações sociais específicas do modo de produção capitalista em relações permanentes, ‘naturais’”. (p. 150)

O padrão desigual do desenvolvimento levou as nações menos desenvolvidas ou não desenvolvidas a intensificarem uma perseguição dos padrões dos países mais desenvolvidos, colocados na posição de centrais no mundo capitalista. O desenvolvimento então começou a ganhar um aspecto de obrigatoriedade, de mito, e a servir a um processo mais amplo e profundo: o do espraiamento mais intenso e vigoroso da civilização ocidental, racional-científica e burguesa.

Autores como Sachs (2000), Furtado (1974) e Rist (1997) nos remetem à idéia do desenvolvimento como mito, como obrigação. No *Dicionário do Desenvolvimento*, organizado por Sachs, é abordada a idéia de desenvolvimento como a estratégia utilizada, desde finais dos anos 40, para alcançar a “ocidentalização do mundo” (p. 15). Para o autor, o sistema global do capital se amplia numa dinâmica dupla, horizontal e vertical. Se por um lado, o capital vai incorporando cada vez mais territórios na sua dinâmica, potencializando sua circulação e levando a todos os lugares os equipamentos facilitadores de tal circulação – transporte, comunicações, redes viárias e urbanas – que simbolizaram o progresso e o desenvolvimento, por outro, intensifica o que o autor chama de “mediações de segunda ordem do capital” (p. 17). Para o estudioso, as ideologias, as representações sociais e a circulação de informações – passam “a se constituir como elemento fundante do ‘sistema de metabolismo social do capital’” (idem). A imposição da idéia de desenvolvimento se consolida como uma estratégia que reforça esta dinâmica dupla, expandindo por todo o mundo as formas ocidentais de controle.

Outro aspecto da idéia de desenvolvimento é a sua vinculação com a idéia de crescimento econômico. Durante um bom período acreditou-se que o crescimento da economia traria como consequência natural o desenvolvimento. Furtado (1974) estabelece também essa associação entre desenvolvimento e crescimento econômico, mas, principalmente, começa a



observar o desenvolvimento como um mito, como um simulacro que se esconde por trás da idéia de que todos os povos devem buscar o progresso. Segundo ele,

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: *pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado*. Mais precisamente: pretende-se que os que os *standarts* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do *mito do progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (p. 16). (grifos nossos)

Além disso, alguns autores, como Rist e o próprio Furtado, argumentam que os povos que buscam o desenvolvimento, na perspectiva ocidental da idéia, estarão, em termos de desenvolvimento, sempre atrás dos países centrais do sistema capitalista que se colocaram, após a Segunda Guerra Mundial, na posição de agentes do desenvolvimento. Para Furtado (op. cit), “(...) as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista” (p. 75). Nesta acepção, o desenvolvimento é também muito salutar para os países mais desenvolvidos que, na medida em que apóiam o desenvolvimento dos mais atrasados, se desenvolvem ainda mais. Para Rist (op. cit),

Deveremos considerar o desenvolvimento como um fenômeno global. E mesmo que alguns países se declarem desenvolvidos, estejam longe da falta de interesse em seu próprio desenvolvimento, sempre que uma proposta de melhoria da situação dos países mais pobres é feita, é preciso lembrar que a sua melhoria está relacionada à economia dos países mais ricos. Contudo, equivoca-se quem acredita que o desenvolvimento começou com a descolonização e de que ele se concentra nos países do Sul (já que lá é que estão os maiores índices de pobreza), na verdade o que ocorre é o contrário, – não somente em termos históricos, mas também no que diz respeito aos grandes temas (ambiente, endividamento, liberalização comercial) – o desenvolvimento deriva diretamente das preocupações dos países desenvolvidos. (p. 4)

Observando as argumentações de Furtado e Rist, apreendemos a proposição de que os países tidos como atrasados a partir do referencial ocidental de desenvolvimento, jamais serão desenvolvidos como alguns países da Europa e como os EUA, por mais que EUA e Europa se esforcem em ajudar aqueles países a se desenvolverem. Para os dois autores, quanto mais se fomenta o desenvolvimento dos países atrasados, mais se desenvolvem os países adiantados.

Então, se buscarem o desenvolvimento à semelhança dos países hoje considerados desenvolvidos (economia de mercado, elevados padrões de renda e consumo, desenvolvimento tecnológico), para Rist e Furtado, os atuais países subdesenvolvidos jamais alcançarão o “paraíso” do desenvolvimento; e mais, o seu desenvolvimento trará sempre mais desenvolvimento para os países já desenvolvidos.

É claro que o desenvolvimento, na acepção apontada acima, está associado a crescimento econômico e a riqueza nacional, é desigual e cria centralidades e polaridades, enriquece alguns lugares e empobrece outros, mesmo que aparentemente os esteja desenvolvendo. Apesar disso, o desenvolvimento aparece como um mito, já que, a despeito das contradições por ele trazidas, tende a ser buscado como uma obrigação.

### **O pós-2ª guerra e a nova visão do desenvolvimento: nasce o subdesenvolvimento**

O contexto configurado após a Segunda Guerra Mundial – situação de extrema pobreza dos territórios coloniais em processo de descolonização e necessidade de reconstrução dos países industrializados afetados pela guerra – conjugado com a presença das idéias de John M. Keynes modificaram notavelmente o entendimento e as possibilidades de intervenção decidida do Estado na economia como forma de elevar os níveis de desenvolvimento. Abandonava-se a crença no progresso como um elemento natural, atrelado

ao devir da economia capitalista de mercado, e como prerrogativa de povos e lugares aptos a realizá-lo. Surgia a perspectiva da igualdade e do progresso, agora efetivamente chamado de desenvolvimento, visto como um direito de todos os povos. E isso ficava claro já no preâmbulo da Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945:

**NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS** (...) a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na *igualdade de direito* dos homens e das mulheres, assim como das *nações grandes e pequenas*, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a *promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla* (preâmbulo. grifos nossos).

Os nossos grifos no trecho da Carta das Nações Unidas acima, ilustram bem a idéia, que começava a ganhar espaço, de que o desenvolvimento é um direito de todos os povos e, como um elemento novo, surgia também a idéia de progresso não apenas material, mas também social.

Contudo, essa perspectiva de igualdade em relação ao desenvolvimento, será muito mais um instrumento de ação geopolítica e estratégica do que uma busca de melhorias da situação de vida de todos os povos. Em 1949, no seu discurso de posse como Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman utilizou, pela primeira vez, a expressão “áreas subdesenvolvidas”. Consideramos esse momento histórico como o marco para a largada da corrida desenvolvimentista. Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, entendendo isso como a via para melhorar o padrão de vida de suas populações. Porém o que se buscava era a promoção do desenvolvimento como forma de assegurar a paz, ou pelo menos de impedir a expansão de outro modelo de organização social, política e econômica: o modelo soviético. Na prática, formulava-se uma estratégia baseada na iniciativa econômica e política que garantia aos EUA uma posição hegemônica na nova

ordem internacional que ia se formando no pós-Segunda Guerra Mundial. Isso fica mais evidente no famoso 4º ponto do discurso de posse do presidente Truman:

(...) devemos criar um novo e arrojado programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e crescimento das áreas subdesenvolvidas.

Mais da metade dos povos do mundo está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um obstáculo e uma ameaça a eles próprios e para algumas áreas mais prósperas.

A história nos mostra que, há muito tempo, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento desses povos.

Os Estados Unidos são preeminentes entre nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais de que dispomos para auxiliar os outros povos são limitados. Mas nossos imponderáveis recursos em conhecimento técnico crescem ininterruptamente e são inesauríveis.

Acredito que devemos disponibilizar aos *povos amantes da paz* os benefícios do nosso manancial de conhecimento técnico, a fim de lhes ajudar a realizarem suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover importantes investimentos nas áreas que necessitam de desenvolvimento.

Nosso alvo principal deve ser ajudar aos povos livres do mundo, com seus próprios esforços, para produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais de construção e mais energia mecânica para aliviar sua aflição.

Convidamos outros países para colocar seus recursos tecnológicos neste empreendimento. Suas contribuições serão calorosamente bem-vindas. Este deve ser um empreendimento cooperativo, em que todas as nações trabalharão juntas, através das Nações Unidas e de suas agências especializadas, sempre que for possível. Devemos fazer um esforço mundial para a realização da paz, da abundância e da liberdade.

Com a cooperação dos empreendimentos, do capital privado, da agricultura e do trabalho desses países, esse programa pode aumentar extremamente a atividade industrial em outras nações e elevar substancialmente seus padrões de vida.

Esse novo desenvolvimento econômico deve ser planejado e controlado, em benefício dos povos, em áreas por eles estabelecidas. As garantias ao investidor devem ser contrabalançadas pela garantia do interesse dos povos cujos recursos e trabalho serão aplicados no desenvolvimento.

O velho imperialismo – exploração para o lucro estrangeiro – não cabe em nossos planos. O que propomos é um programa de desenvolvimento baseado no conceito de diálogo-aberto e democrático.

Todos os países, incluindo nós mesmos, serão os grandes beneficiários de um programa constante para o melhor uso dos recursos humanos e naturais do planeta. A experiência nos mostra que o nosso comércio com outros países se expande quando esses progredirem industrial e economicamente.

Uma maior produção é a chave da prosperidade e da paz. E a chave de uma maior produção é a aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno.

Somente ajudando os menos afortunados, ajudaremos os membros da família humana a alcançar uma vida decente e satisfeita, o que é um direito de todos os povos.

Somente a democracia poderá fornecer força vital para mobilizar os povos do mundo nessa ação triunfante, *não somente contra os herdeiros da opressão da humanidade*, mas também contra seus antigos inimigos – fome, miséria, e desespero. (TRUMAN, apud. RIST, 1997. p.71.)

Destacamos as expressões “povos amantes da paz”, e “não somente contra os herdeiros da opressão da humanidade”, apenas para destacar o caráter geoestratégico desta nova proposta de desenvolvimento apresentada pelo presidente Truman. Na primeira expressão ele se refere aos países capitalistas com regime democrático-liberal e na segunda ele se refere aos países de economia planificada do Bloco Soviético. O fato é que, estamos tomando o discurso de Truman apenas para estabelecer um marco inicial para esta nova fase da idéia de desenvolvimento onde ele aparece como obrigação e como direito de todos os povos, porém servindo aos interesses geoestratégicos dos EUA e às necessidades de expansão capitalista e da cultura ocidental.

Na sua origem, essa nova fase da idéia de desenvolvimento esteve vinculada ao plano dos EUA de consolidar sua hegemonia internacional alcançada na segunda metade do século 20. Em seu discurso, Truman falava em “mobilizar os povos do mundo nessa ação triunfante (...) contra os herdeiros da opressão”. Ou seja, contra a União Soviética e o comunismo. Outro aspecto importante dessa nova aceção do desenvolvimento é o do modelo americano servindo como referência para uma vida mais próspera e livre que, de acordo com Truman, só é possível “com a cooperação dos investimentos, do capital privado, da agricultura e do trabalho nesses países.” Sendo assim, “esse programa pode *aumentar extremamente a atividade industrial* em outras nações e elevar substancialmente seus padrões de vida” (grifo nosso). Ou seja, mais do que nunca, começava a ser imposto um modelo único, uma via única para a melhoria de vida dos povos, a saber, o modelo capitalista, ocidental e racional-científico. Só que agora, a partir da ação do Estado, em cooperação com o capital privado, com a indústria, entendida como base para o crescimento econômico e este, por sua vez, como a base para o desenvolvimento. Decorrente disso, tem-se o aumento das possibilidades de consumo de bens materiais, simbolizando qualidade de vida. A Europa, a partir de então, deixou de ser referência

para o desenvolvimento e os Estados Unidos da América assumiram essa posição no concerto internacional dos Estados.

A operacionalização dessa nova forma de desenvolvimento acabou por acelerar um processo deletério, que já ocorria anteriormente, no que diz respeito às diversas formas de vida e culturas espalhadas pelo planeta, porém com menor intensidade. Segundo Esteva (1997), “(...) o termo desenvolvimento foi objeto de usurpação exitosa e metamorfose grotesca. Estava inaugurado o subdesenvolvimento” (p. 61). Bilhões de pessoas que viviam de forma distinta da dos países considerados desenvolvidos, donas de uma vibrante diversidade cultural e que não tinham na ciência, no mercado e na indústria de grande escala o seu projeto de desenvolvimento, passaram a ser compreendidas como “subdesenvolvidas” – alvo primordial das políticas internacionais de ajuda ou “instrumento do perfeito – quer dizer, elegante – exercício do poder” como alerta Gronenmeyer (1997, p. 143).

Nesse momento surgiam as chamadas instituições de *Brettons Woods* – BM (Banco Mundial), FMI (Fundo Monetário Internacional) e GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) – criando o que Casado et al (2000), chamam de “estrutura operativa que orquestrará, em todo o mundo, a implementação do modo industrial de uso dos recursos naturais” (p. 15).

Esse é o significado do termo desenvolvimento que vem ocupando não somente a mentalidade popular, mas também a dos tecnólogos e dos governos desde a segunda metade do século 20. Mais do que nunca, a grande maioria dos seres humanos ficou humilhada e discriminada sob a designação de subdesenvolvida e, por vias de conseqüência, subordinada e subjugada. O discurso do (sub)desenvolvimento perpetua a dominação do homem pelo homem, na medida em que impede os povos de pensarem por si mesmos e de estabelecerem os rumos de suas próprias vidas. O primeiro passo para a implementação de políticas de “desenvolvimento”

tem sido o necessário reconhecimento por parte das populações “alvo” de sua condição de carentes, inferiores, pobres, marginalizadas e atrasadas; enfim, subdesenvolvidas.

É esta a perspectiva do desenvolvimento que estamos utilizando neste trabalho: a perspectiva do desenvolvimento como um mecanismo, a despeito dos benefícios que ele supostamente carrega – mais energia, mais objetos técnicos, mais consumo, mais ciência –, de dominação inscrito perfeitamente no corpo do capital, como parte do seu metabolismo, favorecendo as suas necessidades de reprodução, expansão e acumulação e funcionando como um amortecedor de impactos, como uma saída para as crises cíclicas daquele sistema. Saídas, como nos diz Antunes (2000), “no entanto, dentro da lógica do capital, ou seja, subordinando todas as funções reprodutivas e sociais à sua própria expansão e procurando como finalidade essencial expandir constantemente o valor de troca” (p. 5). Nesse contexto, foram sendo construídas e aperfeiçoadas, tanto as noções teóricas e operativas, como as instituições que dariam respaldo ao modelo desenvolvimentista que seria imposto no cenário internacional do pós-guerra.

### **A dinâmica do conceito**

Podemos observar, pelas mudanças nos indicadores de desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, três fases de limites difusos que se sucederam à medida que os programas de desenvolvimento implementados iam fracassando e, a partir desse fracasso, uma transformação na própria idéia de desenvolvimento. Porém, a idéia de desenvolvimento, a despeito das mudanças, não significou qualquer questionamento ao sistema capitalista e às lógicas do mercado.

Na primeira fase, que começaria nos anos 50, o crescimento econômico, os níveis de industrialização e de consumo, eram os referenciais de mensuração de desenvolvimento. Esses referenciais culminaram, em 1962, após a “operacionalização da pobreza” por parte das Nações

Unidas, na definição do Produto Nacional Bruto (PNB) como o indicador que separaria os “países pobres” dos “países ricos”, os “desenvolvidos” dos “subdesenvolvidos”.

Numa segunda etapa, entre os anos de 1960 e de 1970, chegava-se aos limites dessa visão, que associava crescimento econômico ao ingresso no “clube dos países desenvolvidos” através dos requisitos anteriormente citados. Em 1973, o Presidente do Banco Mundial, Robert S. McNamara admitia, como aponta Esteva (1997), que, “o alto índice de crescimento não tinha conduzido a um progresso satisfatório do desenvolvimento” (p. 68). O crescimento econômico, medido pelo agregado econômico PNB e pela renda *per capita*, não trazia automaticamente a redução da pobreza, mais que isso, ofuscava a realidade social. Mero crescimento econômico não significava verdadeiro desenvolvimento. Percebia-se a necessidade de melhorar não somente o nível quantitativo, mas também o qualitativo da produção para melhorar verdadeiramente as condições de vida das populações dos “países subdesenvolvidos”. Celso Furtado, em entrevista concedida em dezembro de 2001 ao jornal “Brasil de fato”, percebendo a limitação da visão economicista do desenvolvimento, nos diz: “o primeiro desafio é dar prioridade ao problema social e não ao problema econômico.” Ou “a ciência econômica é um reducionismo (...). Não há um problema econômico que não seja também social, e se é um problema social envolve outros aspectos além dos econômicos”

Após o emprego do PNB como fator de mensuração de desenvolvimento e da constatação de que o crescimento econômico não trazia automaticamente melhorias para o padrão de vida dos habitantes dos “países subdesenvolvidos”, esses habitantes, bem como seus recursos naturais e seu capital, passaram, nos anos 80, a serem vistos como variáveis endógenas para atingir o desenvolvimento.

Esse seria o aspecto principal da terceira etapa da evolução do conceito de desenvolvimento. A partir de novas propostas – capital social, desenvolvimento local e



sustentabilidade –, o desenvolvimento econômico passava a ser visto também como desenvolvimento social. O aumento nos níveis de atendimento à saúde e à educação passaram a ser considerados indicadores importantes para o desenvolvimento. Dessa forma, o social e o econômico se imbricaram na nova acepção do termo desenvolvimento, que passou a ser entendido como fomento ao potencial humano como forma de desencadeá-lo. Estamos diante da estratégia das Necessidades Humanas Básicas como saída para os impasses com os quais o desenvolvimento se defrontava. O planejamento do desenvolvimento, que tinha começado nos anos de 1950 como projeto nacional, para posteriormente, nos anos de 1960 e de 1970, voltar-se para o âmbito regional, passou a focar-se, nos anos de 1980, no âmbito local. Contudo, as abordagens sobre a forma local do desenvolvimento não são nosso objeto neste trabalho. Ficamos satisfeitos apenas com alguns apontamentos básicos sobre essa nova forma e com a detecção da hipótese de que ela também se inscreve no corpo da lógica e da expansão do capital, do mercado e dos preceitos da civilização ocidental.

Como foi dito anteriormente, o enfoque local do desenvolvimento aparece nos anos 80, depois que, tanto a escala nacional quanto a regional demonstrava suas limitações na implementação de políticas e programas de desenvolvimento. Além disso, os aspectos sociais e políticos foram incorporados às propostas de desenvolvimento, depois dos fracassos acumulados com a adoção de estratégias que confundiam desenvolvimento com crescimento econômico. Depois que a pobreza dos países periféricos ou os bolsões de pobreza apareceram, até mesmo nos países centrais, não há como negar esse fracasso. Tomamos como exemplo a realidade brasileira que é, a partir de estudos comparativos do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, apresentada como oitavo maior PIB – Produto Interno Bruto – do mundo, com produção próxima a 800 bilhões de dólares anuais. Entretanto, no *ranking* do PIB *per capita*, está na 34ª posição entre os 133 maiores países. Isso sem dizer que esse indicador desconsidera um dos maiores problemas sociais do país: a

concentração da renda. De acordo com o PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005), 85 milhões de pessoas, ou 54% da população vive com renda inferior a R\$ 132 mensais, mínimo utilizado como parâmetro pela Organização Mundial de Saúde para definir a pobreza. Desses, cerca de 17 milhões vivem em estado de miséria absoluta. Por Estado, o Maranhão possui 86% de seus habitantes abaixo da linha de pobreza. É o pior quadro do país. A média no Nordeste é de 80% de pobres. Minas Gerais está em décimo lugar no país, junto com Espírito Santo e Mato Grosso, com 55% de pobres<sup>2</sup>.

O modelo de desenvolvimento aplicado revelou sua fragilidade ao promover a exclusão social, a obliteração de culturas e conhecimentos locais, a agressão ao meio ambiente e a erosão da biodiversidade, acentuando a subordinação da produção primária à indústria, com elevada taxa de transferência de recursos do meio rural para o urbano (crescente custo de produção e apropriação do trabalho do agricultor familiar). Segundo estudos da Fundação João Pinheiro, tomando-se por referência o Estado de Minas Gerais, 585 municípios com economia baseada em atividades agrícolas perfazem 25,0% do PIB estadual, enquanto no setor industrial, que apresenta maior concentração na geração de renda, somente dez municípios consolidam 50,0% do total da atividade. Além do que, passamos a conviver com a produção de alimentos com altos níveis de contaminação química e com a exclusão e inviabilização da vida de agricultores e agricultoras, operários e operárias rurais, enfim, através dessa nova acepção do desenvolvimento, estamos testemunhando o fomento da entropia<sup>3</sup>. Tudo isso sem falar dos problemas referentes ao (des)conhecimento, como podemos aferir da afirmação de Hobart (1999), segundo quem, de forma geral,

---

<sup>2</sup> Esses dados são do censo demográfico realizado pelo IBGE no ano 2000. Portanto, hoje, em 2005, podem estar defazados. Fonte consultada: <http://www.ibge.gov.br/>. Site acessado em 08/12/2005.

<sup>3</sup> Tendência universal de todos os sistemas – incluídos os econômicos, sociais e ambientais – a passar de uma situação de ordem à crescente desordem. A entropia mina a idéia da história como progresso e destrói a idéia de que a ciência e a tecnologia criam um mundo mais ordenado.

(...) um aspecto largamente negligenciado no desenvolvimento é a parte desempenhada pelo conhecimento científico ocidental. Não só o conhecimento local é ignorado ou dispensado, mas a natureza do problema do subdesenvolvimento e sua solução são definidos a partir de um conhecimento universal como referência. (p. 2)

É nesse contexto que o desenvolvimento local ganha sentido. A ênfase na melhoria da qualidade de vida, na diversificação produtiva e na participação social que essa proposta de desenvolvimento exhibe como uma de suas principais divisas, adapta-se perfeitamente a essa tripla condição atual do desenvolvimento, qual seja, o econômico, o social (humano) e o local. Mas agora com a incorporação da base territorial.

O território aqui funciona como aglutinador, como ponto de convergência dessa visão do “novo” desenvolvimento. É através do “local” que a procura do desenvolvimento incorpora a importância da base territorial, ainda que de forma parcial e unilateral. O enfoque do desenvolvimento local promovido pelos poderes públicos fica limitado ao entendimento das relações que acontecem no território, através do sistema de metabolismo dado: regulação neoliberal; organização toyotista do trabalho; técnicas baseadas na microeletrônica e microbiologia; projeto de gestão territorial, que toma a concorrência como elemento central. Utilizando as palavras de Dowbor (1995), em uma espécie de “manual do desenvolvimento local” publicado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, o compromisso com o desenvolvimento local:

deve se materializar na promoção de ações de aumento da produtividade social. Este conceito, que alguns autores utilizam como produtividade urbana, diz respeito às externalidades negativas que afetam o desempenho das unidades de produção e, por extensão, da economia local, além de geralmente produzir efeitos negativos sobre a qualidade de vida. Em última instância, desenvolver produtividade social significa promover o uso racional dos recursos de uma determinada comunidade. A maximização da produtividade, nesse caso, não é vista pelas unidades de produção. Do ponto de vista do desenvolvimento local, é pensada como melhora da produtividade conjunta. Por isso, o aumento da produtividade social só pode ser conseguido como resultado de ações articuladas dos diversos segmentos sociais, dos diversos setores econômicos, no meio urbano e no meio rural”. (Dicas nº 53)

Essa visão é recorrente em vários textos apologéticos do desenvolvimento local e de sua territorialidade e nela está muito clara a proposta de readequação do local à dinâmica de uma economia e de um mercado cada vez mais globalizado e regido pelas regras do capital. O desenvolvimento, mesmo na perspectiva local, fica atrelado às necessidades de expansão e reprodução do capital e do mercado. O desenvolvimento local amortece o conflito capital x trabalho via participação e consenso de “todas as forças sociais” na medida em que busca desencadear o desenvolvimento em um determinado território. Em suma, o que os lugares buscam com o desenvolvimento local é se aparelhar para melhor receber os objetos técnicos e o sistema de objetos que, como já dissemos, são socialmente representados como símbolos de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento local é também um tratamento unilateral e arbitrário do território, na medida em que as possibilidades que o território oferece são filtradas pelos interesses do capital. As alternativas aceitáveis no reformulado modelo de desenvolvimento são aquelas que fortalecem a capacidade de concorrência entre territórios, aquelas que conseguem uma reprodução mais rápida do capital. As estratégias de desenvolvimento local promovem o fortalecimento de um território determinado com o intuito de equipá-lo para competir com outros locais próximos ou de integrá-lo dentro da economia mundial, dinamizando dessa forma a circulação e a acumulação do capital.

Nessa perspectiva, o local, agora visto como a base do desenvolvimento, é um local esterilizado por antagonismos que se definem por um projeto de gestão territorial unívoco, em que as possibilidades de mudança, via participação social, se reduzem a aspectos complementares ou até insignificantes. Constrói-se, dessa forma, um local que, promovendo a diversidade associada aos recursos endógenos (naturais, econômicos, sociais, culturais.), na verdade procura uma homogeneidade relativa à velocidade da expansão do capital.

Além disso, nos modelos anteriores de desenvolvimento, de base keynesiana, era no entorno do Estado que orbitavam tanto a promoção da economia, quanto o objetivo de alcançar maiores níveis de crescimento econômico, bem como a oferta pública de serviços (educação ou saúde), na busca da reprodução da força de trabalho e da redução, em níveis aceitáveis pelo capital e pelos trabalhadores, dos desequilíbrios acumulados nos processos de crescimento. Na perspectiva local do desenvolvimento, por todas as partes, o espaço público é gradativamente reduzido, acanhado. O Estado fica apenas com algumas parcelas da promoção econômica – como a segurança monetário-financeira ou a realização das infra-estruturas que a iniciativa privada não considera rentáveis –, deixando nas mãos privadas e no mercado a parte fundamental da regulação econômica. Assim, os elementos de reprodução da força de trabalho (educação e saúde privadas, por exemplo) são mercantilizados. Se tomarmos como exemplo a cidade de Montes Claros e o ensino superior, tínhamos, há alguns anos, uma universidade pública, a Unimontes e um núcleo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – o NCA (Núcleo de Ciências Agrárias). Hoje, além deles, temos seis grupos privados de ensino superior: Funorte (Faculdades Unidas do Norte de Minas); Faculdades Ibituruna; Faculdades Santo Agostinho; FEMC (Fundação Educacional de Montes Claros); Unopar (Universidade do Norte do Paraná – virtual); Unipac (Universidade Presidente Antônio Carlos) e mais pelo menos dois processos de autorização para o funcionamento de faculdades particulares em andamento.

A proposta de desenvolvimento local se inscreve e atualiza, então, os mecanismos de controle do capital. O escopo da promoção do desenvolvimento teria como base a “comunhão” entre os diferentes atores sociais (políticos, empresários, trabalhadores, sociedade civil), mas num contexto onde qualquer alternativa antagônica ao sistema capitalista é simplesmente banida. Uma cidadania reificada pelo esvaziamento das possibilidades que vão além dos interesses do capital assumiria a direção do processo de

desenvolvimento, apontando os caminhos mais adequados às possibilidades do território. Maximizar potencialidades e reduzir fraquezas, essa seria a orientação principal de qualquer estratégia de desenvolvimento local, com a finalidade de dotá-lo de vantagens competitivas, em comparação com outros territórios.

O que estamos expondo não quer dizer de maneira alguma que o desenvolvimento não deva ocorrer, mas que sejam levadas em consideração as lógicas e conhecimentos locais como forma de promovê-lo, o que parece, mesmo na forma local de desenvolvimento, não estar acontecendo. Ao contrário, o que vemos é o local, a partir dessa nova concepção de desenvolvimento, se adequar aos novos interesses e estratégias da expansão e reprodução do capital. Tanto é que estamos testemunhando, no mínimo, a estagnação dos índices de diminuição da pobreza. Muitos indicadores apontam até mesmo para o seu aumento, bem como para o aumento da concentração de renda. Se tomarmos como referência os dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2002,

o Brasil, com 170 milhões de habitantes, a nona economia mundial e a quarta maior concentração de renda do planeta (só perdendo para países como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia), tem em seu território cerca de 50 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência, com renda inferior a 80 reais por mês. Ou seja, 29,26% da população do país não conseguem atender minimamente as suas necessidades diárias, de acordo com a pesquisa divulgada no primeiro semestre de 2002, pelo economista Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (UNIVERTIABRASIL, 2003).

Coincidentemente, após a operacionalização dessa nova acepção do desenvolvimento, tornou-se recorrente nos foros políticos e intelectuais e até mesmo na imprensa as preocupações com a exclusão social, com a pobreza extrema, com a violência urbana e outros. Não que esses problemas não existissem no país. O que acreditamos é que eles, com as novas políticas de desenvolvimento, ao contrário do que elas propõem, aumentaram.

Encerramos esse capítulo, que abordou aspectos históricos da idéia do desenvolvimento, onde priorizamos a argumentação de que o desenvolvimento, como ele tem ocorrido, pelo menos desde o final do século 19, transformou-se em mais uma estratégia de expansão e de dominação do capital que interfere nas lógicas e culturas locais escondendo-as, relegando-as ao esquecimento, ou transformado-as em mercadoria e ressaltamos também o caráter de obrigatoriedade que o desenvolvimento vai ganhando. Estas idéias serão de fundamental importância para as abordagens que colocaremos nos capítulos que se seguem.

## CAPÍTULO 2

### O Desenvolvimento no Brasil

No Brasil, na segunda metade do século 19, as duas perspectivas de progresso, predominantes naquela época, – a eugênica e a mesológica – davam as bases para as explicações daquilo que se considerava o atraso do país. Vale ressaltar que a noção de atraso foi construída relativamente ao progresso conhecido na Europa e nos EUA. Lessa (1993), estudando a chegada da ferrovia no Norte de Minas Gerais e propondo tal chegada como também a da intensificação do processo civilizatório ocidental, nos diz,

para os eugenistas o atraso do interior não poderia ter outra explicação. Era preciso, no entanto, tentar civilizá-los por intermédio do ‘saneamento do campo’. Diminuindo a indolência do caipira, sertanejo ou caboclo ao tratar suas doenças, ao civilizá-los. Somente assim, o país estaria ganhando trabalhadores adequados aos meios de produção modernos (...) (p. 163)

Entendia-se, então, que a impureza da raça brasileira e a hostilidade do meio, especialmente no sertão, impediam o progresso. Daí a pretensa europeização empreendida pelo governo imperial no Brasil do século XIX, percebida já no Período Joanino, com vinculação da economia brasileira ao mercado capitalista internacional, através da abertura dos portos e dos tratados de 1810; com a independência política e com a instalação da monarquia, como afirma o historiador do período monárquico, John Armitage, “o instrumento mais próprio para a introdução da civilização que faltava (...)” (apud Freitas, 2000, p. 74). Processo semelhante ocorreu durante o Segundo Reinado, quando D. Pedro II percorreu quase todo o Brasil, viajou para várias partes do mundo, visitando a América do Norte, a Rússia, a



Grécia e vários outros países da Europa e o Oriente Médio (1871-1887), procurando trazer para o país várias inovações tecnológicas, esboçando a construção do Estado brasileiro. Seu referencial de progresso era especialmente o modelo europeu. Naquele momento, as ações de manutenção da unidade do território exigiam a integração do interior, do sertão, bem como o ordenamento e saneamento do território, já que, numa perspectiva mesológica, a natureza era apresentada como outro empecilho para o progresso. O meio ambiente no interior do Brasil, acreditava-se, determinava tanto o comportamento da população quanto impunha dificuldades físicas para o progresso. A natureza era vista como algo a ser domado, como nos diz Lessa (1993), através de uma “intervenção racional e funcionalista no habitat procurando saneá-lo e adequá-lo a uma sociedade civilizada” (p. 163). A construção do Estado brasileiro pressupunha, então, a busca da inserção do país no mundo civilizado e civilização aí, como já dissemos, era sinônimo de Europa.

Nesse quadro, começava a se configurar o meio técnico-científico no Brasil, criando uma visão de progresso a ele associada, ao mesmo tempo em que eram lançadas as bases do regime republicano, ele também associado ao progresso. Buscava-se a ordenação do Estado e da nação brasileira que, apesar dos esforços do regime imperial, estavam ainda por se construir. Pensava-se o Brasil como um mosaico de povos e culturas que precisava ser ordenado e unificado para que houvesse o progresso, aqui visto também como progresso material e científico e como aquisição das tecnologias modernas produzidas pela Revolução Industrial.

Contudo, a economia brasileira era, até o início do século 20, articulada à divisão internacional do trabalho, dentro da qual o Brasil cumpria um papel primário exportador. Esse papel era defendido pelas correntes agriculturalistas, que o entendiam como natural, especialmente de acordo com a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Pereira

(1985), analisando a disputa entre agriculturalistas e industrialistas no Brasil dos anos trinta, aponta a visão da corrente agriculturalista que defendia,

que o Brasil era e, por muito tempo, se não indefinidamente, deveria continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não haveria condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o Governo (...). Na verdade, seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez (p. 97).

Iniciativas industrializantes ocorridas, como as da “Era Mauá”, apesar de terem sido praticamente ações exclusivas do setor privado – como as do Barão de Mauá, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e as de Delmiro Gouveia no Nordeste<sup>4</sup> – ocorreram na segunda metade do século 19. Porém, sucumbiram diante das pressões externas e das restrições estruturais internas como a persistência do trabalho escravo e da hegemonia política das forças agriculturalistas<sup>5</sup>.

Nesse momento, o Brasil transitava para o capitalismo: a crise do escravismo ocasionando a liberação da mão-de-obra, o café paulista produzido em moldes capitalistas, os investimentos privados em empreendimentos industriais e a urbanização decorrente de tudo isso atestam essa transição. Segundo Celso Furtado (1999), em Conferência proferida em 01/09/1999 para o Ciclo de Conferências da Academia Brasileira de Letras 99 – Ciclo Rui Barbosa.

---

<sup>4</sup> Ver: AZEVEDO, Carlos e ZAGO Jr, Guerino, (1988). e MARTINS, F. Magalhães, (1976).

<sup>5</sup> Apesar de um início que parecia promissor, a “era Mauá” não conseguiu durar muito tempo. Suas iniciativas modernizadoras encontravam um forte revés na manutenção da estrutura colonial agro-exportadora e escravista e na concorrência com empreendimentos estrangeiros, principalmente ingleses. Esses, inescrupulosos pelo lucro, não mediam esforços, praticando as mais violentas sabotagens contra o empresário brasileiro, como o incêndio provocado, que destruiu a Ponta de Areia em 1857. Outro fator que contribuiu para impedir a consolidação das iniciativas de Mauá foi a reformulação da tarifa Alves Branco pela tarifa Silva Ferraz em 1860, que reduziu as tarifas alfandegárias para máquinas, ferramentas e ferragens, favorecendo os interesses do capital estrangeiro. Para os setores mais conservadores do governo, o vanguardismo empresarial de Mauá, associado ao seu posicionamento liberal e abolicionista, era visto como uma ameaça. Sua posição contrária à Guerra do Paraguai (1864-1870), criou mais inimizades no governo. Abandonado pelo próprio imperador, Mauá vê-se obrigado cada vez mais a se associar com os empresários britânicos, resultando na falência ou venda de suas empresas por preços reduzidos.

Os três últimos decênios do século XIX foram, possivelmente, a fase de maiores transformações sócio-econômicas que conheceu a História de nosso país. Tivemos o rápido avanço do sistema de trabalho assalariado que, combinado com o declínio do regime escravista, modificou, profundamente, o perfil social do Brasil. *Isso foi possível graças à importante corrente de imigração de origem européia e asiática, que aqui incentivou a formação de uma consciência social e o embrião de uma sociedade civil.* (grifos nossos)

Nota-se que Furtado demonstra preocupação com o progresso material e imaterial do Brasil. Para ele, o advento do trabalho assalariado, que para nós significa o advento das relações capitalistas de produção, juntamente com a chegada dos imigrantes europeus, que preferimos entender como parte de um processo de europeização, incentivaram “a formação de uma consciência nacional e o embrião de uma sociedade civil” (FURTADO, 1999. op. cit). E isto é recorrente no pensamento brasileiro sobre o desenvolvimento: que ele ocorre como uma aproximação da Europa pela introdução das lógicas, conhecimentos e métodos e até das pessoas vindas daquele continente. Assim, o desenvolvimento no Brasil, desde os seus primórdios, está associado, primeiro à idéia liberal da livre concorrência e à dinâmica do mercado como capazes de naturalmente fomentá-lo; depois ao crescimento econômico, à industrialização, ao progresso tecnológico, à presença dos objetos técnicos como símbolos de melhoria de vida para toda a nação.

Contudo, como foi dito anteriormente, a industrialização, naquele momento, não logrou o êxito em forma de consolidação. Tal industrialização é entendida pela maioria dos historiadores de economia brasileira como um surto e, ao invés de apoiá-la, o governo imperial a dificultou. Após a Proclamação da República, já nos seus momentos iniciais, encontramos ações governamentais no sentido de favorecer a industrialização como, por exemplo, o “encilhamento” do Ministro Ruy Barbosa.

O projeto de Ruy Barbosa – a Lei Bancária/emissionista de janeiro de 1890 – lançou, a despeito do desastre monetário, as bases de uma política industrial nacional, inspirada na legislação protecionista americana de 1862, adotada por Lincoln, apoiando, com medidas legais, a emergência de sociedades por ações. Levantando obstáculos alfandegários à livre importação direta, esperava-se formar, com a reserva de mercado, um clima favorável à industrialização. De acordo com Furtado,

Se se tem em conta que, no mesmo ano, ele (Rui Barbosa) fez o Governo aprovar uma Lei do Similar Nacional – que era uma audaciosa antecipação da política de substituição de importações, a qual, quatro decênios depois, permitiria ao Brasil superar a fase de Economia primária exportadora e engajar-se, decisivamente, na industrialização (...). (FURTADO, op. cit., 1999).

O objetivo secundário do encilhamento era, ao mesmo tempo em que se fomentava a industrialização, o de criar uma economia monetária – vista como símbolo de inserção no mundo “civilizado” e de aproximação da Europa – num país que, recém saído da escravidão, época em que a maioria da população, livre ou cativa, vivia do favor, da caridade, da esmola e do escambo ou de trocas baseadas em relações de reciprocidade e não nas relações monetárias. O Visconde de Taunay, em sua novela *O Encilhamento* de 1894, ilustrou muito bem essa questão:

Parecia indeclinável acabar de uma vez com todas as antigas práticas, transformar, quanto antes, as velhas tendências brasileiras de acautelada morosidade e paciente procrastinação. Ao amanhã de todo sempre, substituir-se-á o já e já! Quanto moroso, senão estéril no natural egoísmo, o pesado trabalho da terra, com os seus hábitos arraigados, rotineiros! A indústria, sim, eis o legítimo escopo de um grande povo moderno e que tem de aproveitar todas as lições da experiência e da civilização; a indústria, democrática nos seus intuítos, célere nos resultados, a fazer a felicidade dos operários, a valorizar e tresdobrar os capitais dos plutocratas, sempre em avanço e a progredir, tipo da verdadeira energia americana e a desbancar, com os seus inúmeros maquinismos, que dispensariam quase de todo o auxílio braçal, tudo quanto pudesse haver de melhor e mais aperfeiçoado nos mercados estrangeiros!”(TAUNAY, 1894)

Com tudo isso, e apesar do fracasso do encilhamento, o que se percebe é que o industrialismo começava a penetrar os meios governamentais onde, para muitos, a industrialização seria o caminho para o progresso. Para os industrialistas, “o Brasil não só poderia, mas deveria tornar-se um país industrial” (FURTADO, 1974, p. 97). No entanto, o desenvolvimento era visto numa perspectiva evolucionista, eugênica e mesológica. Bastava, portando, na visão dos industrialistas, que o país criasse condições, através do saneamento do meio e do homem, e cumprisse as etapas necessárias, que progrediria em direção ao mundo civilizado, avançaria como pensava Euclides da Cunha. Analisando as idéias de civilização de Cunha, Lessa (op. Cit.), nos diz:

Para Euclides, aos sertanejos e caboclos pouco faltava para que dominassem aqueles territórios inóspitos. Eram raças já adaptadas que, contando com os benefícios da civilização, prosperariam, enquanto que a adaptação da raça branca, ou expansionista, aos novos e inóspitos territórios conquistados somente seria possível se empreendesse, com a ajuda da ciência um processo de adequação do meio e um “transplante radical de cultura”. Para Euclides: “Médicos ou geômetras, ou geógrafos, todos por igual naturalistas, confundem-se, indistintos, numa tarefa inteiramente nova, a do saneamento da terra (p. 86).

Na medida em que a corrente industrialista se ia prevalecendo, mudavam-se as diretrizes do desenvolvimento. Roberto Simonsen (1938) avaliava que a riqueza gerada pelo café logo se tornaria insuficiente para fazer andar o país. Achava que o Brasil tinha que se industrializar para crescer, mas queria que o Estado se engajasse no projeto, com planejamento estratégico e uma política tarifária favorável aos empresários nacionais. Como os interesses de industriais e fazendeiros nem sempre coincidiam, foi preciso tempo para fazer valer essas idéias. Simonsen via a indústria como fonte de progresso e solução para todas as mazelas brasileiras e dizia, “O consumo e a produção trarão o engrandecimento do país, o bem-estar e a tranqüilidade da sua população, que poderá resolver então todos os demais problemas nacionais” (p. 87).

## **A crise do capitalismo liberal e uma nova visão do desenvolvimento: o Estado entra em cena**

No início do século 20, a economia mundial começava a dar sinais de alerta quanto ao predomínio do *laissez faire*. Porém, somente no momento da grande crise capitalista de 1929 é que foram alentadas teorias alternativas. O pensamento burguês não admitia a aplicação das teses marxistas, pois visavam a institucionalização de um modelo alternativo que, por sua vez, não era o capitalismo. Assim, surgiu uma teoria que propunha maior ação econômica do Estado como fator de superação das deficiências do liberalismo.

No Brasil, esse pensamento começou a ser difundido por Roberto Simonsen, em meados dos anos 40. Simonsen defendia a implantação de um modelo econômico baseado no desenvolvimentismo, com medidas heterodoxas, tendo o Estado como principal empreendedor desse processo de industrialização e substituição de importações, o que o caracteriza como um dos representantes do nacional desenvolvimentismo e seguidor da linha de pensamento keynesiano.

Contudo, a visão do desenvolvimento continuava atrelada à idéia de que a industrialização e o crescimento econômico por si só o fomentariam. O que temos aí, como novo ingrediente, é a idéia de uma industrialização menos dependente de forças externas. Essa visão do desenvolvimento tinha um forte viés economicista, e propunha industrialização e crescimento econômico como as vias mais adequadas para o “progresso”, e progresso aí também era visto como aproximação dos padrões civilizatórios do Ocidente, na medida em que era entendido como mais industrialização e, conseqüentemente, como maior oferta de bens de consumo, de objetos técnicos.

Porém, a efetivação de tal via para o desenvolvimento não se deu sem conflitos de interesses entre as duas principais facções do poder no Brasil da época. Como já foi dito, de um lado estavam os que desejavam a continuidade do antigo modelo econômico agrário-exportador – os agriculturalistas – e de outro lado, as forças sociais ávidas por mudanças e

que pensavam em buscar um novo modelo de desenvolvimento em que o Estado deveria agir como o principal empreendedor nesse projeto – os industrialistas.

Esse embate ganhou contornos mais definidos em favor dos industrialistas após a grande crise capitalista de 1929, que desnudou a fragilidade do modelo agrário-exportador até então predominante no país. A conjuntura dos anos 30 favoreceu também o abandono das diretrizes do liberalismo econômico ou, pelo menos, a busca de um modelo alternativo. A crise profunda por que passava o capitalismo abria espaço para as propostas intervencionistas e nacionalistas de desenvolvimento econômico, fossem essas propostas efetivadas pela via autoritária – através dos fascismos – ou preservando-se a democracia liberal burguesa, como ocorreu no EUA. Segundo Pereira (1973),

O modelo primário-exportador de subdesenvolvimento e o correspondente Estado Oligárquico Mercantil entram em colapso com a Grande Depressão dos anos trinta. Abre-se então um período de crise para o sistema capitalista central, com profundas repercussões no sistema da divisão internacional do trabalho. Os países periféricos, com sua economia voltada para fora, são duramente atingidos pela depressão mundial (...). E é exatamente a partir dessa crise que surge uma nova e decisiva oportunidade para industrialização (...). Com a oportunidade de elevados lucros, surgida com a elevação dos preços dos produtos manufaturados importados, tem início um acelerado processo de industrialização via substituição de importações. (p. 116)

No Brasil, após a Revolução de 1930, o Estado começou a assumir um papel de relevância na industrialização e na busca de um modelo menos dependente dos países centrais do sistema capitalista. Este processo ocorreu, porém, pela via autoritária, especialmente após a instalação do Estado Novo, em 1937, quando o Estado assumiu de vez a direção e o planejamento do desenvolvimento econômico.

A ação do Estado Novo no âmbito da economia foi de fundamental importância para a incorporação ao Estado dos projetos de industrialização. A intervenção, o dirigismo econômico e o nacionalismo, típicos do período, solidificaram os alicerces para a industrialização brasileira. A instalação de uma indústria de base, com as práticas

protecionistas do mercado interno e com a manutenção da demanda interna, contrariaram a tendência internacional de desaquecimento da economia como efeito da Guerra de 1939-1945.

Tais tendências podem ser subtraídas das próprias palavras de Getúlio Vargas:

Ferro, carvão e petróleo (...) são os esteios da emancipação econômica de qualquer país (...). Desde alguns anos, sem descontinuidade ou esmorecimento, vem o governo estudando a forma de instalar no país a grande siderurgia (...). A Revolução de Outubro, de tendências acentuadamente nacionalistas, afastou por algum tempo o risco de entregarmos as nossas jazidas de ferro, a Estrada de Ferro Vitória-Minas e o vale do Rio Doce a um monopólio internacional (...). O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O país semi-colonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento... Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho (VARGAS, apud. IANNI, p. 62-3).

A manutenção da demanda em um período de crise geral do capitalismo, os investimentos estatais na indústria de base, a política cambial, que favorecia a importação de máquinas e equipamentos, e uma situação política de relativa estabilidade – mesmo que à custa da força e das práticas populistas – abriram a trilha que o país necessitava para assumir de vez a industrialização como base para seu progresso material. Apesar do caráter nacionalista, a ocidentalização da vida, dos saberes e dos fazeres da população na Era Vargas ganhava contornos cada vez mais intensos. Acentuava-se o processo de obliteração das culturas e saberes locais, na medida em que lugares, em busca de desenvolvimento, se integravam às redes urbanas vinculadas ao mercado mundial.

Foi também a partir da década de 1940, que vários estudos começaram a defender o desenvolvimento a partir de dentro. Teorias, como a do desenvolvimento desigual e a da dependência, procuravam demonstrar como a relação de dependência centro/periferia constituía um fator de estrangulamento da economia dos países tidos como periféricos



impedindo, ou pelo menos dificultando, seu desenvolvimento. Começavam a surgir correntes de pensamento, que buscavam alternativas de rompimento com a dita relação de dependência.

Prebish (1949), por exemplo, pensando a situação de dependência latino-americana, negou-se a tratar o atraso como uma anomalia. Segundo o autor, o subdesenvolvimento não pode ser identificado apenas como um simples estado de atraso, e sim como um padrão de funcionamento e de evolução específica de certas economias, e como tal, merecedor de um esforço de elaboração teórica também específico. No conceito sobre o conflito “Centro x Periferia”, o caráter periférico das economias latino-americanas se expressaria, segundo o autor, em aspectos como: **heterogeneidade estrutural**, em que setores com alta produtividade coexistem com setores caracterizados pelo subemprego e pela produção para subsistência; **especialização produtiva** em exportação de gêneros primários ou em setores industriais de baixo capital e tecnologia; **condições de desenvolvimento desigual** caracterizadas por diferentes níveis de produtividade, desemprego persistente e a tendência de déficits comerciais devido a deterioração das relações de troca que dificultam o alcance e a manutenção de ritmos de acumulação elevados; e **Políticas ativas do estado**, devido às dificuldades de manter ritmos de acumulação de capital e investimento.

Prebish diagnosticava essa situação e propunha a participação ativa do estado nos processos de industrialização e desenvolvimento e lançava as bases para uma série de discussões acerca das formas de desenvolvimento na América Latina. Foi nesse contexto que surgiu a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – que influenciou as políticas de desenvolvimento latino-americanas desde então.

Criada na década de 40, com o propósito de explicar o atraso no desenvolvimento latino-americano em relação aos países chamados centrais e de encontrar formas para superar esta disparidade, a CEPAL questionava não apenas a divisão internacional do trabalho, vigente no

mundo capitalista, mas também criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional, que sustentava essa divisão.

A CEPAL contrariava essas teorias clássicas, apontando-as como principais causadoras de subdesenvolvimento dos países periféricos, o que legava a eles uma condição de subordinação, pois quem ditava as regras do jogo de intercâmbio eram os países centrais.

Para os cepalinos, as ações desenvolvimentistas deveriam partir, internamente, dos países subdesenvolvidos, não mais como simulacros das doutrinas liberais européias ou norte-americanas, que priorizavam a estabilidade econômica em detrimento do desenvolvimento. Furtado (1961), por exemplo, advogava a “transferência dos centros de decisão de fora para dentro do país” (p. 243). Os cepalinos acreditavam que a industrialização deveria ser realizada através de uma burguesia autóctone, com a participação de capitais externos e do Estado.

A influência da CEPAL no Brasil tem sido reconhecida como provavelmente a mais significativa entre os países da América Latina no pós-Segunda Guerra Mundial. Embora em graus variados e muitas vezes de maneira difusa, essa influência atingiu tanto os intelectuais quanto o empresariado industrial. A ênfase nas estruturas foi amplamente reconhecida como uma das características mais marcantes da teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. De fato, os escritos de Prebisch foram geralmente vistos como os mais importantes da corrente estruturalista nos estudos do desenvolvimento econômico e da economia política internacional. Embora seja marcante na concepção econômica, desenvolvida desde os primeiros textos cepalinos, segundo os quais o funcionamento normal das estruturas econômicas e sociais periféricas levava a resultados específicos e pré-determinados como heterogeneidade econômica, baixo dinamismo do progresso técnico e produtividade, desigualdade social, deterioração dos termos de troca.

Segundo diversas variantes da teoria da dependência, as estruturas econômicas, sociais e políticas, herdadas do período clássico (agro-exportador) da dependência, condicionavam as trajetórias subseqüentes e, no máximo, davam lugar a novas formas de dependência (nova dependência, industrial-periférica, associada-dependente). No mesmo sentido, outros trabalhos adotaram uma perspectiva similar. A teoria do “capitalismo tardio”, que defende que o funcionamento das economias capitalistas desenvolvidas tardiamente, em relação às suas congêneres européias e norte-americanas, estão determinadas por estruturas que caracterizam distintos períodos históricos. Nessa abordagem, as estruturas básicas são as forças produtivas e as relações de produção. Os demais elementos da economia (por exemplo, a ação do Estado, a inserção das empresas estrangeiras e as relações de trabalho) são derivados das características dessas estruturas em momentos específicos da história econômica brasileira – colonial, mercantil-escravista, exportadora-capitalista, industrialização restringida e industrialização pesada.

Pode-se dizer que, no Brasil, o governo de Juscelino Kubistchek (1956-60) foi o que mais se aproximou da aplicação das teses cepalinas. Recorreu largamente à presença estatal na conformação de elementos infra-estruturais (construção de Brasília e das BRs) e acelerou a política da “substituição de importações” (atraindo as montadoras de automóveis), promovendo simultaneamente a presença do capital estrangeiro e o crescimento da indústria nacional, apoiando a atração daquele capital e, para fomentar o desenvolvimento e reduzir as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, instituiu em 1958 a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A partir daí, o desenvolvimento ganhou de vez, no Brasil, a feição de obrigação e de mito. O sistema de objetos técnicos começava a se fazer mais presente e, com seu discurso que o simboliza como progresso, seduziu, primeiro, as elites, depois, as classes médias para, finalmente, chegar às classes-que-vivem-trabalho, que representam, na posse daqueles

objetos, sua inserção no mundo da sofisticação, do conforto e do desenvolvimento. Aparelhos de televisão, automóveis, eletrodomésticos, telefones e outros objetos começaram a fazer parte da paisagem e da vida das pessoas ou, pelo menos, de algumas pessoas. Com isso, a visão do desenvolvimento ficou, ainda mais, atrelada à de crescimento econômico e este, por sua vez, como o agente capaz inserir todos os povos no mundo visto como desenvolvido, melhorando suas condições de vida, entendida, pelos defensores do desenvolvimento, como “pobre e miserável”. E mais desenvolvimento passou a significar também mais consumo, mais tecnologia, mais ciência, mais velocidade, enfim, maior presença das lógicas e conhecimentos predominantes no ocidente.

Porém, no início da década de 60, a economia se estagnou. As iniciativas inócuas dos governos de Jânio Quadros e João Goulart diante de uma crise econômica, a polarização política interna e a política externa norte-americana voltada para a contenção do expansionismo soviético, acabaram por levar a um golpe de Estado, que instalou no país uma ditadura em 1964. Esse episódio da história brasileira, também conhecido como colapso do populismo, foi, na realidade, a chegada aos limites do processo de desenvolvimento, que se iniciara com Vargas e se acelerara com JK. Desenvolvimento que, nas fases posteriores aos citados governos, ganhara muito mais a feição de uma simples modernização, que privilegiou uma minoria social em detrimento da grande maioria da população. Para Jaguaribe (1992), essa situação levou à ruptura porque,

Quando chegamos a um certo grau de complexidade da industrialização, defrontamos com a insuficiência da demanda no mercado interno. Porque, embora no governo Kubitschek de mais ou menos 80 milhões de habitantes, apenas um terço ou um pouquinho mais do que isso participava realmente do mercado. O restante formava uma grande massa marginal, que tinha acesso apenas aos alimentos básicos, não participando do mercado industrial. Então, a industrialização que se fazia na base da substituição de importados para o atendimento da demanda encontrou seu limite de expansão no momento em que os novos investimentos, que seriam necessários para aprofundar e expandir a industrialização, implicavam uma demanda superior à da parcela da população que participava efetivamente do mercado” (p. 258)

## **O regime militar e o modelo dependente de desenvolvimento**

A partir da instalação do regime militar em 1964, sem afetar o modo de produção dominante, optou-se pelo modelo dependente de desenvolvimento ou pelo de desenvolvimento associado. Criaram-se todas as facilidades possíveis para a entrada do capital transnacional, o que, segundo os gestores do modelo, iria alavancar o desenvolvimento econômico. Para Roberto Campos, os princípios que norteariam a elaboração da nova política econômica seriam:

A opção por um sistema de economia mista, segundo princípios de mercado, em vez de um sistema centralista, de economia de comando; opção por um sistema extrovertido, com ênfase no comércio exterior e aceitação de investimentos externos; realismo econômico, pela implantação de um elenco de verdades – a verdade tarifária, a verdade cambial, a moeda corrigida; produtivismo como precondição, e prólogo de um distributivismo eficaz. (CAMPOS, apud KELLER & LEMOS, 2004)

Essa nova estratégia de desenvolvimento direcionou para o mercado mundial o processo de industrialização, em detrimento do mercado interno. Segundo Singer (1976),

A nova estratégia de desenvolvimento baseou-se, portanto, em boa medida, na abertura da economia para fora. Isto significa que as prioridades no processo de industrialização deixam de ser as necessidades do mercado interno apenas, e passam a ser também as necessidades do mercado mundial. Como os recursos disponíveis para investimento a cada momento são limitados – estamos pensando em recursos reais: mão-de-obra de diferentes graus de qualificação, equipamento, matérias-primas –, sua utilização está sendo condicionada cada vez mais pelo objetivo da integração da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, não mais como mero fornecedor de matérias-primas, é certo, mas como fornecedor de bens industriais (p. 115).

Ao mesmo tempo em que a economia brasileira vinculava-se aos interesses externos e à estabilidade econômica, com o que concorda Baer (2002), ao dizer que “os formuladores da política econômica dos governos militares deram ênfase à estabilização econômica e às reformas estruturais nos mercados financeiros” (p. 93), nesse período, adotou-se uma política de incentivos fiscais para determinar a alocação regional e setorial de recursos. As superintendências de

desenvolvimento passaram a ter um importante papel na alocação espacial de recursos. A SUDENE, para o Nordeste e a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento para a Amazônia –, para a Região amazônica tornaram-se substantivas.

Ainda assim, a questão da distribuição continuou apresentando os seus tradicionais desequilíbrios, tanto em termos regionais, quanto em termos sociais. Para Baer (2004), “embora os governos pós-64 tenham procurado enfrentar o antiqüíssimo problema dos desequilíbrios regionais, poucos avanços fizeram para resolver a extraordinária má distribuição entre o Sudoeste/Sul e o Nordeste” (p. 112). Apesar do volume de recursos movimentados pela SUDENE, por exemplo, as aplicações ocorreram em setores da indústria pouco geradores de emprego e se concentrou em algumas cidades, agravando o problema da concentração. Além disso, o modelo de estabilização e desenvolvimento do regime militar, dada sua enorme dependência do fluxo de capitais e recursos externos, não resistiu às flutuações do mercado internacional. A crise do Petróleo, em 1973, mostrou a fraqueza desse modelo, que sucumbiu diante dessas flutuações. Ainda de acordo com Baer,

o Brasil tinha duas opções para reagir ao choque do petróleo: poderia reduzir substancialmente o crescimento a fim de diminuir sua conta de importações não referente a petróleo, ou poderia optar por elevadas taxas contínuas de crescimento, o que implicava um declínio significativo nas reservas cambiais do país e/ou um grande aumento de sua dívida externa (BAER, op. cit., p.109).

Os governos militares optaram pela segunda alternativa. E, no que diz respeito à dívida externa, conforme Simonsen,

(...) mesmo que toda a dívida externa brasileira tivesse sido causada pelo crescimento econômico ocorrido desde a primeira crise do petróleo, um cálculo elementar mostra que a estagnação teria sido a opção mais eficiente. Em 1973, um ano de grande euforia, o produto real do Brasil atingiu somente 62% do produto real alcançado em 1981, que foi um ano de recessão. No final do ano passado (1981), a dívida externa não chegou nem a 25% do PIB, o que significa que, se fôssemos obrigados a pagar toda a dívida externa em um ano, ainda estaríamos em uma situação melhor agora do que se tivéssemos estagnado de 1973 em diante. E nosso sacrifício duraria somente um ano e não uma geração inteira.” (SIMONSEN, apud BAER, 2002, p.5-6)

É notável que a questão central dessa nova política de desenvolvimento tenha sido a estabilização e o crescimento econômico. A questão social parecia ficar em segundo plano e as iniciativas ocorridas nessa área estavam vinculadas à política econômica e à doutrina da segurança nacional. Contudo, os indicadores sociais continuavam insatisfatórios. De acordo com a entidade internacional *World Population*, em 1979 morriam 52 crianças por hora no Brasil. Mas, como nos diz Chiavenato (1995), “as atenções estavam voltadas para o projeto econômico” (p. 96).

A falência do modelo de acumulação capitalista, que veio na esteira da crise do *Welfare State* keinesiano, no final dos anos 60, dada a crise por que passavam mesmo os países mais bem posicionados economicamente, marcada pelo aumento do déficit público, pela inflação e pela estagnação, propiciou aos liberais do Grupo de Mont-Pelérin, liderado pelo ultra-liberal Friedrich Hayek, o argumento de que precisavam para condenar a intervenção estatal na economia e, desde então, os princípios do que agora passamos a chamar de neoliberalismo, começaram a se fazer presentes e a, paulatinamente, determinar os rumos da economia e do desenvolvimento. O mercado, e não mais o Estado, passou a ser entendido como o agente que alavancaria o desenvolvimento. Nesse contexto, o desenvolvimento passou a ter novas nuances e a ser visto, agora, como desenvolvimento econômico e social; o local começava a surgir como base privilegiada para sua formulação e fomento. Transferia-se para o local a responsabilidade do desenvolvimento. Propugnava-se a diminuição do papel do Estado e a sociedade civil passava a ser entendida como o *locus* responsável pela solução dos problemas sociais e

econômicos. No Brasil, essa tendência começou a dar sinais de presença com a redemocratização do país, em 1985, assumida de vez no governo Collor de Melo (1990-1992), intensificada, e podemos dizer, consolidada nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2000) e continuada no governo de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>6</sup>.

Não pretendemos, aqui, aprofundar na questão do desenvolvimento operacionalizado a partir desses governos. O que observamos é que, seja como for, a partir do pós-guerra, o desenvolvimento no Brasil esteve sempre vinculado à idéia de crescimento econômico, de industrialização e de urbanização. A crença de que o desenvolvimento econômico por si só traria o desenvolvimento social reforçou o processo de obliteração das culturas locais, em favor da aceitação de lógicas, conhecimentos e técnicas estranhas ao meio onde ele ocorria. Os lugares e a vida foram, então, para que ocorresse desenvolvimento, desestruturados e reestruturados pelos valores que ele trouxe na sua bagagem – os valores ocidentais – e assim, o que não vêm ou não é criado no e pelo mundo ocidental recebeu a representação do atraso e do não-progresso.

Depois de, nestes dois primeiros capítulos, termos tecido uma crítica ao conceito de desenvolvimento, bem como observado a sua dinâmica, e de termos esboçado uma breve história do desenvolvimento no Brasil, sem a pretensão de esgotarmos essas questões, aqui colocadas apenas como um suporte teórico para analisarmos o que é a questão central deste trabalho, qual seja, a presença dos objetos técnicos no Norte de Minas a partir de sua inserção na rede urbana do Sudeste, do seu desenvolvimento e do processo de desestruturação / reestruturação daí decorrente, partiremos para uma análise do sistema de objetos técnicos e da sua presença em lugares considerados atrasados, entendendo tal presença como um fator desestruturador / reestruturador e como uma fábula do desenvolvimento.

---

<sup>6</sup> Sobre essa orientação de governos de esquerda para a adoção dos preceitos neoliberais em política econômica, fato um tanto paradoxal, cf. ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. 2003. Texto disponível em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>. Site acessado em 04/03/2004.



## CAPÍTULO 3

### A importância das representações sociais

#### Durkheim: representações coletivas e a origem das representações sociais

O conceito de representação não é um conceito novo na sociologia. Foi destacado e trabalhado por Émile Durkheim e Marcel Mauss como forma de analisar a realidade coletiva que, para eles, expressa conhecimentos, crenças e sentimentos de um grupo social. Recentemente, o conceito voltou a ser destacado nos meios acadêmicos, por um esforço, não da sociologia, mas da psicologia social. Moscovici (1978) promoveu a substituição do termo coletivo por social ampliando o seu significado ao dizer, “a representação social não somente traduz como também produz conhecimentos” (p. 23). O exercício de um diálogo entre as “velhas” teorias sociológicas e as “novas” teorias da psicologia social é um exercício de leitura que pode viabilizar pesquisas empíricas, na medida que percebe as representações sociais como categoria de análise social; como instrumento de pesquisa que permite entender as concepções dos grupos e atua como uma das formas para compreender as mudanças e permanências promovidas socialmente.

Durkheim (1987) delineou o objeto e o método da sociologia, num momento em que predominava o método das ciências naturais, conferindo-lhe a necessidade de objetividade, verificação e experimentação. Sua contribuição possibilitou o desenvolvimento de conceitos fundamentais para as ciências sociais que, juntamente com a análise precisa, orientou e continua orientando a prática sociológica. Em *As regras do método sociológico*, Durkheim

define os fatos sociais como objeto da sociologia, argumentando se tratarem de “coisas”. Pretendendo elucidar tais fatos e com o objetivo de diferenciá-los do objeto da psicologia, o autor enuncia suas principais características: interior e exterior ao indivíduo – precede ao indivíduo, existindo fora de suas consciências individuais; coercivo – se impõe independente da vontade individual; gerais e coletivos. Para Durkheim “é fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é gerada na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter” (p.11).

Esta hipótese, não foi bem acolhida e compreendida na época em que foi apresentada. Por isso, no prefácio à segunda edição das *Regras do Método Sociológico*, Durkheim retomou a questão e, para esclarecê-la, distinguiu e opôs coisa e idéia dizendo que: é coisa tudo o que não pode ser compreendido por uma simples análise mental e sim “por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos”. (DURKHEIM, op. cit., p. 21) Para o autor, todos os objetos científicos são coisa e como tal devem ser tratados. São desconhecidos, ignorados, e exigem, para se fazerem conhecidos, uma análise objetiva que parta do exterior. Os objetos, tratados como coisas, pressupõem uma construção, que vai do simples ao complexo.

Buscando afirmar a sociologia como ciência, Durkheim negava que os fatos sociais possam ser conhecidos através de uma interrogação da consciência. As instituições sociais, em sua grande maioria, são herdadas de gerações anteriores e não é por meio de uma simples interrogação que se descobre suas causas e razões. Além disso, “o que importa saber não é a maneira pela qual tal pensador concebe individualmente determinada instituição, mas sim a concepção que dela formula o grupo; somente esta concepção é socialmente eficaz” (p. 24). Os fatos sociais têm uma existência independente dos fatos individuais. São exteriores às

consciências individuais, existem nas partes porque antes existem no todo. Cabe à sociologia analisar os estados da consciência coletiva, suas leis e representações que são extremamente diferentes daqueles de natureza individual, com as quais deve preocupar-se a psicologia. É na diferenciação entre as duas disciplinas e, conseqüentemente, na idéia de que a sociedade não pode ser explicada através das consciências individuais que o autor introduz o conceito que nos interessa, o das representações coletivas. Vale dizer que no período que antecede à publicação de *As Regras do Método Sociológico*, o autor utilizava o conceito de consciência coletiva, o que nos faz supor que tal termo sofreu uma re-elaboração. Durkheim (op. cit) afirma que,

o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas (p. 26).

É preciso, então, considerar a natureza social e não a individual e atentar para o fato de que o mundo todo é feito de representações. Estabelecida à diferença entre os objetos, resta saber se há semelhanças entre representações coletivas e individuais, uma vez que ambas são representações. O autor enfatiza que a religião, os mitos e as crenças exprimem uma realidade diversa da realidade do indivíduo e, portanto, devem ser estudados de forma diferente. A sociologia deve reconhecer essa diferença, afinal é a ciência das instituições, e engloba as crenças e comportamentos da coletividade. Em outra obra, *As formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim (1983) novamente utiliza o termo representações coletivas. Nela, o autor analisa o sistema religioso primitivo – cultos australianos – para compreender as suas formas elementares e a natureza religiosa do homem. Todavia, ressalta que optou pelas religiões primitivas por uma questão de método (histórico), pois todas as religiões possuem as mesmas

causas e respondem às mesmas necessidades. As religiões se apóiam no real e o exprimem.

Durkheim (op. cit), destaca que

na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções (p. 208).

Contudo, as formas elementares da vida religiosa são mais perceptíveis nas sociedades chamadas primitivas, pois não há “maquiagens”, “ornamentos” em sua religião. Nessas sociedades há uma forte presença da consciência coletiva, definindo as formas de agir e de pensar do grupo uma vez que, segundo Durkheim, “tudo é comum a todos” o que ele chama de solidariedade mecânica. Existe uma representação coletiva, estruturada na religião, que possibilita aos indivíduos conceberem o mundo de forma homogênea. Nesse sentido, a religião é um sistema de representações do mundo, de onde deriva inclusive a cosmologia da sociedade. Noções como tempo e espaço, compreendidas enquanto categorias de entendimento, nascem do pensamento religioso. São representações coletivas, fundadas na prática religiosa. Durkheim completa afirmando que a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: “elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo” (op. cit., p. 212).

## **A reformulação do conceito**

As representações compreendem, assim, um sistema de idéias que, juntamente com os ritos e o culto, compõe um sistema de práticas que procura exprimir o mundo. Essa noção está presente também em Marcel Mauss (1979), que concebe a diferenciação entre representação individual e coletiva, enfatizando a importância do social. Mauss não nega o sentimento individual, mas destaca que é social e simbólico, traduzindo representações coletivas. Para Durkheim, essas práticas compõem, juntamente com o sistema de idéias, a própria religião. É o que faz os homens agirem. E, nesse movimento de fazê-los agir, ela cria e recria a fé, tornando-se o elemento eterno da religião. Durkheim (1983) afirma que

“os mais bárbaros ritos ou os mais bizarros, os mais estranhos mitos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto, seja individual, seja social da vida. As razões que o fiel se dá a si mesmo para justificá-los podem ser, o são mesmo freqüentemente, errôneas; mas as razões verdadeiras não deixam de existir e é tarefa da ciência descobri-las” (p. 206).

A religião é um conjunto de representações, uma instituição e, como tal, é objeto científico. A própria ciência consiste num sistema de representações do mundo. Contudo, a ciência analisa seus objetos de forma objetiva, classifica-os, hierarquiza-os, de acordo com as normas da comunidade científica. Possui um rigor próprio, evidenciado no método e na construção do objeto. E é desta forma que a prática científica deve atuar na explicação dos fenômenos religiosos. Assim, evidencia-se a noção presente na obra de Durkheim de que o mundo é feito de representações.

Gilbert Durand, estudioso do imaginário, procurou traduzir, representar a realidade, através dos significantes. Na sua ótica, o significante atribui sentido, significado, representa algo. Deste modo, aborda o problema das representações para compreender os significantes. Em Durand, existem duas maneiras de representar o mundo através da consciência: “direta”,

onde o objeto é perceptível ou sensível e “indireta”, onde o objeto se encontra ausente. Ou seja, numa o objeto está presente, já na outra é preciso presentificá-lo, representá-lo. Todavia, em ambas, a questão central é de cognição e de comunicação, pois o objetivo é clarificar a realidade do grupo. Realidade que interessa a Moscovici, que se preocupa com as mudanças e as permanências da vida social; que indaga sobre o motivo das representações, das reações do grupo e do indivíduo. O autor é o responsável pela modificação do termo representação coletiva para representação social.

Moscovici (1978) observa as representações como entidades “quase tangíveis”, presentes na realidade, que se manifestam em palavras e expressões, em produções e consumo de objetos, em relações sociais. Para ele, “correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica” (p. 41). Todavia, alerta para a dificuldade de se apreender o conceito de representação, diferentemente do que ocorre com sua realidade. Inúmeras razões respondem por tal fato, históricas e não-históricas. As primeiras ficam a cargo dos historiadores e as segundas podem ser sintetizadas na “encruzilhada” em que se encontram conceitos sociológicos e psicológicos. E é nesta encruzilhada que o conceito é re-elaborado.

Moscovici (1985) afirma que as representações sociais na sociedade atual são equivalentes aos mitos e crenças nas sociedades chamadas primitivas. Remetem-se, portanto, à maneira que os homens pensam, agem, procuram compreender o sentido de suas ações e pensamentos. Seu estudo

“se focaliza na maneira pela qual os seres humanos tentam captar e compreender as coisas que os circundam e resolver os ‘lugares comuns’ e quebra-cabeças que envolvem seu nascimento, seus corpos, suas humilhações, o céu que vêem, os humores de seu vizinho e o poder a que se submetem” (p. 02).

É importante ressaltar que o mito, nas chamadas sociedades primitivas, compreendia uma concepção homogênea de mundo, uma “filosofia” única que refletia o pensamento e a prática social. Nas sociedades modernas a representação não é a única, mas apenas uma das formas de apreender a realidade. Nestas sociedades, a representação coexiste com o pensamento filosófico e técnico-científico, podendo ser influenciada ou opor-se a essas concepções. Na psicologia social as representações são colocadas como fenômeno, que possui mobilidade e circularidade, diferente da estaticidade presente em Durkheim que, no dizer de Moscovici, trabalha as representações de forma genérica, como um conceito que envolve a ciência, o mito, a religião, entre outros. A substituição de coletiva por social é, dessa forma, uma maneira de acentuar essa diferença: ela deixa de ser um conceito que explica o conhecimento e crenças de um grupo para se tornar um fenômeno que exige explicação e que produz conhecimento. As representações são assim, uma maneira de interpretar e comunicar, mas também de produzir e elaborar conhecimentos. Moscovici (1978) nos diz que,

“são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aquelas e estas e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior” (p. 50).

As representações sociais objetivam à transformação do desconhecido em conhecido, do não familiar em familiar. Tornar o estranho, o perturbador em algo próximo, íntimo, é seu intuito. Esse processo transformador é determinado pela linguagem, pela imagem e pelas idéias compartilhadas em um grupo. Se, a princípio, a familiaridade evidencia-se é preciso parar, recuar para visualizar o aspecto desconhecido que a representação envolveu e familiarizou. O autor afirma que são dois os processos que geram representações sociais: ancoragem e objetivação. A ancoragem transfere o estranho para um referencial que possibilita sua

interpretação e comparação, através de uma relação entre “categorias e rótulos”. Ancorar é classificar, nomear, rotular, é representar. A objetivação elabora um cenário familiar ao anteriormente desconhecido e ocorre em duas fases. A primeira relaciona o conceito com a imagem que incorpora as palavras, segundo Moscovici (1985), no “núcleo figurativo, uma estrutura de imagem que reproduz uma estrutura conceitual de uma maneira visível” (p. 22), o que evidentemente facilita a comunicação do que está sendo representado, que deixa de ser uma entidade abstrata e assume uma existência com caráter autônomo. A segunda fase ocorre, para Moscovici, quando os elementos do pensamento se realizam efetivamente no meio social, não havendo mais separação entre representação e objeto representado. Nesse sentido, a ancoragem e a objetivação são fundamentais para a construção das representações sociais.

A contribuição de Moscovici é esclarecedora para os estudos de representações, inclusive aqueles realizados pela sociologia. Por sua abordagem, é possível analisar o pensamento e a prática social do grupo em enfoque. Denise Jodelet (1991), num estudo sobre as representações sociais da AIDS, identifica duas concepções: uma moral e social, outra biológica. Na primeira, a AIDS, tal como a sífilis, revelaria uma sociedade permissiva, condenada por condutas degeneradas, punida por opções sexuais que agridem uma “normalidade” imposta. Aí, como guarnição da ordem moral conservadora e proteção dos valores familiares tradicionais, a AIDS é vista como um “castigo de Deus”. Na segunda, a concepção biológica, revela que a pandemia não ataca somente os que pertencem aos chamados grupos de risco (homossexuais e drogados) reavivando crenças antigas, carregadas de valor simbólico que alardeiam o perigo do contato corporal que é, desde a antigüidade, um tema recorrente do discurso racista que utiliza a referência biológica para justificar a exclusão da alteridade. Para Jodelet, estas definições, em se tratando de representações sociais são



partilhadas pelos membros de um mesmo grupo, produzindo uma visão consensual da realidade. Visão que pode entrar em conflito com as de outros grupos e que serve de base para as ações.

Nesse sentido, as representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativos dentro da vida social, sendo que, a investigação científica tem por tarefa descrever, analisar e explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento. Jodelet reconhece a importância de Durkheim, observando as representações como fundamentais no estudo do pensamento coletivo, mas, contudo, defendendo a reelaboração de Moscovici, que destaca a especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizados por: intensidade e fluidez das trocas e comunicações, desenvolvimento da ciência, pluralidade e mobilidade social. As representações sociais são, aqui, uma forma de conhecimento socialmente partilhado e elaborado e destaca ainda que são, por um lado, sistemas que registram nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais e, por outro, interferem nos processos, diversificando a difusão e assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. É um duplo movimento das representações sociais fazendo com que sejam, ao mesmo tempo, formas de interpretação e de comunicação e também de produção e de elaboração de conhecimentos.

O conhecimento socialmente produzido, partilhado e transmitido ganha uma nova importância na produção sociológica. Após o ressurgimento do termo representação social, a sociologia encontra a possibilidade da compreensão de concepções, valores, visões que os grupos formulam a seu respeito e a respeito do mundo. A sociologia brasileira, por exemplo, presenciou o renascimento dos estudos sobre cultura, identidade, imaginário, símbolos e representações, na década de 90 do século XX. Criou-se um espaço, antes reservado a temas analisados pelo viés marxiano, como as relações Estado / sociedade, proprietário / não-

proprietário, capital / trabalho e outras. A importância dos estudos que envolvem representação social e imaginário coletivo está relacionada a dois aspectos fundamentais: 1) se apresentam como capazes de revelar a maneira pela qual os diversos atores assimilam, elaboram e difundem conhecimentos sobre a realidade e qual o seu sentido imaginário. 2) estes conhecimentos dão à sociedade a possibilidade de apreender, de se situar e de se colocar diante do mundo. Desta maneira, as representações sociais nos oferecem um valioso instrumento de pesquisa que possibilita o entendimento de relações estabelecidas por grupos, bem como as mudanças e permanências promovidas socialmente, tornando-se uma das chaves que abre as portas para a compreensão da sociedade.

O retorno ao modelo clássico, através da retomada da obra de Émile Durkheim, é aqui um exercício de leitura que auxilia a percepção a importância da análise sociológica a partir das representações. Através de seu olhar, objetivo e preciso é possível ler e interpretar a realidade, adequando seus argumentos para os tempos hodiernos. Em sua concepção clássica, o mundo é feito de representações sendo que elas constituem um elemento que permite entender o comportamento dos grupos sociais, como eles se pensam e quais são as suas relações com os objetos que os envolvem. O pensar, juntamente com o agir trabalhado por Mauss, influencia o conceito atual de representações sociais. Conceito que assume um novo vigor com a psicologia social, especialmente com Serge Moscovici. O que há de novo na concepção de representações sociais é que ela não é mais percebida apenas como um conceito explicativo e, numa conotação mais ampla, passou a ser entendida como um fenômeno que interpreta, comunica e produz conhecimentos não apenas reproduzindo os conhecimentos socialmente produzidos, mas atuando nessa produção. O diálogo estabelecido entre a “velha” teoria sociológica e a “nova” teoria da psicologia social enriquece as possibilidades de análise empírica da realidade de um grupo social. Realidade dinâmica, marcada por continuidades e

rupturas, que estabelece uma relação de reciprocidade com a coletividade e que tem nas representações um instrumento para analisá-la. Ademais, Jodelet enfatiza que, mesmo sendo distintas do conhecimento científico as representações sociais constituem, não obstante, um objeto de estudo legítimo, extremamente relevante, devido a sua importância na vida social e sua capacidade de iluminar os processos cognitivos e as interações sociais. Atua como categoria analítica no estudo de uma determinada realidade social.

### **Os limites do conceito em Moscovici e a importância da análise do discurso**

O próprio Moscovici, já havia assinalado a necessidade de inovar metodologicamente no estudo das representações sociais, superando a metodologia tradicional ligada às atitudes. Contudo parece existir um problema teórico-metodológico em Moscovici: a relação ideologia x representações sociais, sempre omitida, insatisfatoriamente explicada ou ofuscada pelo “imperialismo” do conceito de ideologia (Jodelet, 1987), fazendo-as parecer meros subsistemas da ideologia.

As teorias sobre ideologia que consideram o discurso como o *locus* privilegiado para seu estudo e as teorias sobre a identidade nos permite sugerir que a polivalência intrínseca a qualquer discurso possibilita uma “leitura” seletiva do mesmo, em função da estrutura identitária do indivíduo num momento dado de sua vivência. Ou seja, o discurso (e a ideologia que ele veicula) pode ser assimilado de várias formas, segundo atinja mais ou menos diretamente as diferentes identidades fracionárias que estruturam a identidade do sujeito e, é por isso, os recursos da análise do discurso e da teoria das identidades tornam-se um elemento auxiliar de fundamental importância para a apreensão de representações sociais. Segundo Penna (1990) Os mecanismos representativos estão na base da seletividade com que

os discursos são lidos, porque o próprio processo identitário é um processo representativo em que a construção do EU se vincula à estruturação do campo de representação mais amplo, que constitui nossa visão de mundo.

Isto explica o porquê e como, a ideologia veiculada no discurso da classe dominante é metabolizada pelos dominados com diferentes graus de organização e complexidade. Se, por um lado a ideologia é uma dimensão que marca o processo de estruturação do campo de representação, por outro lado o processo representativo remodela e reelabora todos os elementos e dimensões que nele incidem, inclusive a ideologia, reestruturando-os num novo produto diferente deles: o conhecimento de senso comum. Ou seja, os mecanismos representativos são responsáveis pela remodelação e conseqüentemente pela difusão diferenciada da ideologia dominante entre indivíduos e grupos sociais. É através dos mecanismos representativos que simultaneamente apreendemos o mundo e partilhamos da ideologia dominante.

Enquanto processo cognitivo as representações sociais fazem parte de um amplo processo discursivo de interpretação do mundo, que implica numa luta pelo poder simbólico. Portanto o simbólico emerge como o campo de interação entre o processo ideológico e o processo representativo e a análise do discurso como o método mais adequado para o estudo desta interação. A proposição de desvelar os fundamentos ideológicos do discurso que se têm feito tão naturais ao longo do tempo que passamos a tratar como comuns, aceitáveis nos parece um caminho apropriado para discutir uma série de aspectos que hoje se fazem presentes, se reproduzem e determinam a vida social.

## **CAPÍTULO 4**

### **O discurso dos objetos técnicos e do sistema de objetos**

Pretendemos neste capítulo demonstrar que o desenvolvimento trouxe consigo uma série de elementos, como o sistema de objetos, e levou ao que Milton Santos (1997) chama de meio-técnico-científico-informacional. Tal sistema de objetos e tal meio simbolizam e representam socialmente desenvolvimento conferindo-lhe funcionalidade, na medida em que lhe atribuem um caráter de obrigatoriedade, e na medida em que lhe dão a representação de melhoria das condições de vida para todas as pessoas e para todos os povos.

A partir das das propostas colocadas acima, argumentaremos a hipótese de que o desenvolvimento tem uma ação destruturadora / reestruturadora que transforma, readapta, omite ou oblitera as lógicas locais, pelo fato de vir atrelado às lógicas mercadológicas e da civilização ocidental, na maioria das vezes estranhas ao meio onde são aplicadas as ações de desenvolvimento, que se apropria e, em contrapartida, expropria as populações locais de seus saberes e fazeres, levando-as a um modo de vida readaptado, a um novo meio por ele criado.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento traz, no seu bojo, um sistema de objetos técnicos, trabalharemos a hipótese de que tal sistema e tais objetos proferem um discurso próprio e de que esse discurso é funcional para o desenvolvimento, na acepção aqui proposta, de que ele é uma forma de expansão e reprodução do capitalismo e do capital. Sobre esse sistema de objetos, Santos (1997), afirma:

Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica), o que faz de cada um claramente distinto dos outros, numa fase histórica em que seu número se multiplicou exponencialmente... São objetos técnicos, que representam sistemas técnicos, dotados de uma mecânica própria e funcionalidades próprias, e é nessa condição que aceitam ou recusam funções transmissoras dos processos. Esses sistemas técnicos contemporâneos hegemônicos são capazes de uma força de invasão de qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base dinâmica e o substrato da dialética do espaço (p. 91).

A presença desses objetos técnicos está ligada à ansiedade em alcançar o progresso tecnológico. Em função dessa ansiedade, não se tem considerado as implicações sociais de tal progresso, relativas aos hábitos, percepções, conceitos, limites morais, políticos e individuais. Passa-se por cima de algumas questões de suma importância, tais como a fome, a degradação do meio ambiente, a ética e assim, em nome do progresso tecnológico, aceitamos e entendemos como avanço a fabricação de armas nucleares, a manipulação genética e de tecnologias que ameaçam de extinção a própria humanidade. Aliás, tais objetos nos impõem também a obrigatoriedade do avanço e do progresso com a simbologia do aperfeiçoamento constante que, por sua vez, vem associado às supostas melhorias de vida que podem trazer as pesquisas através das descobertas tecnológicas ou do aperfeiçoamento das já existentes. Assim, o avanço tecnológico, que é parte integrante do sistema de objetos, se impõe mais do que como uma necessidade, como uma obrigação.

Um interessante problema desta nova época tecnológica, reestruturada em favor das concepções ocidentais, é o de um adormecimento voluntário ou um sonambulismo diante do processo de reconstrução das condições da existência humana, que impede a percepção de que o desenvolvimento tecnológico não favorece a satisfação das expectativas no tocante às necessidades humanas. Ao contrário, o padrão consiste em ajustar as necessidades humanas ao

que a ciência e a tecnologia produzem, o que nos dá autoridade para falar em um discurso dos objetos técnicos que molda a vida, os saberes e os fazeres; que se sobrepõem às culturas locais.

Não estamos vendo a tecnologia e os objetos técnicos dela derivados apenas como um fator negativo, ou propondo que devemos deles prescindir. Estamos, sim, propondo uma discussão sobre a validade de tomá-los como algo absoluto, uma compreensão de que não existe neutralidade nas inovações tecnológicas e um entendimento de que elas podem ser utilizadas para o bem ou para o mal, a favor ou contra o homem. Essas propostas encontram sentido nas afirmações de Winner (1997), quando ele diz que “toda descoberta é preparada de antemão para favorecer certos interesses sociais e algumas pessoas inevitavelmente recebem mais que outras” (p. 42).

O sistema de objetos técnicos, propiciado pela produção científica e pela tecnologia, é também um sistema de produção de mercadorias que, exatamente por isso adequa-se às necessidades de reprodução capitalista. Os objetos técnicos são mercadorias. Então, sua produção objetiva, em última instância, à satisfação dos interesses do capital e não das necessidades mais amplas de um todo social. Zarth et al (1998) destacam que a “tecnologia é o instrumento mais adequado para se impor uma dominação e controle sobre a natureza e sobre a sociedade” e que “o progresso tecnológico, de certo modo, se constitui em estratégia do desenvolvimento capitalista, não necessariamente vinculada às necessidades básicas da população”, tornando-se “um fator ideológico pelo fato de irradiar a idéia de que ele representa o caminho do bem-estar social para todos os segmentos sociais” (p. 35-36). Culturalmente, transmitiu-se a imagem de que a tecnologia está diretamente associada à civilização e ao progresso, induzindo à adoção de novos padrões sociais. Tudo isso reforça o que Winner (op. cit), diz:

os hábitos, as próprias percepções, os conceitos, as idéias de espaço e tempo, as relações sociais e os limites morais e políticos, individuais, foram poderosamente reestruturados no decorrer do desenvolvimento tecnológico moderno. (...) Se produziram grandes transformações na estrutura de nosso mundo comum sem levar em conta o que implicavam estas alterações (p. 25).

Não é suficiente, pois, apenas substituir umas tecnologias por outras. Para Pacey (1990), “não podemos crer passivamente na proposição da tecnologia como algo que proporciona ferramentas independentes dos sistemas de valores locais e que podem utilizar-se imparcialmente em apoio de estilos de vida substancialmente diferentes” (p. 36). Essa visão é que proporciona a transferência de tecnologias entre sociedades, sem considerar suas especificidades, sem refletir que, de algum modo, a tecnologia condiciona a sociedade aos interesses do capital e funciona como um fator obliterador dos conhecimentos e da cultura local.

Essa aceção da receptividade passiva do sistema de objetos técnicos e da tecnologia como fomentadores imparciais da melhoria da qualidade de vida, encaixa-se bem no caso brasileiro, pois o Brasil, ao colocar em prática um projeto de desenvolvimento baseado em tecnologia importada, incorporou os modos de produção e também as formas de conhecimento daquele que produz e fornece tais tecnologias. Ou seja, transformou nossa sociedade moldando-a a imagem da sociedade que produziu a tecnologia importada.

O modelo brasileiro de industrialização pautou-se pela absorção das tecnologias estrangeiras e, desse modo, foi conformando a sociedade nos moldes mais adequados aos interesses daqueles que, como já dissemos, ocuparam a posição de fornecedores daquela tecnologia. A importação não se limitou aos métodos de produção, avançou nas necessidades, ou seja, além de introduzir métodos de produção estranhos às lógicas locais, criou um padrão de vida vinculado ao consumo das novidades tecnológicas, muito caras e acessíveis apenas a uma parcela diminuta da sociedade, mas que se impôs como um objetivo para todos. A adoção do modelo de industrialização, com absorção de tecnologia externa, levou-nos a um padrão de consumo excludente, que afastou do mercado e da cidadania a maioria da população brasileira, pois esse padrão pressupõe o aumento do poder de consumo de uma minoria (rica) e não a incorporação da maioria (pobre).



O sonho da industrialização e da urbanização, nos foi formulado como uma resposta ao atraso, à pobreza, à barbárie. O esforço em alcançá-los seria compensador na medida em que, como propõem os apologistas do conhecimento e do modo de vida ocidental, eliminaria esses problemas. Em função desse sentimento, o país concentrou esforços e renda na infraestrutura econômica que, como se acreditava, permitiria a chegada mais rápida dos avanços, desenvolvendo dessa forma uma modernidade essencialmente técnica, sem levar em consideração os valores éticos, os objetivos sociais, as lógicas e os conhecimentos locais.

Outra questão relativa à interferência da tecnologia e dos objetos técnicos na sociedade brasileira está ligada ao poder e controle que deles pode emergir. Quando não há o acesso ao desenvolvimento tecnológico devido a sua característica de não ser democrático, trilhamos os caminhos para a diferenciação, para a exclusão social. Aspectos esses que, dentro da dinâmica de uma sociedade contemporânea, são instrumentos de poder e de controle. No Brasil, foi o Estado que promoveu, pelo menos até o início da década de 1990, o desenvolvimento da base técnica produtiva, num processo não de igualdade de acesso aos fatores tecnológicos, mas de manutenção dos privilégios dos sujeitos sociais com melhores condições de informação e de capital. É sabido que a maior parte da população brasileira não tem acesso às tecnologias e, quando tem, sofre influências negativas pela não adaptação delas ao seu contexto.

Enfim, percebe-se com tudo isso que, no Brasil, o progresso tecnológico, expresso em um sistema de objetos, se mostrou relativamente eficiente, mas, no entanto, está dissociado da melhoria na qualidade de vida, pois é condicionado pelo fato de que a grande maioria do povo permanece excluída dos efeitos da modernização. Os processos atuais que aceleram a modernização de uma parte da sociedade aceleram também – em muito maior escala – a exclusão econômica e o atraso social em todas as suas múltiplas formas e estabelece como resultado o aumento da heterogeneidade social e a produção da exclusão social. Assim, de

forma desigual, em todas as regiões brasileiras, mais urbanas ou mais rurais, estão presentes setores modernos, articulados aos mercados globais, ao mesmo tempo em que, numa proporção desigual, permanecem marginalizados grandes contingentes populacionais. De acordo com Benjamin et al (1983), “nesse mosaico, modernidade e atraso se misturam, inseparáveis, como faces de um mesmo modelo” (p. 82). De modo geral, e ao longo da história brasileira, os governos preferiram identificar o processo de industrialização com um modelo de absorção / incorporação de tecnologias oriundas de países desenvolvidos. Junto a essas tecnologias, que se sobrepõem aos padrões nacionais e locais, absorvemos modelos e comportamentos culturalmente aceitos em outras sociedades, os quais, em sua grande maioria, inadequados a nossa maneira de ser e de viver, nos condicionaram aos padrões estrangeiros.

Partindo do que expomos, faremos uma abordagem dos objetos técnicos e da tecnologia como um sistema invasor, como disse Santos, que, pelo discurso dos próprios objetos técnicos, se impõe, e mais que isso, cria um ambiente de obrigatoriedade da posse e do acesso a uma, cada vez mais diversificada e sofisticada, parafernália tecnológica, ficando a imagem do desenvolvimento cada vez mais atrelada à presença daqueles objetos. A busca frenética dos objetos técnicos tem alterado o espaço, o tempo, as lógicas e os conhecimentos locais. Os lugares e os comportamentos, as práticas econômicas e as culturas estão ficando cada vez mais padronizadas e isso corrobora a hipótese de que o desenvolvimento, como tem ocorrido, é desestruturador e, por que não, expropriador das lógicas dos diversos povos espalhados pelo planeta, das culturas locais, dos seus saberes, fazeres e lógicas.

Para analisar o discurso que acreditamos ser inerente aos objetos técnicos, em favor da concepção ocidental de desenvolvimento, concepção que, na sua operacionalização, reforça e difunde o processo civilizatório ocidental, utilizaremos o recurso das representações sociais como proposto por Serge Moscovici, Denise Jodelet e outros. Tal escolha relaciona-se à

hipótese de que os objetos técnicos e o sistema de objetos, além de possuírem um discurso próprio, são representados socialmente como símbolos de que desenvolvimento, progresso material, tecnológico e científico levam os homens a uma vida melhor, mais confortável e mais segura e de que ter acesso a eles significa estar inserido no mundo do progresso e do desenvolvimento. Assim, o que se propõe aqui é que o sistema de objetos atual, que conduz ao meio-técnico-científico-informacional, tem um discurso próprio, a ele inerente, que o legitima enquanto símbolo de progresso, desenvolvimento e civilização.

Santos (op. cit), diz que

“a grande distinção entre o hoje e o ontem é que antes os objetos eram pouco numerosos, viviam em comunhão conosco e nos eram subordinados. Essa comunhão total com a sociedade e os indivíduos permitia falar de objeto vivo (...). Hoje vivemos junto com os objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda. A idéia de alienação já proposta por Marx, impõe-se com mais força, diante da relativa inatividade de nossa oposição aos objetos atuais. A submissão do produtor diante do objeto produzido é para B. Ollman (1971, p. 46) uma das causas da alienação contemporânea” (p. 170-71).

Como afirma o autor, os objetos técnicos estão hoje, mais do que nunca, alienados do homem e se impondo a ele. Esses objetos também não são neutros; eles discursam em favor da obrigatoriedade da sua presença. Tais objetos, como mercadorias, e diante de uma expansão frenética do mercado, através de conexões espaciais cada vez mais intensas, também se impõem como símbolo de desenvolvimento e progresso, de prosperidade e de qualidade de vida e, assim, se fazem presentes no cotidiano das pessoas. Esses objetos se tornam cada vez mais universais e sua presença tende à sobreposição e, como consequência, à obliteração da diversidade das culturas locais, visto que há uma padronização de seu consumo. Em termos espaciais os lugares passam a se parecer uns com os outros porque possuem os mesmos objetos. As pessoas passam a se parecer umas com as outras porque usam os mesmos objetos. Busca-se esses objetos porque possuí-los é símbolo de estar no mundo desenvolvido ou pelo menos em contato com o desenvolvimento. Cria-

se assim uma disputa entre os lugares na determinação de quais possuem esses objetos, em maior ou menor quantidade. O que vemos é uma monotonia visual, imposta pela idéia do consumo padronizado. Os objetos tendem a se universalizar. Segundo Santos (op. cit), “a universalidade é, também, resultado de que o sistema de objetos técnicos funciona no nível global” (p. 171). Tais objetos são também produto da ciência ocidental que os legitima, dando-lhes a chancela de conquista do progresso, da capacidade humana para a criação e para a ciência. Santos ainda afirma que “vivemos, hoje, cercados de objetos técnicos, cuja produção tem como base intelectual a pesquisa e não a descoberta ocasional, a ciência e não a experiência” (Idem).

Esses objetos técnico-científicos já não são mais obedientes ao homem; eles falam por si, eles sugerem o seu papel, eles carregam em si a sua própria simbologia. A simbologia do progresso e do desenvolvimento e da obrigatoriedade da sua presença. Mas esses objetos, ou a presença deles, é também desestruturadora / reestruturadora, eles transformam a vida, as relações materiais e imateriais, a cultura, os saberes e fazeres, o espaço. Ao obrigarem a sua presença como sinal de desenvolvimento, colocam em ação um processo de obliteração do que estava antes deles e redesenham, reconfiguram a vida e o espaço em favor da imagem do progresso, composta pelos objetos técnicos-científicos-informacionais.

As representações sociais do desenvolvimento têm ignorado essas transformações ocasionadas pelos objetos técnicos-científicos-informacionais e conhecido apenas seus resultados mais imediatos: sua utilidade e funcionalidade no cotidiano das pessoas (máquina de lavar; videogame; TV a cabo; máquina de calcular; computador; robô industrial; telefone celular; asfalto; rede de esgoto; água encanada; energia elétrica.). E não podemos esquecer que tais objetos, como produtos da ciência, são mercadorias e, como tal, reprodutores do capital.

Como, para usá-los, precisamos receber um conjunto de informações detalhadas e sofisticadas, tendemos a identificar o conhecimento científico com seus efeitos tecnológicos.

Com isso, não se tem percebido o essencial: as ciências passaram a fazer parte das forças econômicas produtivas da sociedade e trouxeram mudanças sociais de grande porte para a divisão social do trabalho, para a produção e para a distribuição dos objetos, e na forma de consumi-los. Não percebemos que as pesquisas científicas são financiadas por empresas e governos, demandando grandes somas de recursos que retornam, graças aos resultados obtidos, na forma de lucro e poder para os agentes financiadores. Por não percebermos o poderio econômico das ciências, lutamos para ter acesso, para possuir e consumir os objetos técnicos, mas não lutamos pelo direito de acesso tanto aos conhecimentos, quanto às pesquisas científicas, nem lutamos pelo direito de decidir seu modo de inserção na vida econômica e política de uma sociedade. Os objetos técnicos parecem, por si só, decidir por nós, e assim discursam em favor da sua presença.

Assim, o discurso dos objetos técnicos, que impõem sua presença obrigatória, é fundamental para sua influência no tecido social, para que eles circulem cada vez mais em todos os lugares, para que ocorra a naturalização da sua presença, que cria uma estandardização monótona, apagando as culturas locais em favor de um conhecimento e de um modo de vida cada vez mais adequado aos interesses mercadológicos do capital.

Dos discursos presentes nas fontes analisadas neste trabalho, ocorre praticamente uma unanimidade, a consideração de ser hoje impossível viver em um lugar que não tenha água encanada; energia elétrica; telefonia móvel e fixa; leitos hospitalares; escolas; farmácias; rede de esgoto; coleta de lixo; asfalto e outros. Vale lembrar que, inclusive, esses quesitos são utilizados como indicadores de qualidade de vida na maioria dos estudos e pesquisas que buscam mensurar os níveis de desenvolvimento de um determinado lugar<sup>7</sup>. O próprio IDH,

---

<sup>7</sup> Denisard Alves, defendendo a hipótese de que a mortalidade infantil diminuiu no Brasil nas duas últimas décadas do século 20, utilizou o seguinte modelo para argumentá-la:  $ifmort_{it} = \beta_0 + \delta_0 d2_t + \beta_1 \log(hospbeds)_{it} + \beta_2 runwater_{it} + \beta_3 educ_{it} + \beta_4 \log(inc) + a_i + u_{it}$ , onde *ifmort* é taxa de mortalidade infantil, *hosbeds* = leitos hospitalares; *runwater* = água encanada; *educ* = nível de escolaridade.

Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado como o principal indicador de melhorias ou não da qualidade de vida em determinados lugares ou no país como um todo, mede o nível de desenvolvimento humano dos países, utilizando como critérios indicadores a educação (alfabetização e taxa de matrícula), a longevidade (esperança de vida ao nascer) e a renda (PIB *per capita*). Enfim, mesmo nos foros mais respeitados para falar de desenvolvimento, ele está associado à presença dos objetos técnicos produzidos pela ciência ocidental e, no cotidiano, as pessoas se vêem diante da obrigação, da necessidade inexorável de possuí-los. Durhan (2000), explicando a preferência da população do interior pelas grandes cidades, no estado de São Paulo, mostrou que, além de questões econômicas, como a oferta de empregos, as pessoas preferem os recursos – objetos técnicos – que essas cidades oferecem. Segundo a autora,

O conjunto de atributos, utilizados como termos de comparação, definem o valor dado a um tipo de exigência social que é constituído de três bases sobrepostas – espacial, social, e moral. Ao lado desses atributos, que se referem ao espaço social exigido, encontramos outros relacionados com “recursos”. A palavra “recursos” tem um significado amplo e basicamente se refere à disponibilidade de serviços públicos adequados. Primeiramente, serviços médicos, mas também escolas e transporte. Secundariamente, se refere à presença de equipamento urbano tal como água, eletricidade, rede de esgoto, e pavimentação. (p. 11-12)

Nas campanhas publicitárias de uma série de objetos técnicos, além dos equipamentos urbanos, percebe-se um esforço para apresentá-los como de suma necessidade para a vida das pessoas, como um fator de inserção no mundo civilizado ou como sinal de progresso e de desenvolvimento. “TIM, viver sem fronteiras”, “Telemig celular, você pode tudo”, “Vivo, mais mobilidade, mais produtividade, mais modernidade”, “Ford Ecosport: liberdade para escolher o que quiser”, “Intel: a tecnologia é o presente perfeito para todos em sua lista”. Não é necessário dar mais exemplos, mas percebemos, com esses, que os objetos técnicos vêm representados como caminho para uma vida melhor, para a liberdade, para a possibilidade de crescimento e de conquistas, para o conforto. Assim, o que notamos é a formulação de uma

representação social dos objetos técnicos como caminho único, como o único jeito. É impossível viver sem eles. É isto que notamos nos discursos que tentam justificar a importância daqueles objetos na vida das pessoas. Enfim, os objetos técnicos se representam e são representados socialmente como uma obrigação.

No caso deste trabalho, vamos analisar os discursos presentes quando da chegada de alguns objetos técnicos à cidade de Montes Claros. Utilizaremos como corte temporal o período que vai da chegada da ferrovia, em 1926, até o final da década de 1960, quando parece que a maioria dos principais objetos técnicos da civilização ocidental já se fazia presente na cidade. Enfocaremos, portanto, os discursos em torno da chegada da ferrovia; do automóvel; das rodovias pavimentadas (asfalto); da conexão à rede urbana; da chegada do sinal de televisão; da chegada de energia elétrica; do sistema de telefonia; da água encanada; da universidade e das escolas públicas e privadas. Acreditamos que a análise dos discursos proferidos quando da chegada ou da luta pela chegada desses objetos é um recurso que nos permitirá o entendimento do que aqui estamos propondo.

O engenheiro montesclareense, Arthur Jardim de Castro Gomes, discorrendo sobre as possibilidades de exploração econômica das águas termais de Montezuma/MG, e, ao mesmo tempo, fazendo uma apologia à chegada dos objetos do desenvolvimento e uma menção às transformações que a sua chegada ocasionaria, disse: “Quem ler esse escrito há de ver que guarda a imagem de pequena parcela da ingênua vida sertaneja, de há 50 anos passados. É que, dentro de algum tempo, próximo ou longínquo, este interessante retrato terá sido tragado e *dissolvido ao ritmo do ‘desenvolvimento’* que avassala o país e o mundo” (GOMES, 1987, p. 13). (O grifo é nosso). Gomes, a despeito do seu entusiasmo com o desenvolvimento – ele foi o engenheiro responsável pela abertura de um sem número de estradas na região – já

vislumbrava a possibilidade da obliteração das lógicas locais e do processo de desestruturação / reestruturação que dele poderia decorrer.

A ferrovia chegou e com ela, enfim, a conexão mais efetiva ao mundo civilizado e a possibilidade mais efetiva do progresso. Assim foi pensada a sua chegada em Montes Claros, no ano de 1926. Conexão ao mundo civilizado, possibilidade de progresso, de desenvolvimento, de civilização. Mesmo antes de sua chegada, a expectativa era de que ela traria os benefícios do progresso para a região. Urbino Vianna em 1916 escrevia: “A ‘estrada de ferro’ é legítima e talvez única aspiração do sertanejo; benefício mais palpável que os governos podem conceder; meio profícuo de se encaminhar rapidamente o progresso. É ella que irá resolver, ou melhor, dar a chave de quanto problema se nos apresenta” (p. 239).

Na visão de Viana, compartilhada por muitos outros de sua época, como nos disse Lessa (1993), “As inaugurações eram esperadas como se fossem o ‘momento mágico’ da realização do sonho de progresso, quando as cidades passariam a conviver com as ‘benesses’ da civilização. Era o momento de abrir as ‘portas da cidade’, as estações, para o mundo” (p. 143), aquele objeto técnico – a ferrovia – era representado como uma solução, como uma panacéia, mas principalmente como civilização. Porém, para quem? Quem queria ser civilizado e quem iria civilizar? Vianna falou de “aspiração sertaneja”, mas quem eram os sertanejos de que ele estava falando? Para Paula (1957), a chegada da ferrovia foi “o maior dia de Montes Claros” (p. 28) e com a sua chegada, “o povo delirou de entusiasmo” (p. 30). Mas que povo é esse a que se refere Paula? E quem realmente se entusiasmava com a chegada do progresso?

Euclides da Cunha já falara de “saneamento da terra”, de um “transplante radical de cultura” (CUNHA, apud LESSA, 1993, p.168). Eugênico, Cunha viu também a necessidade de purificação da raça, pois, para ele, a população sertaneja não era capaz de ciência e de progresso; a mistura, a miscigenação fizera dela uma raça forte para as asperezas naturais do



sertão, mas incapaz para a civilização. Esse pensamento parece ter sido compartilhado pelas elites do interior do Brasil, que parecem ter concordado com a suposta necessidade de civilizar o sertão a partir de uma matriz européia. Afinal, a Europa era, de longa data, representada, para as elites brasileiras, como símbolo de progresso e de civilização.

As lideranças norte-mineiras partiram então para a busca da integração, da conexão mais efetiva com o “mundo civilizado” e essa conexão, por si só, era vista como o momento fundamental para a efetivação do progresso nos sertões. Assim, escolas, água tratada – que foi um dos primeiros objetos técnicos do progresso, pleiteados em Montes Claros, ainda em 1856 –, conexão à rede urbana através da ferrovia, dentre outros, passam a ser as prioridades na agenda dos políticos e das elites da região, que projetaram para si a imagem da competência política a partir do momento em que conseguiam trazer tais objetos para o Norte de Minas Gerais. A festa em torno da chegada da ferrovia demonstra muito bem esse estado de coisas.

## **CAPÍTULO 5**

### **O sertão: isolamento e representação da não-civilização**

#### **A tese da fronteira em Frederick Jacson Turner e em Sérgio Buarque de Holanda**

Utilizaremos neste capítulo, como referencial teórico a “tese da fronteira” de Frederick Jackson Turner largamente utilizada por Sérgio Buarque de Holanda em uma série de obras como “Caminhos e Fronteiras”, “As Monções”, “Expansão paulista em fins do século XVI e princípios do XVII”, “Índios e mamelucos na expansão paulista” e “Extremo Oeste”. A nossa decisão de referenciar esta parte do trabalho em tal tese liga-se ao fato de entendermos que no sertão norte-mineiro constituiu-se uma cultura diferenciada em relação aos constructos civilizacionais ocidentais na qual o adventício europeu, diante das dificuldades impostas pelo meio e pela resistência da população nativa à sua chegada, incorporou ao seu manacial de conhecimentos as técnicas e conhecimentos locais. Tal incorporação foi, ao mesmo tempo, fundamental para que se efetivasse a conquista e para a formação de uma cultura diferenciada no sertão, bem como pensa Buarque em sua proposta de americanismo, ou seja, uma cultura constituída não como a continuidade do legado europeu, mas sim com a transformação daquele legado a partir do contato do adventício com as populações nativas e com o ambiente desconhecido da fronteira.

Tomando as palavras de Turner (1996), em seu estudo sobre a expansão da colonização norte-americana para o oeste,

A selva e o deserto domina o colono. Encontra-o um europeu nos trajes, atividades, ferramentas, formas de se deslocar e pensamento. Toma-o do trem e o coloca numa canoa de árvore. Arranca-lhe os ornamentos da civilização e o veste com camisa de caça e mocassim. Põe-no numa cabana de toras dos Cherokee e dos Iroque e o cerca com uma paliçada indígena. Muito antes ele já começou a plantar milho índio e a arar com um bastão pontiagudo; lança o grito de guerra e tira escalpo pela maneira ortoxa indígena. Em suma, na fronteira o ambiente é, a princípio, muito mais forte para o homem. Este deve aceitar as condições que o ambiente fornece, ou perece, e então ele se adapta às clareiras indígenas e segue suas trilhas. Pouco a pouco ele transforma a selva em deserto, mas o resultado não é a velha Europa, nem simplesmente o desenvolvimento de sementes alemãs<sup>8</sup>, até porque o primeiro fenômeno foi o caso de reversão do padrão germânico. O fato é que aqui está um novo produto que é americano (p. 4).

Este trecho nos dá a noção do núcleo da tese de Turner, segundo a qual a dinâmica da fronteira se dá em três momentos distintos. O primeiro, caracterizado pela quase absoluta adaptação do adventício ao ambiente e aos meios nativos; o segundo momento é o da formação de uma cultura diferenciada, híbrida, americanizada, na qual o legado europeu é retomado, mas alterado pela influência dos conhecimentos nativos; e o terceiro que é o produto americano derivado do rearranjo da tradição européia sobre um fundamento de completa adequação aos padrões indígenas. Ou seja, para Turner, à medida que a fronteira avança para o Oeste, inicia-se um novo processo evolutivo que, partindo das atividades de caça, alcança o estágio das cidades e indústrias. Segundo o autor,

Conforme vamos lendo linha por linha esta página continental do Oeste ao Leste encontramos o registro da evolução social. Ela começa com o índio e o caçador e continua para nos falar da desintegração da selvageria pela entrada do comerciante, o batedor da civilização; lemos os anais do estágio pastoral na vida do rancho; a exploração do solo pelo cultivo de safras não rotativas de milho e de trigo em comunidades fazendeiras esparsamente estabelecidas; a cultura intensiva do assentamento de densas fazendas e finalmente a organização manufatureira com a cidade e o sistema fabril (op. Cit., p. 11).

---

<sup>8</sup> À época de Turner, nos Estados Unidos, estava muito difundida no meio intelectual, a explicação genética da Escola Teutônica que defendia que a partir da dispersão dos povos arianos, “alguns foram para a Grécia para estabelecer as fundações da cultura grega, outros foram para Roma para ali plantar as sementes de uma civilização e o melhor da colheita deslocou-se para a Alemanha. Lá, na Floresta Negra, esse povo teuto-ariano desenvolveu as instituições democráticas que seriam compartilhadas pela Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. O papel dos historiadores ‘teutonistas’ era associar toda instituição norte-americana a seu ‘germe’ na Alemanha Medieval” (BILLINGTON, Ray Allen. *The genesis of the frontier thesis: a study in historical creativity*. p. 89-90).

Dos três momentos do núcleo da tese da fronteira de Turner, nos interessam mais o segundo e o terceiro. Portanto, falemos um pouco mais sobre eles. No segundo momento da dinâmica da fronteira proposto por Turner, após a adaptação do adventício ao nativo, ocorre a retomada do legado europeu e abre-se um novo caminho em direção à civilização. É claro que a acepção turneriana da fronteira está calcada numa visão evolucionista, mas, apesar disto, não é esta visão que iremos imprimir à nossa análise. Pelo contrário, o que estamos procurando demonstrar é a formação de uma cultura diferenciada em relação aos constructos ocidentais no sertão norte-mineiro e a transformação dessa cultura que se tornará mais ocidentalizada a partir da conexão da região à rede urbana do centro-sul. Ora, se estamos falando de transformação a partir da conexão, então não estamos entendendo a chegada dos símbolos do desenvolvimento no Norte de Minas numa perspectiva de cumprimento de estágios de evolução e sim na perspectiva da adequação da região aos interesses do capital e do mercado que, afinal de contas, como veremos, foram os fatores que determinaram a referida conexão ao Centro-Sul. O próprio Turner, apesar de sua percepção evolucionista já apresentava, no caso dos Estados Unidos, o comércio, como o elemento acionador da retomada do legado europeu rumo à civilização quando nos diz, “desintegração da selvageria pela entrada do comerciante, o batedor da civilização” (idem).

Sérgio Buarque de Holanda irá, especialmente nas obras citadas no início deste capítulo, seguir esta lógica turneriana da fronteira e nos dará conta do americanismo, ou seja da conformação de um aparato cultural diferenciado, a despeito da presença do legado europeu transformado pelo contato dos adventícios com os nativos, em relação ao ocidente europeu. Segundo Buarque (1957),

(...) o recurso a numerosas técnicas primitivas, em parte ainda persistentes, de aproveitamento do solo americano, resultou, sem dúvida, dos contatos mais ou menos íntimos que manteve o colonizador europeu com os antigos naturais da terra nos tempos que se seguiram à conquista. Em todo o continente foram assíduos esses contatos, e não deixaram de exercer sua ação transformadora, mesmo onde o branco se mostrou aparentemente recalcitrante (p. 183).

No caso brasileiro, essa adaptabilidade do adventício ao nativo, encontrou maior facilidade em função da “extraordinária plasticidade social” do português que, para Buarque (1992), (...) cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso (p. 38). Encontramos aí a dinâmica da americanização em Sérgio Buarque facilitada pela plasticidade social do português, retomando as palavras do autor,

Onde lhes faltasse o pão de cada dia, aprendiam a comer e a prezar o pão da terra, e com tal requinte, que – afirmava Gabriel Soares – a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se a dormir em redes, algumas vezes ao ar livre, como os índios. Outros, como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo, segundo nos referem os cronistas do tempo. Dos índios tomaram ainda muitos de seus instrumentos de caça e pesca, as leves embarcações que significavam os rios e as águas do litoral, o modo de cultivar a terra e os sistemas de defesa rudimentar, em volta dos grupos de habitações (op. cit., p. 25).

No caso do sertão norte-mineiro onde desde as primeiras bandeiras e da formação dos currais da Bahia, esta dinâmica aparece bem manifesta no relacionamento dos adventícios com os indígenas. Além do que os sertões eram uma fronteira mal controlada, livre no nosso entendimento, diante das possibilidades de controle pelo Estado português, ou mesmo da resistência da população sertaneja ao controle. Para Velho (1976),

O fato principal (...) para o país como um todo, é que embora houvesse casos em que a repressão [controle] da força de trabalho não fosse evidente, era estruturalmente o traço dominante. Para os indivíduos, em termos gerais, o preço de não estar ligado a ela era a marginalidade. Certas áreas, para além da fronteira econômica efetiva tornaram-se, a não ser por fugazes momentos de expansão bandeirante que gradativamente desapareceram, um *locus* para esses marginais, e em o sendo constituíram um aspecto paradoxal mas complementar (tal como na Rússia) do sistema de repressão da força de trabalho.

Deve-se notar – consistentemente com a hipótese de Domar – que nos tempos coloniais expedições não autorizadas ao interior eram proibidas e era explicitamente afirmado que isso era necessário a fim de evitar o perigo de desorganizar a agricultura e o comércio com a dispersão da mão-de-obra já escassa (p. 116-117)

Enfim, a fronteira mal controlada, especialmente a partir do século XVII, fato associado à plasticidade do português, deram maior fluidez para o fenômeno da absorção das técnicas e dos conhecimentos nativos pelo adventício conformando a cultura diferenciada de que estamos falando neste trabalho. Este processo é uma das características marcantes do Sertão norte-mineiro que se transformou em função da conexão da região à rede urbana do Centro-Sul e a um circuito comercial mais amplo e, como consequência disto, estabeleceram-se contatos com novas percepções de mundo que se impuseram à região e se tornaram hegemônicas, especialmente quando se intensificou a busca do desenvolvimento, na acepção ocidental desta idéia, a das formas mais capitalísticas de reprodução da vida na região.

Então, buscaremos demonstrar alguns aspectos desta dinâmica da fronteira no Norte de Minas Gerais, especialmente em seu segundo e terceiro momento, como propostos por Turner e retomados por Sérgio Buarque, observando algumas manifestações culturais diferenciadas na região, bem como a sua transformação a partir da conexão à rede urbana do Centro-Sul.

### **O Sertão desconectado e suas lógicas diferenciadas**

A região Norte do atual Estado de Minas Gerais era, desde o período colonial, por força dos interesses mercantis da metrópole portuguesa, uma região relativamente isolada do

restante da colônia. Segundo Mata Machado (1991), “A carta régia de 1701, que proibia o comércio pelo caminho do sertão, pode ser considerada o marco inicial do fenômeno do isolamento porque, mesmo não tendo sido respeitada, demonstrou a preocupação de isolar a região” (p. 59). Esse “isolamento”<sup>9</sup> associava-se aos interesses mercantis metropolitanos, uma vez que grande parte do ouro extraído na região de Ouro Preto e Sabará, afluía para os sertões, à custa do abastecimento de gado bovino e de gêneros agrícolas do Norte de Minas para a região mineradora. Tal situação levou a administração colonial à preocupação com o controle fiscal, já que a população do sertão se recusava a pagar os impostos instituídos pelas autoridades metropolitanas. O isolamento também se expressou, pelo menos na quase ausência das instituições do Estado no Norte de Minas, que era assim, visto como indômito e indolente como atestou Saint-Hilaire (2000), dizendo: “No sertão as autoridades não podem exercer nenhuma vigilância, as leis perdem sua força, e muita gente para aí acorre de outras partes da Província, seja para escapar à perseguição da justiça, seja simplesmente para usufruir de uma *liberdade ilimitada*” ([1824], p. 76-77). É bom lembrar que Saint-Hilaire viajou e narrou várias características do sertão norte-mineiro no início do século 19. Portanto, se acatarmos as afirmações do viajante francês, depois de quase dois séculos da chegada dos primeiros colonizadores europeus à região, ela continuava ainda sem relações mais estreitas com o chamado mundo civilizado (europeizado) do litoral.

Para Mata Machado (op. cit.), outros fatores que contribuíram para o isolamento da região foram: a queda do preço do gado bovino no Centro-Sul, devido à concorrência com o gado dos sertões, o que levou a região das minas a se abastecer daquele gado mais barato; o

---

<sup>9</sup> Colocamos a expressão “isolamento” entre aspas para fazer entender que este isolamento é muito relativo, pois como se verá ao longo deste texto, o norte de minas teve relações bastante intensas com várias outras regiões do Brasil. Quando Mata-Machado se vale do termo isolamento, acredito que se referia à relação da região com o mercado externo já que nela não se desenvolveu nenhuma plantation.

estabelecimento de relações de comércio entre a região das minas e outras regiões da colônia e da própria capitania, além das atitudes repressivas das autoridades coloniais, quando tentavam estabelecer um maior controle sobre a região. Tentativas, na maioria das vezes, fracassadas, como atestam os Motins do São Francisco de 1736 que, para Anastasia, estavam “ligados aos interesses dos potentados do sertão agropastoril do São Francisco de continuarem excluídos da subordinação externa assegurando a continuidade não só de sua autonomia política como do controle do excedente, gerado pelas trocas com a região mineradora” (apud MATA MACHADO, 1991, p. 48). Mata Machado (op. cit), argumenta que o isolamento da região se acentuou no final do século 19. Segundo o autor, “com a decadência da mineração, rompem-se os vínculos comerciais entre o sertão e as minas, dando início a um longo período de isolamento daquela região que, sob certos aspectos, perdura até os nossos dias” (p. 59).

Esse relativo “isolamento”, que aqui entendemos como uma “desconexão” da região com o mercado capitalista global, que vinha se desenvolvendo, não significa dizer que não havia contatos com outras regiões e até mesmo com o exterior. Spix e Martius (1981), passando em viagem pelo Arraial das Formigas, atual Montes Claros, em 1817, registram: “enquanto era permitida no Brasil a exportação do salitre, exploravam os habitantes de Formigas essa riqueza de sua região, e muitos milhares de arrobas foram despachados para a Bahia e Rio de Janeiro” (p. 81).

Note-se que, de acordo com o relato dos viajantes alemães, havia contato da região com outras consideradas mais desenvolvidas, no caso do exemplo utilizado por eles, a Bahia e o Rio de Janeiro. Esses contatos, essas conexões, serão vistos mais adiante.

O relativo isolamento permitiu, no nosso entendimento, à região norte-mineira – os sertões – a configuração de relações sociais, políticas, econômicas e culturais baseadas em um *background* de matriz mais desvinculada dos padrões civilizacionais europeus de origem



iluminista. No mínimo, temos uma economia praticamente desvinculada do grande mercado de exportação e portanto, menos especializada, quase de subsistência e amonetária; “pré-capitalista”.

Se tomarmos por referência as culturas, as lógicas, os saberes e fazeres que se desenvolveram nos sertões, observaremos que as técnicas e conhecimentos da região, suas formas de relacionamento social e interpessoal, suas condições de realização material e imaterial da vida, enfim, suas lógicas, ocorreram sob uma matriz muito autônoma, como já foi dito, em relação aos padrões civilizacionais ocidentais produzidos pelo pensamento racional-iluminista. Nessa perspectiva, o isolamento não significou, de forma alguma, ausência de civilização e de cultura e, muito menos, do ponto de vista econômico, falta de produtividade. Para Mata Machado (1991), “a população desenvolveu um estilo de vida autônomo, fundado na agricultura para subsistência e na utilização das riquezas naturais” (p. 62). Ricardo Ribeiro (2005), ao estudar o cerrado mineiro, entende que ali se desenvolveu uma “sociedade sertaneja”. Para o autor,

A sociedade sertaneja dos setecentos também se caracterizou por uma organização social e política próprias, pois, ao contrário da região das minas, se situava distante dos centros de poder da Capitania. As distâncias e o próprio meio ambiente dificultavam as ações das autoridades coloniais no Sertão Mineiro, contribuindo para uma formação social específica e marcada por vários conflitos diante das tentativas de subordinação ao governo das Minas Gerais (...). (p. 46)

Várias técnicas, baseadas no conhecimento local, foram desenvolvidas para dar conta da vida material da população. Entre elas podemos citar a utilização do buritizeiro na fabricação de balsas, jangadas, cabos, cordas, embiras; na alimentação a fabricação de doces e azeite; e, como nos diz Sena (1918), “em várias outras aplicações domésticas e industriais” (p. 1147). Spix e Martius (1981) chamaram o doce do buriti de “artigo do sertão” (p. 184) e ressaltaram a sua importância, informando que em São Romão era utilizado como dote no casamento das moças. Outras plantas eram largamente utilizadas na vida material da região,

como a carnaúba para o fabrico de cera e extração de um óleo utilizado para iluminação. As plantas eram também bastante utilizadas para fins medicinais. Segundo Saint-Hilaire, “nessas regiões, onde não existem médicos, encontram-se, em grande número de povoações, pessoas de idade, que se dedicam a procurar conhecer vegetais úteis, que recolhem às tradições de seus antepassados; fazem, às vezes, experiências e dão conselhos aos doentes” (2000, [1824], p. 348). Ou como notaram Spix e Martius, “a natureza fornece-lhes a opulência de suas poderosas plantas medicinais, que merecem a máxima consideração dos médicos, e muitas das quais deveriam, no futuro, enriquecer também a farmacopéia da Europa” (op. cit., p. 87).

Podemos também citar das técnicas e da cultura local, a utilização de recursos animais no vestuário e na fabricação de bolsas, malas, roupas e calçados, que eram até mesmo exportados e altamente valorizados como diz Mata Machado,

As peles de onça, lontra, anta, raposa, ariranha, sucuriú e outros animais, utilizadas na fabricação de bolsas, malas, roupas e calçados, eram exportadas para o Rio de Janeiro, via Santa Luzia e para Salvador, via Juazeiro... As plumas da ema, usadas para a fabricação de objetos ornamentais, tinham excelente aceitação no mercado europeu”(op. cit., p. 67).

As técnicas para a pesca, beneficiamento dos pescados – muito difundidos na região e até hoje apreciados – e a fabricação de peixe seco, também servem como demonstração dos conhecimentos locais no Norte de Minas. Para Saint-Hilaire, a carne de surubim era “infinitamente superior ao bacalhau da terra nova” (op. cit., p. 340). A utilização do mel para várias finalidades e a extração do salitre para a fabricação de pólvora exemplificam também a riqueza das técnicas e do conhecimento local. Saint-Hilaire se refere, admirado, ao mel da região. Em seu relato, afirma: “devemos admirar de que os habitantes do sertão empreguem o mel como alimento (...) devido ao grande número de espécies diferentes de abelhas, que produzem um mel muito límpido e isento desse travo desagradável que tem o da Europa” (op. cit., p. 332).

Devemos observar que alguns aspectos da cultura local foram entendidos, a partir de uma interpretação baseada nos valores iluministas ocidentais, como sinal de atraso como é o caso do ócio, que aqui entendemos como um privilégio da população sertaneja, na época ainda não submetida ao trabalho, na perspectiva capitalista, e sim ao trabalho determinado pelo meio, por fatores naturais e por uma produtividade definida pelas necessidades locais, “muito simples”, nos dizeres de Wells, (1995 [1887], p. 338) e não pelo mercado.

O maior tempo dedicado ao ócio pela população local foi visto e representado pelos viajantes europeus como preguiça. A simplicidade da vida material sertaneja, determinada pelas necessidades locais, foi contraposta à complexidade da vida material européia, e por isso representada como miserável e pobre. Novamente recorrendo a Mata Machado (op. cit.),

a inexistência de mentalidade capitalista e a fartura de recursos naturais conduziam a população a trabalhar apenas o bastante para a sua subsistência. Os viajantes europeus, habituados ao regime capitalista, observavam com estranheza a folga dos sertanejos e alguns atribuíram a vagabundagem ao excesso de preguiça (p. 95).

Observando o modo de vida simples do sertanejo, o europeu, comparado-o com as formas sofisticadas e com a ostentação da vida material européia, ou pelo menos com a ostentação almejada pelas elites daquele continente, trataram de considerá-lo, senão como bárbaro e carente de civilização, pelo menos como preguiçoso, indolente e miserável, sempre associando-o a uma ou outra dessas características. Wells (op. cit.), observou: “passando por essas casas sem portas pode-se ver homens e muitas mulheres balançando em suas redes; porque eles desperdiçam os seus dias dormindo e suas noites em orgias de cachaça, canções selvagens e danças. Pouco trabalho basta para suprir as suas necessidades muito simples” (p. 338).

Essa lógica sertaneja, não mercadológica, não capitalista, pode ser associada à incipiência dos mercados e ao relativo isolamento da região, até então praticamente desconectada dos principais centros consumidores do país. Wells também atestou essa

situação registrando as reclamações de um criador de gado sobre a questão: “Eu não posso vender mais que um número limitado na vila mais próxima; mesmo em Diamantina ou Ouro Preto eu não poderia vender um número pelo que eu consideraria um preço lucrativo. É a mesma história por todo o Brasil. Não há mercado para nenhuma produção que exceda as demandas locais a não ser através de uma viagem longa e cansativa” (1995 [1887], p. 370).

As teorias da preguiça, da miséria e da pobreza, se consideradas as lógicas, as técnicas e o conhecimento local, são infundadas. Na realidade, a miséria era praticamente inexistente e a pobreza era uma representação criada a partir da referência européia de riqueza, que beirava o luxo e a ostentação que não se manifestavam na vida sertaneja. A partir da seguinte passagem de Saint-Hilaire, fica clara essa percepção que o europeu constrói do sertanejo:

A abundância é entre nós acompanhada de gozos multiplicados, e manifesta-se por uma imensidade de demonstrações exteriores; não sucede o mesmo, porém, com essas regiões longínquas, onde a falta de indústrias e a dificuldade das comunicações impediram o luxo de penetrar; e a casa de um proprietário rico do deserto de Minas, transportada para a França, seria aqui tomada pela morada de um homem da mais medíocre condição (SAINT HILAIRE, op. cit. p. 347).

Mas a ausência do luxo e da ostentação, até mesmo entre os homens de posse na região, não significavam, de maneira alguma, miséria. Sampaio, membro da comissão de Milnor Roberts<sup>10</sup>, enviada à região para analisar as possibilidades de navegação no Rio São Francisco, afirma:

A natureza pródiga não deixa haver a verdadeira pobreza que force a trabalhar e que obrigue e mantenha a disciplina pela necessidade de viver. Não há aqui, tão pouco, estímulos para capitalizar. Vive-se bem, vive-se ao natural, sem cuidados pelo futuro, por que a pobreza aqui não aterra ninguém (SAMPAIO, apud MATA MACHADO, op. cit., p. 94).

---

<sup>10</sup> Indicado pelo imperador D. Pedro II, em 1879, como chefe dos engenheiros da “Comissão Hidráulica” para estudar e relatar as possibilidades de melhoria dos portos e dos rios navegáveis do Império.

É interessante observar que a ausência da pobreza está associada à ausência das relações mercadológicas capitalistas, a partir das quais a produtividade do trabalho está associada à manutenção dos trabalhadores em condições materiais próximas e, às vezes, abaixo dos limites da sobrevivência. Esse fenômeno não ocorria na região, já que a população local se fartava de tudo que precisava para viver sem precisar empreender muito trabalho para tal.

Outro aspecto tipificador das lógicas e do conhecimento local, que projetou às interpretações sobre o Norte de Minas a imagem do atraso e da ausência de civilização, é o da quase inexistência das instituições do Estado de direito. A existência de um código cotidiano de leis e de relações pessoais no lugar de relações impessoais essenciais àquele tipo de Estado, foram interpretadas, na maioria das vezes, como desordem e tirania dos grandes proprietários sobre a população local. Porém, é preciso observar que uma lógica muito própria da região é que determinava tais relações.

Ao analisar as lógicas do poder local, percebemos os princípios baseados na reciprocidade e não aqueles princípios que encontramos nas relações mercadológicas, como determinantes da dinâmica política, social, econômica e cultural na região. Esse princípio, baseado na reciprocidade, se desenvolveu devido ao relativo isolamento da região, à margem da economia de exportação, do mercado e da civilização ocidental iluminista. Queiroz, estudando a população camponesa, marginal à estrutura agroexportadora, afirma que

além deste tipo de estrutura, outro sempre existiu também que tem sido pouco estudado, e que se localiza em áreas onde a agricultura de exportação e a grande criação raramente fizeram seu aparecimento. São ali encontrados sítios autônomos; diríamos melhor, são ali encontrados produtores, quer agricultores, quer criadores, os quais podem ser grandes proprietários de terras, porém não dispoem de recursos para aproveitá-las, limitam-se a uma utilização por meio de roças ou por meio de criação de uma vintena de cabeças de gado. A estrutura desses grupos é geralmente de tipo igualitário (1973, p. 101).

Para Queiroz, os grupamentos sociais, que ela chama de “os sertanejos”, são aqueles que se constituíram à margem da economia agroexportadora e, portanto, do ocidente iluminista, já que aquele tipo de economia estava vinculada ao mercado externo, como fornecedora de bens primários ao mercado europeu e consumidora de manufaturados desse mesmo mercado e como conseqüência, das lógicas, dos conhecimentos e da cultura provenientes da Europa. Segundo a autora, os sertanejos “são orgulhosos da liberdade, vangloriam-se da insubmissão a qualquer tipo de disciplina e não importa a que autoridade, desde que imposta pela força. Somente relações derivadas da amizade e da gratidão os fazem curvar-se diante de alguém, que então consideram superior” (1973, p. 104) e este não é caso das lógicas ocidentais.

Aqui, a antropologia nos fornece um instrumental valioso para analisar determinados aspectos das relações que se estabeleceram em uma região, no nosso caso, o Norte de Minas Gerais, que se constituiu a partir de uma matriz relativamente desvinculada dos padrões do Ocidente iluminista. Estamos falando do espírito da dádiva e da reciprocidade, tal qual proposto por Mauss, segundo quem,

Em todas as sociedades que nos precederam e que ainda nos rodeiam, e mesmo em numerosos costumes de nossa moralidade popular, não existe meio termo: confia-se ou desconfia-se inteiramente; depor as armas e renunciar à sua magia, ou dar tudo; desde a hospitalidade fugaz até às filhas e bens. Foi em estados deste gênero que os homens renunciaram a seu ensinamento e aprenderam a empenhar-se em dar e retribuir. É que eles não tinham escolha. Dois grupos de homens que se encontram podem fazer apenas duas coisas: ou afastar-se – e, caso suspeitem um do outro ou se desafiem, lutar – ou tratar-se bem. Até direitos bem próximos de nós, até economias não muito distanciadas da nossa, são sempre estrangeiros com os quais se ‘trata’, mesmo quando são aliados. (...) É opondo a razão ao sentimento, opondo a vontade de paz contra bruscas loucuras desse gênero, que os povos conseguem substituir pela aliança, pela dádiva e pelo comércio a guerra, o isolamento e a estagnação (1974, p. 182-83).

Isso não significa dizer que o mercado, bem como as injustiças e desigualdades, o autoritarismo e o mandonismo estavam ausentes entre os sertanejos, mas que esses fenômenos, nesse contexto da dádiva, tinham uma matriz diferente daquela que dá base para

esses mesmos fenômenos na civilização ocidental. Pois lá eles também se fizeram presentes; e sobre isso a história nos dá uma farta de exemplos, entre os quais podemos citar a situação a que ficaram submetidos os operários à época da Revolução industrial e os camponeses vitimados pelo advento da propriedade privada no meio rural. À mesma época, ocorreu ainda, o extermínio das nações indígenas americanas durante o processo de colonização e depois no de expansão territorial do Estado, a super-exploração dos imigrantes e a negação dos direitos civis aos negros nos Estados Unidos também são exemplos contundentes da injustiça, das desigualdades e da orpessão no chamado mundo civilizado.

Partindo do exposto, entendemos que as observações e as representações construídas sobre o Norte de Minas são passíveis de equívocos, já que ele tem sido interpretado a partir da matriz ocidental, como explicitamos em outro artigo<sup>11</sup>. A historiografia brasileira tem sido refém daquela matriz e tenta encontrar na história do Brasil situações análogas à história da Europa ocidental, acreditando na aproximação da Europa e depois dos EUA como sinônimo de civilização. Portanto, podemos dizer que, no Brasil, fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais têm sido interpretados à luz dos valores e concepções européias. Dessa maneira, a violência política, a miséria e a pobreza, observadas por olhos ocidentais, serão assim qualificadas e vistas como sinais de ausência de civilização.

Tomemos o caso da violência política. Para Mata Machado, “a luta pelo poder local, muitas vezes sangrenta, marcou a história política da região (...)” (1991, p. 135). É certo que existiam os chamados chefes locais amparados por parentes, agregados, compadres e por toda sorte de apaniguados e dependentes, como também é certo que a violência caracterizava as relações, tanto horizontais entre os chefes, quanto verticais entre os chefes e sua clientela.

---

<sup>11</sup> Os Sentidos do Sertão e o Escondimento da História Norte-Mineira. Publicado na revista *Caminhos da História*, 2005, v.1, n.10, editada pelo Departamento de História da Universidade estadual de Montes Claros – no prelo.

Porém, podemos observar que a relação de tais chefes com seus apaniguados, por mais injustas e autoritárias que pareçam, baseavam-se num princípio de reciprocidade e aliança, tanto na luta contra concorrentes na disputa pelo poder local, quanto para garantir a produtividade das terras e a sobrevivência material do grupo. Em um editorial escrito para o Jornal *O Progressista*, da cidade de Salinas, na década de 1970, Fernando Massote nos diz,

Este comando era exercido pelo sistema do patriarcalismo, em que o dono da terra, no espírito e na prática do sistema de sesmarias, *era padrinho das crianças dos agregados, e os adultos seus cumpadres e cumadres. Isto mantinha a coesão social, funcional, na fazenda e no conjunto do sistema, de tipo 'familiar'*. A vontade do 'paizão' era a lei. Adulava os amigos ou matava os adversários, como um poderoso chefe sabe fazer bem. *Sabiam ser carinhosos e bondosos com os seus. Protegia-lhes. Mas ai de que levantasse um movimento de oposição. Havia rivalidades eventuais entre esses chefes, ora por questão de limite de propriedades, ora pela partilha do poder político que os credenciava perante o poder central (...)* No sertão, espécie de limbo do território nacional, *limbo por que estava fora da área da cana-de-açúcar, que era nossa rainha no mercado internacional, as instituições políticas não chegavam, era uma área onde a lei era imposta pela vontade, pelo mando desses senhores de terra*" (MASSOTE, apud. LISBOA, 1992, p. 306-7). (Grifos nossos)

Segundo Costa, valendo-se de Queiroz (1976) e Leal (1948):

ao descrevê-lo (o coronel) demonstraram o seu poder que se baseava em diversas ações: estendia-se a ponto de substituir o Estado e assumir, ele próprio, o seu papel para com as camadas inferiores da sociedade; através de trocas de favores a ele recorriam buscando solucionar a mais variada gama de necessidades pessoais ou da parentela (...). Articulando-se interna e externamente, os homens dessa região construíram uma identidade própria e uma cultura singular – a sertaneja – que Luz (1991) compreende como sendo fruto da relação estabelecida com a terra e com a natureza. Tratados como parceiros na reprodução da vida, constituíram coletivamente e viabilizaram um *'modus vivendi'* que proporcionou uma cosmovisão inteira e integrada – holística – expressando-a no principal valor cultural: a solidariedade, através da parentela, bem como por relações de vizinhança e compadrio (1997, p. 80).

Porém, aos olhos ocidentais, embaçados pela predominância das idéias iluministas da representatividade e do Estado de direito, tudo isso era entendido como desordem e injustiça. Ademais, imprimir no outro a imagem do atraso é, em contrapartida, galgar para si a imagem do progresso e a Europa iluminista sempre se esforçou em representar as formações sociais



construídas com base em outros princípios, que não os seus, como atrasadas. Por isso nega-lhes o *status* de possuidoras de conhecimento sistemático e de civilização e não as apreende simplesmente como diferentes, como uma outra lógica já que o pensamento europeu, em grande medida, é atrelado à visão evolucionista do mundo e da humanidade e se auto-posiciona no sistema mundo como aquele que evoluiu e que, portanto, deve servir como referência para a evolução dos povos não-europeus. De acordo com Roberto da Matta,

falando do homem e deixando de lado as sociedades e culturas, fala-se de universalidades e de generalidades, jamais chegando perto das diferenças. É curioso observar essa ambigüidade diante do diverso e do específico, sobretudo em sociedades marcadas como é o caso da brasileira, por uma tendência hierarquizante. Tomando o homem como um ser da ‘resposta instrumental’, deixamos de lado a tarefa realmente básica de explicar as diferenças. (...) deixando de focalizar as diferenças, inventamos uma mentalidade ecológica, segundo a qual o homem não contempla nem pensa: ele apenas reage ao ambiente natural, como uma espécie de cão de Pavlov. E nesta mentalidade, essa resposta é tanto mais clara, quanto mais primitiva for a sociedade (...). Em tais sociedades não se contempla a possibilidade de o pensamento analítico existir de fato, de modo que o processo se passe ao contrário: com a sociedade provocando a mudança do ambiente em sua volta; ou pensando e experimentando com uma nova forma de organização social. Não! Só na nossa sociedade e no nosso sistema é que novas formas de relacionamento social podem ser descobertas ou inventadas (2000, p. 43).

A maior parte das interpretações do fenômeno do coronelismo parte das concepções, primeiro da necessidade da construção do Estado de direito no Brasil, como um requisito para ingressar no mundo civilizado; depois, de que a ausência desse tipo de Estado é sinônimo de desordem e de atraso e, até mesmo de falta de civilização. E isso parece estar de acordo com o que diz da Matta, ou seja, formações sociais diferentes daquelas de base racional-iluminista não são capazes de construir uma sociedade organizada e de progredir de acordo com a percepção evolucionista européia.

A própria denominação “coronelismo” parece-nos um tanto quanto depreciativa das relações de poder no âmbito local, pois na historiografia o termo é representado como símbolo de autoritarismo e violência e, se pensarmos nas exigências para a construção do Estado de direito, como desordem e atraso. Carone tratando de definir coronelismo nos diz:

A nossa formação histórica fez-se de maneira dispersa e desconexa. A falta de centralização resultou em liberdades locais e no fortalecimento de instituições sociais peculiares: o poder torna-se privilégio de uma camada social que possui os bens de produção – a terra – e a liderança política. O fenômeno do coronelismo tem suas leis próprias e funciona na base da coerção da força e da lei oral, bem como de favores e obrigações. Esta dependência é fundamental: o coronel é aquele que protege, socorre, homizia e sustenta materialmente os seus agregados; por sua vez, exige deles a vida, a obediência e a fidelidade. É por isso que coronelismo significa força política e força militar (1973, p. 66).

Analisando a interpretação de Carone, podemos inferir que, 1) o autor parece entender a centralização – que aqui chamamos de Estado de direito – como um elemento ordenador e construtor da unidade nacional; 2) em contrapartida, o que ele chama de “liberdades locais” parece ser um fator desordenador e mesmo desagregador; 3) ao mesmo tempo em que apresenta o coronel como um tirano, apresenta-o como um provedor, ao dizer que “é ele que protege, socorre, homizia e sustenta materialmente os seus agregados”; e 4) coronelismo, para o autor, significa tirania, já que o coronel, como diz Carone, exige de seus agregados “a vida, a obediência e a fidelidade”.

Se observarmos o fenômeno do coronelismo, como descrito por Carone, perceberemos que há, entre o coronel e sua clientela, uma troca calcada no princípio da reciprocidade: o coronel provém e em troca recebe a fidelidade dos providos, e isto está claro no texto do autor, mesmo que ele não tenha pretendido dizê-lo. Nessa perspectiva, a “exigência” “da vida, da obediência e da fidelidade” torna-se questionável. É preciso perceber que, na relação com os seus agregados, o “coronel” dava uma contrapartida.

A concepção de coronelismo como símbolo de desordem e de ausência do Estado de direito predomina, no Brasil, praticamente em todos os estudos sobre a questão. Na historiografia e nas ciências humanas em geral, e não poderia ser diferente, foi a concepção projetada sobre as relações políticas locais no Norte de Minas. De acordo com essa interpretação, temos então um par de opostos: o coronel tirano e o agregado submisso e passivo – vítima. E é essa concepção que estamos questionando, a partir da seguinte pergunta: de acordo com as lógicas e culturas locais, seriam os coronéis realmente tiranos e os

agregados realmente vítimas da tirania dos primeiros? Acreditamos que a relação dos agregados com os coronéis, se a analisamos pelo princípio da reciprocidade, se tomamos como referência a proposição maussiana da dádiva e se adentramos nas relações locais de ordenamento político e de justiça, assume outra perspectiva, diversa da que reduz o coronelismo à tirania e mandonismo. Campbel (1970) argumenta que as

relações de patronagem produzem uma certa equidade na distribuição de facilidades e privilégios e coloca alguns obstáculos na vitimização do indivíduo, por se constituir em estrutura hierárquica paralela àquela do governo, porém de natureza igual. É através dela que o cliente, excluído da hierarquia governamental, pode ser capaz, vicariamente, de estar ligado a mais ampla sociedade nacional (CAMPBEL, 1970, apud. COSTA, 1997).

Essas relações, baseadas nos princípios da dádiva e da reciprocidade, na igualdade, no código cotidiano de leis e na liberdade em relação a um poder imposto de fora, configuram uma das características do que Costa (1997), Luz (1991) e Ribeiro (2000; 2005) chamam de “cultura sertaneja”, Essa cultura torna-se objeto da desestruturação / reestruturação que estamos propondo neste trabalho, como consequência da conexão do Norte de Minas à rede urbana do Centro-Sul e ao mercado global. Neste sentido, Costa afirma que

a partir da década de quarenta deste século, entram em fenecimento as alianças baseadas na parentela e em relações de vizinhança e compadrio, que propiciavam o estabelecimento de solidariedade entre grandes fazendeiros e agregados, sítiantes e posseiros. Com a modernização do Estado e da economia brasileira, a partir da revolução burguesa de 30, os grandes proprietários da região iniciaram o estabelecimento de alianças horizontais, entre seus pares, através das sociedades e sindicatos rurais (1997, p. 81).

A conexão à rede capitalista levou a região a buscar o desenvolvimento e a modernização, o que desestruturou / reestruturou as relações anteriores, que passaram a ser representadas como símbolo de atraso e de falta de civilização. Porém, o que deve ser observado é que tal desestruturação / reestruturação tende a destituir a população local de suas

lógicas, de suas formas de produção material e imaterial da vida, de seu conhecimento, de suas técnicas, que ficaram relegadas ao passado e ao esquecimento ou foram apropriadas pelas lógicas do capital e do mercado e após essa apropriação, foram transformadas em fontes de lucro, tirando-lhes a função de estratégia de sobrevivência local. De acordo com Wallerstein,

(...) nunca discutimos seriamente quanto conhecimento perdemos com a ‘varrida’ mundial da ideologia universalista. Ou se discutimos, qualificamos o conhecimento perdido como mera (?) sabedoria. Mas, nos simples níveis técnicos da produtividade agrícola e integridade biológica, estamos tardiamente descobrindo que os métodos de ação humana descartados há um ou dois séculos (um processo imposto pelas elites iluminadas sobre as massas atrasadas) muitas vezes precisam ser ressuscitados, porque se mostram mais, e não menos, eficientes. A um nível mais importante, estamos descobrindo, nas próprias ‘fronteiras’ da ciência avançada, a reinserção experimental de premissas triunfalmente descartadas há um ou cinco séculos (1985, p. 83).

É recorrente, na literatura sobre o Norte de Minas, a comparação da fartura anterior à sua inserção no mercado global, com a penúria posterior a tal inserção. Para Maia, estudando as migrações, o gênero e a reciprocidade no Vale do Jequitinhonha,

‘riqueza’ e ‘pobreza’, ‘fartura’ e ‘faltas’ são aspectos que acompanham a trajetória da região desde a sua ocupação. Como consequência da atividade mineradora, e da produção do algodão de alta qualidade, o Vale do Jequitinhonha constitui-se durante os séculos XVIII e início do século XIX (sic) numa das regiões mais prósperas do país. Hoje, contraditoriamente, a região é conhecida como o ‘Vale da Miséria’ (...). A expansão da economia de mercado no vale, principalmente a partir do processo de modernização da agricultura (...) conduziram as famílias camponesas, através dos homens adultos, a novas estratégias de reprodução social (2004, p. 20).

O que percebemos no Norte de Minas é um processo semelhante ao do Vale do Jequitinhonha: as relações de mercado como um agente desestruturador / reestruturador. Porém, como se deu esse processo? Neste trabalho, a nossa preocupação será com a reestruturação do espaço, especialmente no Norte de Minas Gerais e na cidade de Montes Claros. Espaço que, acreditamos, foi reestruturado com base na busca da modernidade e do desenvolvimento que agiu como elemento espraizador do mercado, das lógicas do capital e da civilização ocidental.

Espaço que foi relayoutizado de acordo com as representações sociais do desenvolvimento e de acordo com as necessidades de velocidade e de fluidez que ele exige, espaço que foi conectado ao mercado global e que teve de ser readequado às necessidades àquele mercado. As lógicas, as técnicas, o conhecimento e a cultura local foram reinventados nesse processo reestruturante e readequadas às novas exigências por ele criadas.

### **A intenção integradora e a conexão: os sonhos de progresso**

Como propusemos alhures, o Norte de Minas Gerais e a cidade de Montes Claros estiveram por um bom período de tempo – devido ao relativo isolamento a que ficaram relegados, desde o período colonial, até, mais ou menos, sua conexão à rede urbana do Centro-Sul e, através dela, a um mercado global – às margens dos padrões do constructo sócio-cultural e político-econômico moldado pela matriz iluminista da modernidade e da visão do progresso. Dessa maneira, tivemos na região a conformação de estruturas sociais diferenciadas em relação àquelas que se formavam na Europa e nas áreas litorâneas e mineradoras do Brasil, conectadas ao Velho Continente pelas atividades de exportação e de importação, ou seja, pelo comércio. No sertão norte-mineiro, devido a esse relativo isolamento, podemos falar de relações de produção “pré-capitalistas”, de relações políticas, sociais e culturais mais baseadas nas lógicas locais e na utilização mais equilibrada dos recursos naturais; fatores que sempre causavam estranheza e admiração nos que tentavam descrever os aspectos naturais e antrópicos da região. Estranheza e admiração potencializadas principalmente naqueles que procuravam entender a região a partir da matriz da modernidade ocidental, do capitalismo, do mercado e da racionalidade-científica.

Era muito difícil aos que analisavam os sertões, a partir daquela matriz, a compreensão de algumas lógicas locais sem classificá-las de atrasadas, pouco evoluídas, inadequadas e ineficientes, bárbaras e não civilizadas. Contudo, o que tínhamos era uma região com um considerável manancial de conhecimentos e técnicas que lhe davam as bases de uma formação social, de relações políticas e econômicas e de culturas menos atreladas aos interesses do capital e do mercado. Relações mais baseadas nos princípios da reciprocidade e da dádiva, o que não significa dizer que não havia conflitos, desigualdades e exploração do homem pelo homem e dos recursos naturais. O que estamos propondo é que, tanto as convergências quanto as divergências na região estavam baseadas em outras lógicas, que não aquelas advindas da modernidade ocidental-capitalista e racional-científica. Essas outras lógicas eram a base da estruturação das relações sociais, políticas, econômicas e sociais que tipificaram a região.

Nesta parte do nosso trabalho, procuraremos a explicitação do quanto essas bases locais de constructo social serão desestruturadas a partir da inserção do Norte de Minas Gerais e de Montes Claros na rede urbana do Centro-Sul e reestruturadas, devido à chegada de outras lógicas, pelo emaranhado de artérias dessa rede. E essas lógicas “chegantes”, de que estamos falando, são as lógicas da modernidade ocidental-iluminista, do progresso, do universalismo e do mercado. Sendo assim, precisamos analisar a conexão de Montes Claros e do Norte de Minas à citada rede urbana, por si só entendida como integração ao mundo civilizado e caminho para o progresso.

O marco temporal que utilizaremos para tal conexão é o da chegada da ferrovia em 1926. Sabemos que outras iniciativas de integração da região foram tentadas, como os planos e tentativas de fomentar a navegação pelo Rio São Francisco e os projetos anteriores de construção de ferrovias de integração. Iniciativas que, desde o período monárquico, tinham por objetivo o rompimento do isolamento de algumas regiões, com o intuito de integrar o território. No entanto, apesar de tais tentativas, seus efeitos foram inócuos. Somente com a

chegada da ferrovia é que essa integração, que aqui estamos chamando de conexão, começou a ter uma correspondência mais real, concreta e efetiva.

Porém, antes de tratarmos da conexão do Norte de Minas à rede urbana do Sudeste, com a chegada da ferrovia à região, observaremos o advento da intenção integradora ainda no início do século 19, como também observaremos que já naquela intenção, estavam presentes a representação e o discurso de que ela, por si só, traria o progresso, bem como procuraremos demonstrar algumas características da vida sertaneja, anteriores à conexão ao Centro-Sul.

Para tal, discorreremos sobre a o circuito comercial que se configurou na região nos fins do período colonial e início do período monárquico e que permaneceu durante quase todo o século 19. Partimos também do pressuposto de que esse circuito não estava equipado de contatos mais efetivos e regulares com as cidades litorâneas – bases de entrada e de saída de mercadorias vindas da Europa – e suficientemente intensos para determinar a europeização dos saberes e fazeres no Norte de Minas. Em seguida, analisaremos a ação integradora empreendida, em maior ou menor intensidade, pelo Estado, a partir de meados do século 19, pois durante boa parte dos séculos 17 e 18 ela esteve a cargo da “iniciativa privada”, ficando ao Estado apenas a arrecadação dos impostos sobre as riquezas porventura obtidas pelos empreendedores privados. De acordo com Ribeiro, “em grande parte, a Coroa se reservava o papel de administrar essa exploração e arrecadar impostos sobre a produção obtida, ficando a cargo da ‘iniciativa privada’ boa parte dos riscos do empreendimento” (2005, p. 345).

Entendemos que a partir de meados do século 19, como parte de um projeto essencial para a consolidação do regime monárquico, qual seja, o da manutenção da unidade territorial do país, que esteve ameaçada desde a segunda metade do século 18 por uma série de movimentos de cunho separatista, é que o Estado brasileiro empreendeu ações mais efetivas para a integração do território. A unidade territorial demandou, por parte do Estado, uma ação

integradora, e será no escopo desta ação que uma série de iniciativas serão tomadas, no sentido de conectar o Norte de Minas ao “mundo civilizado”. Esta ação integradora será também uma iniciativa provincial e, depois, na República, estadual, pois, se o Brasil conviveu com o separatismo, no século 19, Minas Gerais também conviveu com aquelas intenções no século 19, no 20 e até os dias de hoje. A integração do Norte de Minas, que, diga-se de passagem, foi, no contexto de Minas Gerais, palco de inúmeras intenções separatistas, se tornará mais efetiva com a mudança de suas relações comerciais do Norte, como estava até meados do século 19, para o Sul, como ficará, principalmente após a chegada da ferrovia à região, ou seja, pela conexão da região a uma rede urbana que tem como localidades centrais São Paulo e Rio de Janeiro, através de Belo Horizonte. A efetivação dessa conexão pressupõe outras iniciativas, como a solução do problema das estradas e dos transportes cuja precariedade sempre foi uma reclamação das elites norte-mineiras, e talvez o sejam até hoje.

Assim, neste capítulo, observaremos os aspectos principais da rede urbana na qual o Norte de Minas esteve inserido antes de sua conexão mais efetiva com o Sul e através dele ao mercado mundial. Finalmente, nossa preocupação será a demonstração de que essa conexão funcionará como a via que fará fluir para a região os objetos e as informações, os valores, os pensamentos e os conhecimentos ocidentais, que trarão em si a representação do progresso, do desenvolvimento e da civilização, bem como as desestruturações e reestruturações daí decorrentes.

O Norte de Minas gerais ou o Sertão norte-mineiro é uma região de transição do Nordeste para o Sudeste e, para alguns autores como, Cardoso, esteve muito mais próxima do Nordeste, economicamente e culturalmente, que do Sudeste. Segundo o autor,



“o Norte de Minas é considerado como sendo uma Região de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, ou seja, é uma área pertencente a um Estado do Sudeste, mas que possui inúmeras características geo-sócio-econômicas semelhantes àquelas verificadas nas regiões nordestinas. É uma área geográfica que desde o seu povoamento nunca deixou de receber fortes influências do Nordeste e, por isso mesmo, autores como Gervaise (1975, p. 19), afirmam que “(...) a paisagem do Norte de Minas é muito mais próxima dos hábitos do nordestino do que dos próprios mineiros” (2003, p. 4).

Para outros, como Costa, é uma região que rompe com a hierarquia “mineira e baiana” e se situa num entre-lugar; entre duas identidades, nem englobadas nem excluídas. Para o autor, “Nessa compreensão encontra-se enunciada a existência de um sentimento de pertencimento e de solidariedade regional distintos do sentimento de pertencimento e de solidariedade mineiros” (2003, p. 325). Outros autores também intencionaram dar ao sertão mineiro essa imagem de autonomia. Para Lins, por exemplo, “os baianos do São Francisco são muito pouco mineiros, o mesmo acontecendo com os pernambucanos, mineiros, sergipanos e alagoanos das margens do grande rio, tão afastados das capitais dos seus respectivos Estados, que terminam esquecidos” (1960, p. 110). Rêgo também é partidário dessa visão e expressa: “Em minas, descendo para o eixo do Vale do São Francisco, o homem gradualmente se vai tornando menos mineiro para ser mais sertanejo, pertencente a comunidade interestadual que domina o grande centro do Brasil” (1945, p. 196).

A referência espacial desses dois autores para o sertão norte-mineiro é o Rio São Francisco, visto como o “rio da integração nacional”. Visão esta, muito difundida, visto que esse rio e, conseqüentemente, o Norte de Minas, funcionam como um espaço que conecta o Sul ao Norte do País. Ou seja, um espaço intersticial entre as duas regiões “civilizadas” – conectadas à Europa e ao mundo “civilizado” –, quais sejam: o Centro-Sul (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) e o Norte (Bahia e Pernambuco). Essa interpretação da importância do Rio São Francisco para a integração nacional é compartilhada por vários outros estudiosos, políticos, memorialistas e por homens da literatura. Para Abreu, o São Francisco foi um

“condensador de gentes” (2000, [1907], p. 83). Para João Ribeiro, “grande caminho interior da civilização brasileira” (RIBEIRO, apud. PIRES, 1979, p. 83). Na visão de Sampaio, “convite do homem para a conquista da terra” (1955, p. 57). Euclides da Cunha, por sua vez, vê no rio o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, apud PIRES, op. cit., p. 83). Pires afirma que “foi o cenário histórico do encontro das três correntes de penetração, que, inicialmente, partindo da Bahia, Pernambuco e Piratininga, integraram o Brasil, estendendo-o na América do Sul, nas dimensões de um gigante. Sim. Um gigante mais largo que comprido. Contido no Oeste apenas, pelas alturas dos Andes” (1979, p. 83).

Do ponto de vista geográfico, isso é irrefutável. Porém, se levarmos em conta aspectos históricos, econômicos e mesmo culturais e sociais, observamos que a idéia de unidade que muitos tentaram empreender ao Vale do Rio São Francisco é questionável, pois, no nosso entendimento, não existe um Rio São Francisco, e sim vários. Cunha já nos dava conta disso:

(...) o São Francisco foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e na região média, a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia. (...) Bateram-lhe, por igual, as margens o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro (CUNHA, apud. MATA MACHADO, 1982, p. 99).

Outros autores vêem o Norte de Minas como uma região mineira e, portanto, do Sudeste. Essa visão, defendemos, só será possível, ainda assim com ressalvas, a partir da conexão do Norte de Minas à rede urbana do Centro-Sul, assunto este, que abordaremos no próximo capítulo.

Área de transição, mineira, nordestina ou autônoma, seja como for, é necessário aqui estabelecermos as fronteiras geográficas do que estamos chamando de Norte de Minas. Segundo Botelho,

No século XIX, o Norte de Minas compreendia toda a metade setentrional da Província de Minas Gerais, incluído nos sertões das Minas Gerais. Estes sertões abrangiam desde o chamado Sertão da Farinha Podre (hoje Triângulo Mineiro) até as bordas do vale do Rio Doce, passando por Paracatu do Príncipe, pelo vale do Rio São Francisco, pelo Serro Frio e pelo Tejuco (hoje Diamantina) (1994, p. 36).

Tratando de delimitar espacialmente os sertões, Saint-Hilaire fornece um esboço de suas das fronteiras:

O nome Sertão ou deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca ao Sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca da metade da Província de Minas, e se estende aproximadamente, desde os 13° até os 21° de latitude; mas não se deve pensar que o Sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas de Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás, pela qual se continua, não é ela toda senão um imenso deserto (2000 [1824], p. 307).

Saint-Hilaire tratou de delimitar as fronteiras do que ele estava chamando de sertão. A área que ele delimitou é muito maior do que a que nós chamamos de Norte de Minas, para o qual o nosso corte espacial é a região que ocupa o médio São Francisco e seus afluentes, como o Rio Verde Grande e o Baixo Rio das Velhas (ver figuras 1 e 2).

figura 1 – O Norte de Minas: delimitação espacial 1



Querino, Augusto José. arquivo pessoal, 2006.

figura 2 – O Norte de Minas: delimitação espacial 2



Fonte: IBGE, 2004, com adaptações.

Dentro do Vale do Rio São Francisco, a região que nos interessa é a que está circunscrita à área rachurada no mapa acima.

Como demonstram as áreas rachuradas nos mapas acima, é o médio São Francisco que nos interessa, pois corresponde geograficamente à região que nos propusemos a estudar – o Norte de Minas – que estamos analisando como uma região, no mínimo, diferenciada e menos atrelada aos constructos sociais, políticos, econômicos e culturais do Ocidente europeu.

## Os olhos da civilização se voltam para os sertões

No final do século 18 e início do 19, as autoridades portuguesas, e depois as da monarquia, já tendo se rendido aos apelos racionais e científicos do iluminismo, iniciaram uma política de envio de cientistas que, através de estudos de base racional-científica, relatariam e aconselhariam sobre as possibilidades de exploração econômica e “civilização” dos “desolados” sertões. Já em 1800, foi enviado à região o naturalista José Vieira Couto que, de acordo com suas próprias palavras, tinha a expectativa de “‘desterrar a ferocidade’ dessa região” (COUTO, apud. RIBEIRO, 2005, p. 346). Couto preocupava-se em descobrir as potencialidades econômicas e assim descreveu o sertão apontando para as possíveis intervenções nesse espaço:

Lançava os olhos sobre o rio, outras sobre suas ribanceiras; notava aquelas bellissimas matas, aquelas assentadas campinas; *observava um rio naturalmente navegável*, e quase desprecisado e independente de arte para isso; um rio fortíssimo em mil gêneros e produções, que offerece longos e dilatados sertões, quaes elle com seus tortuosos giros lava e fertiliza; via que todas essas preciosas vantagens ou eram despresadas, ou desconhecidas; via uma tão completa solidão por todo este longo espaço que navegava; nenhuma habitação, nenhum gênero de cultura, só despensas canoinhas de miseraves pescadores de cana aqui e ali amarrada a sombrios barrancos: estas cousas excitaram-me outras idéias, e dizia dentro de mim – *Tanta necessidade e pobreza por toda parte, e aqui desaproveitado tudo o que é preciso para fazer uma vida feliz*. Terras férteis para produzir tudo o que se lhes lançar em seu seio; abundancia de pescados para manter o commercio, e encher os cofres d’aqueles que se entregam a este gênero de vida! *Eras virão, dizia comigo, eras virão em que os povos correrão em chusmas sobre essas ribanceiras: estes altos barrancos cortados tão aprumo, e tão formosamente fingindo cáes, serão um dia decorados de frutíferos jardins*: numerosas povoações branquejarão por certo essas ribeiras; vozes alegres de afortunados habitantes retumbarão onde hoje só reina um profundo silencio, de vez em quando somente interrompido de feios roncões de tigres, ou de agudos gemidos de tristonhas aves que aqui bordejam: tu serás, ó formoso Rio S. Francisco verdadeiramente *coelo gratissimus amnis*: tu serás enfim conhecido e apreciado, e o *Trypolemo que deve chamar sobre tuas afortunadas bordas bárbaras gentes, que deva ahi ensinar a lavrar e a embellezar a terra: crear o commercio, desterrar a ferocidade, e fazer a vida deleitosa e feliz*” (COUTO, 1905, apud. RIBEIRO, 2005, p. 347). (grifos nossos)

Os grifos acima destacam, já no nascedouro da intenção integradora, a visão de que o sertão é um vazio de civilização com enormes possibilidades de exploração econômica, que

poderão ocorrer pela integração, pelo comércio, pela navegação e pela ação pedagógica do mundo civilizado que, por sua vez, deverá “ensinar a lavrar e a embellezar a terra: crear o commercio, desterrar a ferocidade, e fazer a vida deleitosa e feliz” como disse Couto. Couto pode ser considerado o primeiro de uma série de viajantes-cientistas, como o francês Saint-Hilaire, que produziu representações, com seus relatos, sobre o homem e o meio no sertão brasileiro. Qual seja, a visão da “barbárie” como um obstáculo para o progresso e para a prosperidade, e a da pobreza desse lugar “não civilizado”, que só poderia prosperar a partir da integração ao mundo civilizado. Na visão de Ribeiro,

os naturalistas sempre acabavam por concluir que as ‘bárbaras gentes’ eram o principal entrave a um futuro majestoso escrito na própria natureza do lugar. E, assim, mais receitavam integrar o Sertão Mineiro ao ‘mundo civilizado’, para sacudir e acordar seu povo com um ‘choque de progresso’, pouco importando se ele o desejava, ou quais seriam suas expectativas de futuro (2005, p. 347).

O declínio da mineração ocorrido desde os finais do século 18 e acentuado no início do 19; a decadência das atividades agro-exportadoras devido à carência, naquele momento, de um produto de exportação em larga escala, que garantisse a entrada de divisas no país e os níveis desejáveis ao Estado de arrecadação de impostos, juntamente com a necessidade de combater os vários movimentos que ameaçaram a unidade territorial brasileira, impulsionaram a busca de novas fronteiras que pudessem vislumbrar novas possibilidades de exploração econômica. Foi nesse contexto que o sertão passou a ser um alvo da política de integração territorial que, dentro de uma perspectiva de ordenação do território, passou a ser, cada vez mais, um empreendimento do Estado. O primeiro grande obstáculo a ser superado, em favor da citada integração, seria então o da conexão. Assim, passou-se a entender como primordial a solução do problema do acesso e das vias de circulação. Detectava-se que a dificuldade da chegada do progresso e da civilização ao sertão estaria associada à quase

inexistência de estradas e à subutilização do potencial de navegação dos rios da região, especialmente do Rio São Francisco. De acordo com o próprio Couto, “um rio naturalmente navegável” (COUTO, apud RIBEIRO, 2005 p. 347).

Depois de Couto, vários outros naturalistas percorreram a região. E quase todos propuseram a integração e a ação civilizadora como fonte de prosperidade para sua população. Entre esses naturalistas, destacamos Joaquim Veloso de Miranda que, segundo o historiador Augusto de Lima Júnior, foi o

descobridor do petróleo do Urucuia, do manganês em Queluz, introdutor da cultura da batata inglesa, do trigo indiano, da uva do Minho, fabricou incenso com flores e resina de Assa-peixe branco (...). Foi ainda, o primeiro a classificar a *floralia montium*, reunindo observações preciosas sobre a fabricação de tintas vegetais e minerais (...) (LIMA JR., apud. RIBEIRO, 2005, p. 352).

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos teceu detalhadas informações sobre a Capitania de Minas Gerais, enfatizando sua organização político-administrativa, sua economia, sua população e seus costumes. Vasconcelos fez também referências ao clima, à vegetação, às potencialidades animais e minerais, bem como digrediu sobre os seus usos. José Elloy Ottoni discorreu sobre as causas da decadência da mineração na região de Minas Novas e sobre a agricultura na Capitania de Minas gerais e ainda deu sugestões para “restabelecer e animar a população daquele paiz”, o sertão (OTTONI, 1908, p. 307). José Joaquim da Rocha, em *Descrição geográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*, mapeou a população da Capitania, forneceu informações históricas das Minas e descreveu suas vilas e sua organização administrativa. Em seções específicas, discorreu sobre suas riquezas, rios, pedras, tintas, animais silvestres e aves, destacando as possibilidades futuras de seus usos. Luiz José Godoes Torres fez um levantamento sobre o uso das plantas do cerrado em proveito da saúde de seus habitantes e elaborou um estudo chamado *Preceitos, que devem guardar na colheita das*

*plantas medicinais, que se houverem de tirar nesta capitania.* Caetano José Cardoso, por sua vez, empreendeu estudos mineralógicos; e Fernando Antônio Pereira de Vasconcelos, filho de Diogo de Vasconcelos, contribuiu para a introdução, em Minas, da cultura do chá, da canela, do cravo e de outras espécies. Tratou também da criação de abelhas e do bicho-da-seda.

Além desses naturalistas brasileiros, também percorreram o sertão uma série de naturalistas estrangeiros, como: John Mawe, inglês, minerólogo e geólogo; Whilhelm Ludwig Von Eschwig, alemão, engenheiro de minas; Georg Wilhelm Freireyss, alemão, zoólogo; Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire, francês, botânico; Jean Ferdinand Denis, Francês, literato e historiador; Johann Emanuel Pohl, austríaco, médico, minerólogo e botânico; Karl Friedrich Philipp Von Martius, alemão, médico e botânico; Johann Baptist Von Spix, alemão, zoólogo; Alcide Dessalines D'Orbigny, francês, paleontólogo e naturalista; George Gardner, escocês, médico e botânico; Francis de la Porte Castelnau, francês, geólogo e zoólogo; e Hermann Burmeister, alemão, zoólogo, alguns dos quais já mencionados nesse estudo.

É claro que não queremos aqui fazer uma lista completa dos cientistas que estudaram o sertão no século XIX. As citações que fizemos acima servem para enfatizar a presença de uma intenção racionalizadora e integradora do sertão como uma via para seu progresso material. Praticamente todos esses estudiosos, brasileiros ou estrangeiros, apontaram para um sertão indômito, indolente, preguiçoso, carente de conhecimento científico e receitaram a ciência e a ação civilizadora, através da integração, como a solução para a exploração das potencialidades econômicas da região.



### **A rede urbana sertaneja: do isolamento à conexão**

A despeito do relativo isolamento de que falamos anteriormente, o Norte de Minas Gerais desenvolveu, desde o período colonial, um comércio relativamente dinâmico. Contudo, tal comércio, pelas dificuldades impostas pelos esforços das autoridades portuguesas em isolar a região, ganhou feições locais, regionais e inter-regionais-próximas. Ou seja, ficou circunscrito a uma área restrita. Ainda assim, temos notícias de relações comerciais com o litoral e até mesmo de exportações para a Europa. Porém, não podemos falar de maneira alguma de um comércio voltado para o mercado externo, como o percebemos nas regiões litorâneas e nas áreas de agro-exportação. Uma das características desse comércio era a escassez monetária, que determinava relações de troca baseadas no escambo. Wells nos dá conta desta situação observando que “freqüentemente era necessário comprar mais do que era preciso porque se a quantidade exata do valor não tivesse sido mandada, o troco tinha que ser trazido em espécie devido à grande escassez de dinheiro entre os habitantes” (1887, p. 296-7). O sal era o principal produto utilizado nas trocas, dada a sua importância para a economia local. Isto está de acordo com Mata Machado que nos diz, “a troca em espécie (escambo) foi a forma utilizada para suprir a falta de moeda. O comércio do sal extraído das salinas baianas, no trecho entre Cabrobó e Xique-Xique, era realizado em parte por escambo, sendo trocado por produtos agrícolas de Januária” (MATA MACHADO, op. cit., p. 76). Essa economia quase amonetária serve para demonstrar a ausência dos padrões ocidentais na vida local do Norte de Minas, já que as atividades monetárias vinculadas às lógicas do mercado são uma das principais características daqueles padrões.

Contudo, apesar da ausência de moeda, havia um comércio que interligava vários lugares da região. Esse comércio, mais local e menos monetarizado, evidentemente, determinava outros tipos de relacionamentos, que não aqueles baseados no individualismo e na busca exclusiva de vantagens nas trocas. Podemos dizer que, pelas atividades comerciais,

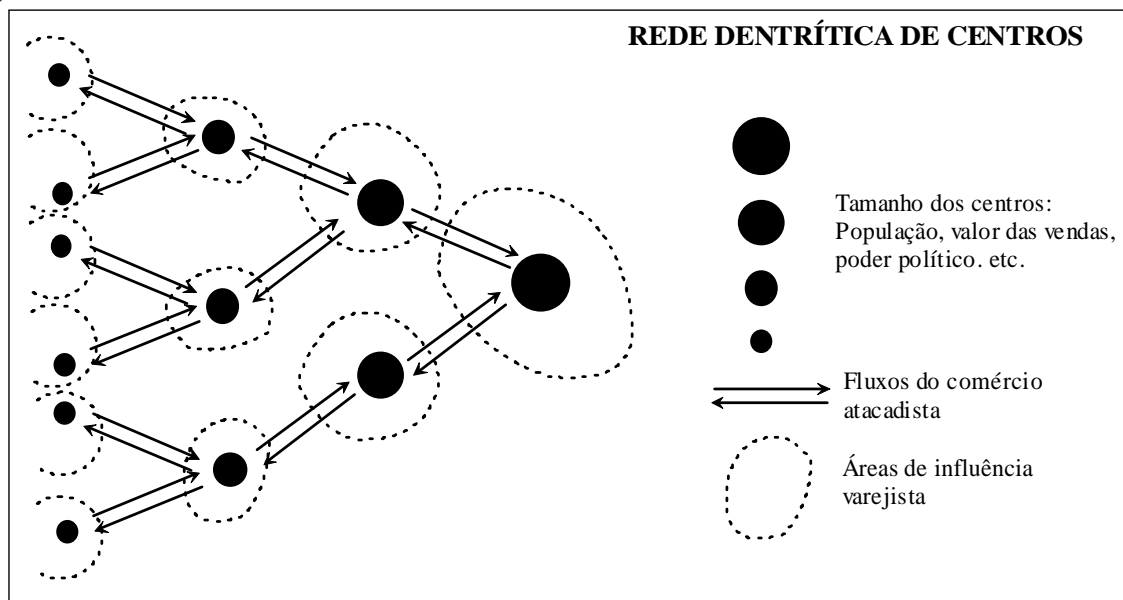
formou-se uma rede urbana de tipo dentrítica, de localidades centrais, e um sem número de mercados temporários, característicos daquele tipo de rede. Segundo Saint-Hilaire, “seja como for, não é unicamente para o seu consumo que os habitantes de Salgado e São Romão compram sal; anualmente vão de Formigas, Contendas, etc. abastecer-se desse gênero nesses povoados e é lá também que se abastece grande parte da Província de Goiás” (SAINT HILAIRE, 2000 [1824], p. 347). O que podemos observar, como já dissemos, é que o comércio regional e inter-regional no Norte de Minas permitiu várias conexões formando uma rede que envolvia as cidades, vilas e povoados da região entre si e outras regiões. E é sobre essa rede que discorreremos a seguir.

Essa rede urbana de tipo dentrítica de localidades centrais, de acordo com Corrêa, “caracteriza-se pela origem colonial (...). Seu ponto de partida é a fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia” (2001, p. 43). Para o autor, esse tipo de rede tem características que nos permitem explicar o relativo isolamento do Norte de Minas. Para ele, a rede dentrítica, de localidades centrais e entre elas podemos destacar as seguintes: 1) O comércio importador e exportador concentra-se na cidade primaz, que geralmente é uma cidade litorânea; 2) possui “um excessivo número de pequenos centros, pequenos pontos de venda indiferenciados entre si, no que se refere ao comércio varejista, como resultado do baixo nível de demanda da população e de sua limitada mobilidade espacial, bem como da precariedade das vias e dos meios de transporte” (CORRÊA, op. cit., p. 44).

Na concepção do autor, esse tipo de rede constitui-se “em um esquema de drenagem de recursos em geral em favor da cidade primaz e em detrimento de sua hinterlândia” e, “na medida em que se afasta da cidade primaz, os centros urbanos diminuem gradativamente de tamanho populacional, no valor de vendas do comércio atacadista e em termos de expressão

política” (CORRÊA, op. cit., p. 45). A figura 3, abaixo, demonstra o esquema de uma rede dendrítica de localidades centrais.

Figura 3



Fonte: CORRÊA, Roberto Lobato, *Trajatórias Geográficas*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, p. 45. Querino, Augusto José, Adaptações.

Acreditamos que a rede urbana, constituída no Norte de Minas, anteriormente à sua conexão com a rede urbana do Centro-Sul, se encaixa nesse tipo de rede dendrítica, se levarmos em consideração que: 1) o comércio norte-mineiro estava ligado à cidade primaz litorânea pela qual entravam os importados e saíam os exportados, a saber, até meados do século 19, Salvador, com maior intensidade e Rio de Janeiro com menor intensidade; 2) existiam centros intermediários nesse circuito norte-mineiro, quais sejam, Formigas, Tejuco e Santa Luzia, que recebiam as mercadorias advindas do Rio de Janeiro, bem como distribuía as mercadorias comercializadas pelo Norte de Minas; e Malhada, no Rio São Francisco, que funcionava como alfândega e controlava o fluxo de mercadorias idas e vindas de Salvador; 3) sabemos dos déficits comerciais do Norte de Minas nas suas transações com a Bahia e com Pernambuco, como atestam os relatos de Spix e Martius (ver tabelas 1, 2, 3 e 4). Apenas levantamos dúvida

quanto a esse déficit na relação com a região mineira e daí com o Rio de Janeiro, já que os produtos para lá exportados pelo Norte de Minas, especialmente o gado, tinham um preço bastante elevado, devido a sua escassez naqueles lugares. É com base nessas configurações que classificamos a rede urbana do Norte de Minas, pelo menos até a metade do século 19, como uma rede dentrítica de localidades centrais. Porém, devemos ressaltar que era ainda uma rede imatura nos termos propostos por Corrêa, como demonstraremos mais adiante.

No Norte de Minas, o comércio regional e inter-regional de que falamos ocorria por vários caminhos. O principal deles era o da navegação pelo Rio São Francisco entre Guacuí e Juazeiro. Porém, os caminhos terrestres não podem ser desprezados. Existiam conexões da região, por terra, através de Januária e São Romão, com Formosa em Goiás, passando por Paracatu e com Diamantina, através de Brasília de Minas, Coração de Jesus e Montes Claros. Guacuí conectava-se à Pitangui, Curvelo, Sabará e Santa Luzia por via terrestre e por via fluvial (pelo Rio das Velhas) e através de Santa Luzia, que funcionava como um entreposto comercial, com o Rio de Janeiro, pela estrada Real. Paracatu, por sua vez, também pela Estrada Real, estava conectada a São João Del-Rei – outro entreposto comercial. Segundo Mata Machado, essas rotas “eram mantidas pelo comércio que se realizava pelo Rio São Francisco entre Minas Gerais e a Bahia, realizado, primeiro em canoas e ajoujos” (1991, p. 78), ou seja o Rio São Francisco era a via principal para o escoamento das mercadorias no Norte de Minas. Porém, no início do século 19, detectava-se que o potencial de navegação daquele rio era subutilizado, como nos disse Couto, quando salientou a sub-exploração do potencial de navegação do Rio São Francisco:

um rio fortíssimo em mil gêneros e produções, que oferecem longos e dilatados sertões, quaes elle com seus tortuosos giros lava e fertiliza; via que todas essas preciosas vantagens ou eram despresadas, ou desconhecidas; via uma tão completa solidão por todo este longo espaço que navegava; nenhuma habitação, nenhum gênero de cultura, só despertas canoinhas de miseraves pescadores de cana aqui e ali amarrada a sombrios barrancos (COUTO, 1905, apud. RIBEIRO, op. cit., 2005, p. 347).

O fato é, que a despeito dessa subutilização do potencial de navegação do Rio São Francisco, apontada por Couto e da precariedade das vias terrestres, existia uma série de conexões estimuladas pelo comércio, tanto entre os lugares da região, quanto da região com outras, como demonstram figuras 4 e 5 a seguir:

figura 4

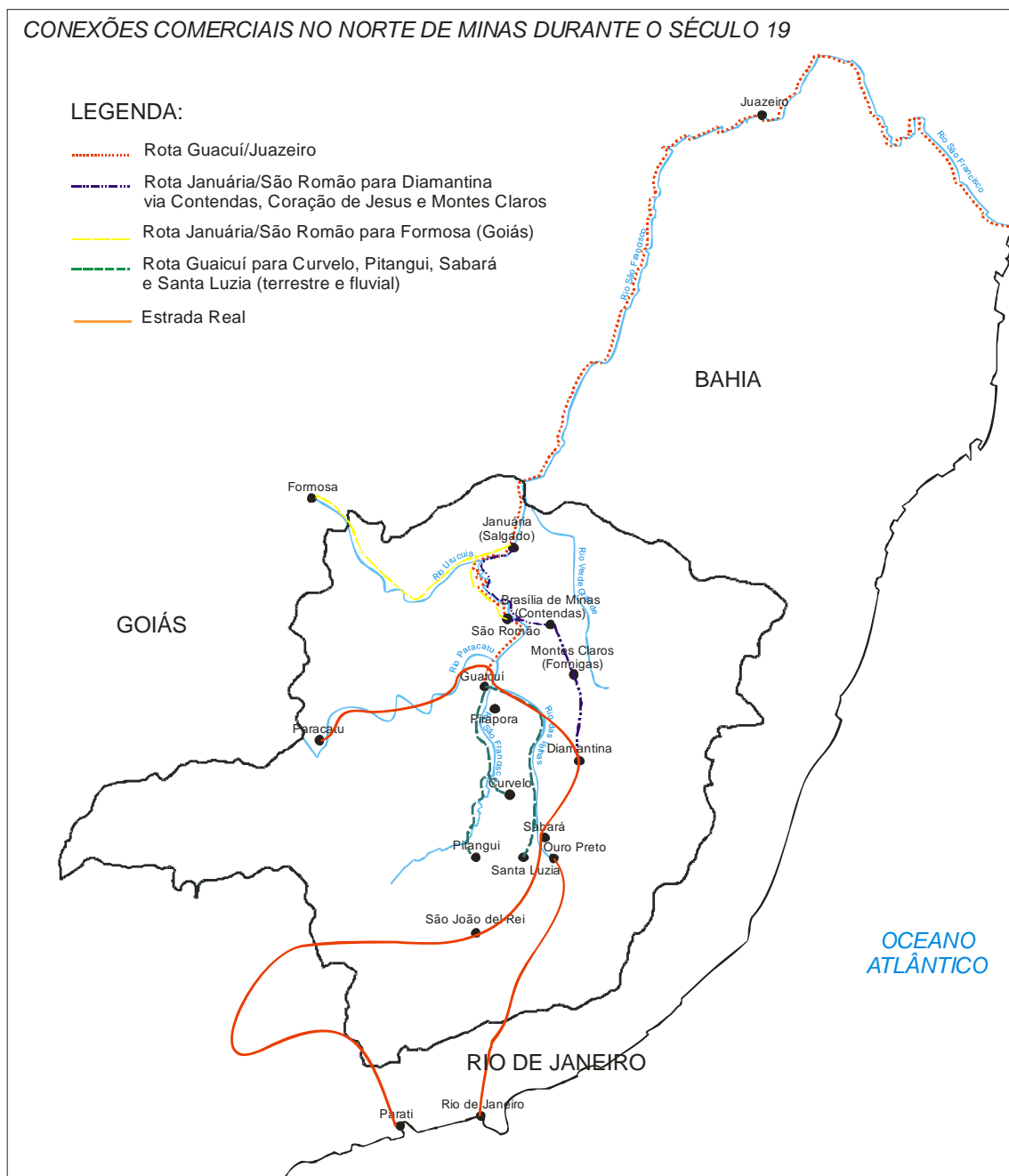
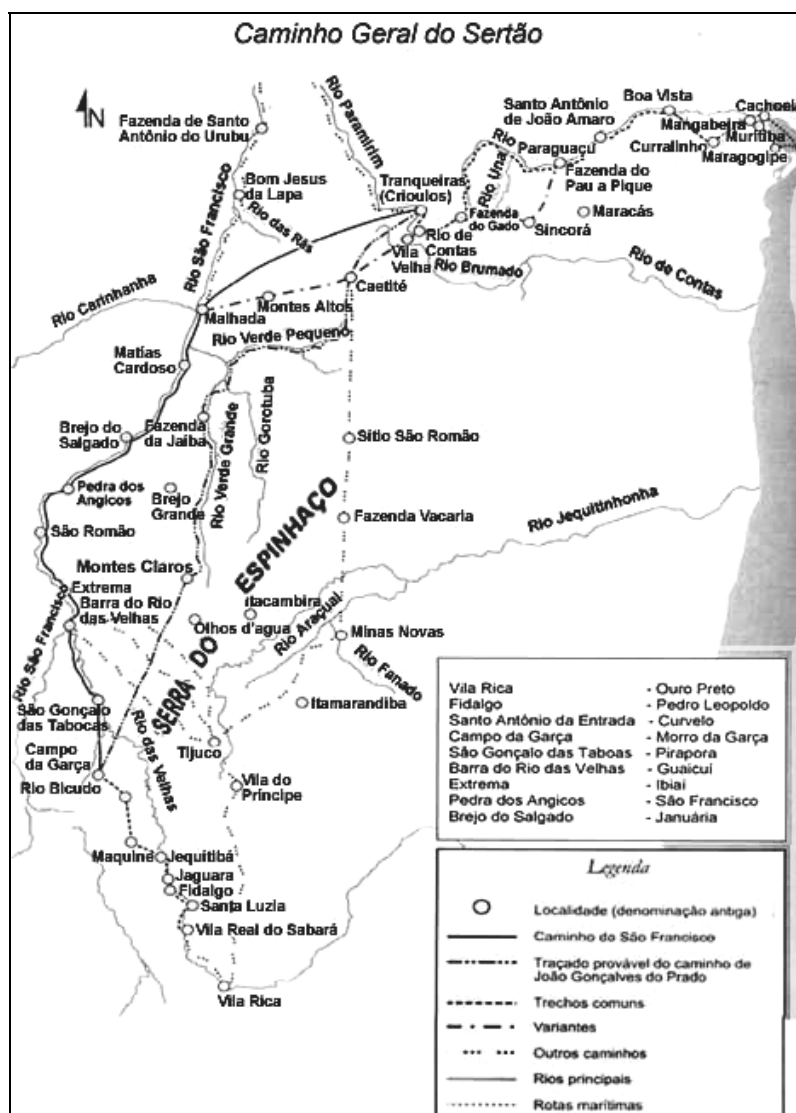


figura 5



Conexões na hinterlândia sertaneja. Fonte: <http://www.radiomoc.com.br/ft/default.asp?album=real>

Dentre as vilas e cidades que compunham esse circuito comercial destacamos Januária (Salgado), que exercia uma relativa centralidade, juntamente com São Romão. Porém, essa centralidade era muito dinâmica: transferiu-se para Pirapora/Guacuí com a instalação naqueles lugares da Cia. Cedro Cachoeira e, principalmente, devido ao aparecimento dos vapores e a conseqüente intensificação da navegação pelo Rio São Francisco na qual Pirapora assumiu a função de porto principal. E mais tarde, como veremos no próximo capítulo, para Montes Claros, a partir da chegada nessa cidade da Ferrovia, que ligou o Norte de Minas à

rede urbana do Centro-Sul. A centralidade de Januária, de acordo com Mata Machado, se deveu ao fato de “o município, agricultor por excelência. Beneficiado pela existência de terras calcárias, tornou-se o centro produtor e distribuidor de alimentos para todo o vale médio do São Francisco” (1991, op. cit., p. 72).

Quanto às mercadorias que circulavam nesse circuito, destacamos as de origem vegetal como os frutos silvestres, as ervas medicinais, as madeiras de lei e as palmeiras; as de origem animal, especialmente para a fabricação de roupas e calçados, como nos diz Mata Machado, “as peles de onça, lontra, anta, raposa, ariranha, sucuriú e outros animais, utilizados na fabricação de bolsas, malas, roupas e calçados, eram exportados para o Rio de Janeiro, via Santa Luzia e para Salvador, via Juazeiro” (MATA MACHADO, op. cit., p. 67); as de origem mineral, com destaque para o salitre; os gêneros agrícolas, a maioria deles para o abastecimento local, mas observando a importância do algodão, que chegou a ser exportado para a Bahia e para Pernambuco e, em meados do século 19, para o exterior, devido às desarticulações provocadas pela Guerra da Secessão nos EUA.

Como item de suma importância para a economia regional, bem como para a sua relação com outras regiões, destacamos a pecuária – exportação de gado *vacum* e cavalos. Devemos lembrar que essa atividade foi a que determinou a maior parte das relações do Norte de Minas Gerais com outras regiões do Brasil desde o período colonial, sendo a pecuária, inclusive, a atividade em torno da qual foram produzidas as representações que conformam o discurso fundante da região. Sobre isto, Pires afirma que “deve-se ao gado, com suas fronteiras móveis na vocação natural da terra para o pastoreio, a ocupação do grande espaço interior” (1979, p. 64). Segundo Antonil, “só a Bahia exportava para o reino, anualmente, 50.000 meios de sola” (ANTONIL, apud. Pires, 1979, p. 64). Mas a importância da pecuária para economia dos sertões é melhor atestada pelas relações da região com as Minas do século

18. De acordo Pires, “as minas dependiam fundamentalmente dos currais. O conde de Assumar temia que Manuel Nunes Viana<sup>12</sup> impedisse a entrada do gado na região das minas” (1979, p. 127). Como demonstração da importância do gado para a economia sertaneja, o mesmo autor nos fala de “uma vaca por um quilo de ouro”. E, valendo-se de Silva e Souza, nos diz que “o primeiro porco que nas minas da Barra aparecera, vendera-se por 80 oitavas (288g) e a primeira vaca de leite por duas libras (920g), quase um quilo de ouro!” (PIRES, op. cit., p. 102) É sabido que a maioria dos estudiosos da história econômica do Brasil, como Caio Prado Jr. e Otávio Guilherme Velho, convergem quanto a importância do gado para a ocupação do interior do país. Velho diz que “a criação de gado no Brasil a princípio estava inteiramente ligada à *plantation*. Mas com o tempo a expansão das culturas levou a uma separação física: a criação foi forçada para as terras menos férteis do interior e foi responsável por uma boa parte da ‘conquista’ do hinterland” (1976, p. 115). Prado Jr., sobre a ocupação do interior nordestino, escreve,

Sua base econômica será sempre a pecuária, e os grandes focos de irradiação continuarão sendo a Bahia e o Pernambuco. Partindo do primeiro e alcançando em meados do séc. XVII o rio São Francisco, a disposição das fazendas de gado tomará daí por diante duas direções. Uma delas subirá pelo rio acompanhando o seu curso. Tornar-se-á mais acentuada e rápida quando começa o povoamento das minas, que servirão de mercado para a carne produzida nas fazendas do alto rio (1985, p. 66).

Quanto ao comércio importador e exportador do sertão norte-mineiro com outras regiões, registros de Spix e Martius nos dão conta de um fato curioso, já que baseados nos relatos dos naturalistas que percorreram a região, muito se falou em auto-suficiência. Contudo, em termos de valores, as importações superaram as exportações durante

---

<sup>12</sup> Potentado norte-mineiro, que, no início do século 19, liderou os famosos Motins do São Francisco que, segundo Carla Anastasia foram uma reação às pretensões das autoridades portuguesas de estabelecer um maior controle, especialmente fiscal, sobre os sertões. Sobre esses motins, cf. ANASTASIA, Carla Maria Junho (1983) e MACHADO, Bernardo da Mata (1993).



praticamente todo o século 19. Para Mata Machado, isso se deveu aos altos preços dos produtos que afluíam para região, principalmente pela rota fluvial Guaicuí/Juazeiro, vindos da Bahia e de Pernambuco. Esse saldo comercial negativo é demonstrado nas tabelas a seguir, elaboradas pelos viajantes Spix e Martius:

Tabela 1

<b>TABELA DE IMPORTAÇÃO</b>						
Nos seis meses secos, abril a setembro de 1816, pela alfândega de Malhada, para a Província de Minas Gerais						
Objetos de fabricação europeia, principalmente artigos da moda (arrobas)	Ferragens (arrobas)	Escravos	Vinho em Pipas	Sal (broacas)	Tabaco (arrobas)	
362	6	4	14	19.535	49	
Valor total:	72:400\$000	54\$000	520\$000	126\$000	12:502\$400	147\$000
Valor de Unidade:	200\$000	9\$000	130\$000	9\$000	\$640	3\$000
Importação .....				85:749\$400		
Exportação .....				16:408\$320		
Mais importado .....				69:341\$080		

Tabela 2

<b>TABELA DE IMPORTAÇÃO</b>						
Nos seis meses de chuva, outubro a dezembro de 1816, e janeiro a março de 1817, pela alfândega de Malhada, para a Província de Minas Gerais						
Sal (sacas)	Tabaco (arrobas)	Objetos de fabricação europeia (arrobas)	Pipas com líquidos	Ferragens (arrobas)	Escravos	
5.693	42	66	6	6	2	
Valor total:	3:643\$520	126\$000	13:2000\$000	54\$000	18\$000	300\$000
Valor de Unidade:	\$640	3\$000	200\$000	9\$000	3\$000	150\$000
Importação .....				17:341\$520		
Exportação .....				32:084\$100		
Mais exportado .....				14:742\$580		

Fonte: SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Edusp, 1981. vol. 2, p.118.

Tabela 3

<b>TABELA DE EXPORTAÇÃO</b>				
Nos meses secos, abril a setembro 1816				
Para a Província	<b>Gado Vacum (cabeças)</b>	<b>Cavalos (cabeças)</b>	<b>Algodão (arrobas)</b>	<b>Rapaduras (peças)</b>
Da Bahia	542	353	1.352	—
De Pernambuco	—	—	—	64.510
Valor total	2:168\$000	3:530\$000	865\$280	6:451\$000
Valor de unidade	4\$000	10\$000	\$640	\$100
	<b>Aguardente Barrilinhos</b>	<b>Açúcar (arrobas)</b>	<b>Fumo (arrobas)</b>	<b>Farinha de mandioca (alqueires)</b>
Da Bahia	—	—	—	—
De Pernambuco	11	120	9	651
Valor total	33\$000	480\$000	18\$000	1:249\$920
Valor de unidade	3\$000	4\$000	2\$000	1\$920
	<b>Milho (alqueires)</b>	<b>Arroz (alqueires)</b>	<b>Toicinho (arrobas)</b>	<b>Feijão (alqueires)</b>
Da Bahia	—	—	—	—
De Pernambuco	192	137	140	205
Valor total	245\$760	263\$040	358\$400	656\$000
Valor de unidade	1\$280	1\$920	2\$560	3\$200
	<b>Tábuas (dúzias)</b>	<b>Couros crus de boi (peças)</b>	<b>Couros meio curtidos de boi (peças)</b>	<b>Total</b>
Da Bahia	—	—	—	16:408\$320
De Pernambuco	10 ½	95	46	
Valor total	6\$720	45\$600	37\$600	
Valor de unidade	\$640	\$480	\$800	

Tabela 4

<b>TABELA DE EXPORTAÇÃO</b>				
Nos seis meses de chuva, abril a outubro de 1816, janeiro a março de 1817				
Para a Província	<b>Gado Vacum (cabeças)</b>	<b>Cavalos (cabeças)</b>	<b>Farinha de mandioca (alqueires)</b>	<b>Rapaduras (peças)</b>
Da Bahia	2.218	1.076	782	20.975
Valor total	8:872\$000	10:760\$000	2:502\$400	2:097\$500
Valor de unidade	4\$000	10\$000	3\$200	\$100
	<b>Feijão (alqueires)</b>	<b>Açúcar (arrobas)</b>	<b>Toicinho (arrobas)</b>	<b>Arroz (alqueires)</b>
Da Bahia	178	102	130	30
Valor total	569\$600	408\$000	416\$000	60\$000
Valor de unidade	3\$200	4\$000	3\$200	2\$000
	<b>Milho (alqueires)</b>	<b>Couros de Boi meio curtidos – Sola (peças)</b>	<b>Tábuas (dúzias)</b>	<b>Couros crus de boi (peças)</b>
Da Bahia	126	21	40	119
Valor total	241\$920	13\$440	25\$600	57\$120
Valor de unidade	1\$920	\$640	\$640	\$480
	<b>Aguardente Barrilinhos</b>	<b>Marmelada (arrobas)</b>	<b>Algodão (arrobas)</b>	<b>Cobertores de algodão para os escravos (peças)</b>
Da Bahia	14	109	1.419	1.957
Valor total	56\$000	279\$040	4:473\$000	1:252\$480
Valor de unidade	4\$000	2\$560	3\$000	\$640
<b>Total</b>	32:084\$100			

Fonte: SPIX, J. B. von & MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Edusp, 1981. vol. 2, p.119-20.

Essas tabelas registram o comércio do sertão Norte-mineiro com a Bahia e com Pernambuco. O déficit nas transações comerciais aí registrados associa-se, além dos altos preços dos produtos importados, como argumentou Mata Machado, à diminuição das exportações, especialmente a partir da metade do século 19. Porém, esse déficit liga-se, muito mais do que aos altos preços dos produtos importados ou mesmo “às quedas contínuas nas vendas de panos de algodão, bovinos e equinos” (BOTELHO, 1994, p. 45), à reconfiguração dos fluxos comerciais da região que se voltaram para o Sul. Segundo Botelho,

“a partir da década de 1830, observou-se um segundo movimento, com transformações internas que mudaram profundamente a economia regional. A ascensão em fins do século XVIII se deu principalmente através da reafirmação da estrutura econômica já instalada. Foram as mesmas cidades ribeirinhas que conheceram uma retomada em suas atividades econômicas. As transformações da primeira metade do século XIX apontaram para outra direção, já que deram origem a nova configuração da economia e da rede urbana local. Seu principal reflexo esteve na diminuição das suas exportações. O segundo reflexo foi a perda de importância das cidades ribeirinhas dentro do contexto regional” (1994, p. 44).

O autor deixa claro que essa virada para Sul se deveu tanto à redinamização da economia daquela região, devido à ascensão do café no quadro das exportações nacionais, no qual Minas Gerais teve um peso considerável, apesar de não ter sido o principal exportador daquele gênero agrícola, quanto à decadência e estagnação econômica das Províncias da Bahia e de Goiás, ocorrida no mesmo período. Ainda, de acordo com o autor, um efeito claro deste processo no sertão norte-mineiro “foi a perda de importância das cidades ribeirinhas” (1994, p. 49). Para ele,

Estas cidades eram heranças do movimento de ocupação e povoamento do século XVIII, guiado pelo Rio São Francisco. Suas posições estratégicas no comércio regional e inter-provincial, especialmente de sal, garantiram a sobrevivência econômica até princípios do século XIX; a partir de então, perderam progressivamente seu espaço. Assim, primeiro declinou a povoação da Barra do Rio das Velhas, para em seguida vir São Romão. Januária (Salgado) manteve por mais tempo sua importância regional, graças principalmente ao fato de possuir uma sólida agricultura baseada no cultivo da cana-de-açúcar (1994, p. 49-50).

Assim, a partir dessa virada para o sul, começaram a surgir novas centralidades regionais que se deslocaram das cidades ribeirinhas para as cidades com maiores possibilidades de ligação com o Centro-Sul, como vai ser o caso de Montes Claros, especialmente a partir da conexão ferroviária, assunto que, como já dissemos, abordaremos mais adiante.

Nas transações com a Bahia e com Pernambuco e depois naquelas estabelecidas com o Centro-Sul, chama-nos a atenção o item “objetos de fabricação européia, principalmente artigos da moda”<sup>13</sup> na tabela de importações esboçada por Spix e Martius, já que todos os viajantes que passaram pela região no século 19 sempre apontavam para a simplicidade da vida do sertanejo norte-mineiro, ao mesmo tempo em que muito falaram de economia de subsistência e amonetária e, em alguns casos, até de auto-suficiência. Ao discorrer sobre a simplicidade da vida do sertanejo norte-mineiro, os viajantes alemães esboçaram a seguinte imagem:

porém quão diferentes nos parecem os habitantes dessas regiões solitárias, em confronto com os sociáveis e cultos cidadãos de Vila Rica, de São João d’El-Rei etc.! Em casa, o homem traja apenas umas calças de algodão branco, curtas e abertas nos joelhos, e, por cima, uma camisa do mesmo tecido ou de chita estampada de flores em cores muito diversas. Igualmente simples é o vestuário das crianças e das mulheres, as quais, além de tudo, são privadas do privilégio dos chinelos. (...) O sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes (1981, p. 76).

Além da simplicidade do modo de viver do sertanejo, outro fator limitador das importações, evidentemente, era o caráter de subsistência da economia local, que assumia feições de auto-suficiência. Descrevendo uma propriedade sertaneja, Spix e Martius dizem:

---

<sup>13</sup> Entre outros produtos importados, encontramos “fazendas secas, enxofre, ferro, asso, chumbo, cobre, ferramentas, louça, farinha de trigo, bolachas (sic), e vinhos” (Arquivo Público Mineiro, SP, p. 1-49, caixa 15, documento 07, apud. BOTELHO, 1994).

As fazendas isoladas estão privadas de todo auxílio dos centros mais habitados; cada fazendeiro rico vê-se, portanto, forçado a prover por si mesmo às necessidades de sua casa, mandando ensinar ofícios aos seus escravos. Em geral, encontram-se, nestas fazendas, oficinas com todos os operários como sapateiro, alfaiate, tecelão, serralheiro, ferreiro, pedreiro, tijoleiro, caçador, mineiro, lavrador etc., ofícios que, num país povoado, estão divididos em corporações próprias. À testa dos negócios está um feitor, mulato ou negro de confiança, e a ordem do dia é determinada como num convento. O fazendeiro figura, por assim dizer, como governador, juiz, e médico, em sua propriedade (SPIX & MARTIUS, op. cit., p. 18).

Dadas a simplicidade do modo de vida do sertanejo, a escassez monetária, o caráter de subsistência da produção e a auto-suficiência, a referida precariedade das vias de comunicação com a região, enfim, o seu isolamento, por que havia consumo de “bens da moda europeus” na região? Quem eram seus consumidores? Obviamente, esses consumidores eram os proprietários e os comerciantes da região, em sua maioria de ascendência européia, ainda que poucos. Em menor escala, a população sertaneja comum. Ainda em Spix e Martius encontramos a seguinte informação:

só a mínima parte dos sertanejos é de origem puramente européia; a maioria consta de mulatos, na quarta ou quinta geração; outros são mestiços de índios com negros ou de europeus com índios. Escravos negros são raros, devido à miséria geral dos colonos; os trabalhos da lavoura e da criação de gado são feitos pelos próprios membros da família (1981, p. 76).

Sendo assim, o potencial consumidor de produtos europeus parecia ser muito pequeno, o que corrobora a afirmação de Mata Machado de que os déficits no comércio importador se deveram aos altos preços dos produtos importados. Podemos deduzir de tudo isso que, se haviam homens ricos e “civilizados” na região, esses eram os brancos ou aqueles com algum grau de descendência européia, que procuravam demonstrar sua superioridade com a simbologia do progresso e do sentimento de pertença ao mundo civilizado através da posse de produtos europeus e da busca de riqueza monetária. Esse desejo tornar-se-á realidade mais concreta com o deslocamento do comércio da região para o Centro-Sul. Os primeiros sinais de

“civilização” e a visão do progresso que começa a ser vislumbrada a partir do início do século 19 associam-se, portanto, ao consumo potencial e efetivo de artigos europeus, tanto artigos da moda, quanto ferramentas para as fazendas, que deverão se equipar para produzir cada vez mais para um mercado que irá se ampliar com a conexão ao Centro-Sul.

Para os viajantes-cientistas do século 19 a presença das coisas da Europa no sertão era sempre vista como indício de um possível progresso da região, como o sinal da força da civilização vencendo a barbárie. Em seus relatos, sempre destacavam e demonstravam uma certa alegria ao encontrarem homens que porventura tivessem algum conhecimento ou utilizassem as técnicas e os objetos advindos daquele continente, como nos mostram estes trechos extraídos dos relatos de Spix e Martius. O primeiro quando, a caminho dos sertões, foram acolhidos pelo Padre Antônio Nogueira Duarte:

O Padre Antônio Nogueira Duarte era-nos tão próximo com o seu entusiasmo vivo pela história natural, que não precisávamos levar-lhe muitas recomendações, para que ele tomasse parte ativa em tudo a favor da nossa empresa. Vastos conhecimentos, um espírito esclarecido e amadurecido por estada de vários anos na Europa, e grande experiência de vida, tornaram o convívio com esse distinto sacerdote para nós tão instrutivo, quanto agradável pelo gênio alegre e pela vivacidade do seu humor (1981, p. 82).

Há, no relato acima, um certo tom de conforto nas palavras dos viajantes ao encontrarem um homem civilizado ou instruído de acordo com os preceitos europeus, como aquele padre, nestes “desolados” sertões, o que parece, para eles, uma demonstração da força inexorável da civilização européia, que se mostra presente e vitoriosa até nos lugares mais distantes, inóspitos e isolados.

O segundo trecho refere-se ao povoado de Salgado que, naquele momento, parecia exercer uma centralidade comercial na região e, como tal, receptor e distribuidor daqueles “produtos da moda europeus”. Ao falar desse lugar, eles ressaltaram: “O espelho argênteo das águas deslizando tranquilas realça o encanto da região, onde o benefício do comércio

desbravou a primitiva selvageria, e imprimiu-lhe o mesmo aspecto de paz e sossego, que deu a muitas das nossas paisagens européias a sua feição civilizada” (1981, p. 90).

Antes mesmo de chegarem ao sertão norte-mineiro, Spix e Martius já deixavam transparecer sua alegria ao encontrarem sinais europeus no sertão. Passando por um lugar chamado Congonhas do Mato Dentro, acolhidos por um mineiro chamado Padre Freitas, eles descreveram assim seu anfitrião:

tivemos em breve o prazer de conhecer o célebre mineiro, já desde tanto tempo decantado. Ele recebeu-nos com hospitalidade perfeita, mostrou-nos a sua biblioteca de consulta – grande raridade no país – a qual constava de algumas obras de Rousseau, Voltaire e outros; falou sobre Kant e Napoleão, e deu ordem para nos ser mostrado o interior das espaçosas casas de fazenda, assim como as lavagens de ouro, que ficavam perto (1981, p. 18).

De tudo isto subtraímos a idéia de que a presença das coisas da Europa nos sertões foi entendida pelos cientistas-viajantes do século 19 como sinais de força e vigor da civilização ocidental e da sua inexorável capacidade de expansão e adentramento em todos os lugares e em todas as formações sociais, enfim, da sua superioridade. Seria então o caso da presença dos objetos técnicos advindos da Europa começando a ganhar a simbologia da presença de civilização.

Retomando a questão do dinamismo das centralidades regionais, outra conclusão a que podemos chegar é a da gestação de um processo desestruturador / reestruturador advindo do deslocamento do comércio norte-mineiro para o Centro-Sul, que parece fazer fluir para a região os artigos da Revolução Industrial européia e norte-americana. Artigos mais científicos e mais fortes em seus apelos de progresso. Estariam assim lógicas locais da subsistência, da auto-suficiência, do amonetarismo e da produção para o abastecimento local começando a dar lugar para a produção de excedentes, para a especialização produtiva, com vistas ao aumento da produção e para conseqüente dependência do mercado, sendo isto o resultado mais amplo do processo desestruturador / reestruturador.

Acreditamos, como já dissemos, ainda sobre o consumo de objetos da moda europeus nos sertões norte-mineiros, que eram uma prerrogativa de uma minoria europeizada, especialmente nos lugares mais “urbanos”, como as cidades que exerciam certa centralidade comercial como Salgado, São Romão, Diamantina e, mais tarde, Formigas (Montes Claros) e que, mesmo sendo limitado a uma minoria, o consumo de objetos europeus foi suficiente para determinar saldos comerciais negativos nas transações da região com a Bahia e com Pernambuco; depois com o Centro-Sul. Devemos lembrar também que a maior parte da produção local, se não era para subsistência, era para o abastecimento local. Exportava-se apenas o excedente, que parecia não ser muito grande. Ademais, como já foi colocado, a precariedade das estradas e dos meios de transporte contribuía para o confinamento da região em si mesma, no mínimo, dificultando as transações comerciais com outras regiões. Vale destacar os objetos europeus ainda não constituíam o que chamamos nesta dissertação de objetos técnicos, mesmo porque, a Revolução Industrial, ainda em curso na Europa, não estava consolidada, mas já era possível observar no sertão do século 19 a propensão das elites sertanejas para tais objetos.

Quanto às estradas, devemos lembrar que a política colonial que objetivava a coibição dos “descaminhos do ouro” já havia colocado uma série de impedimentos para que elas fossem abertas nos, e para os, indômitos sertões. Assim, as poucas estradas existentes eram obras de particulares. Como afirma Ribeiro, “a abertura de estradas, quando autorizadas, e a sua conservação estavam, em geral, entregues à iniciativa particular daqueles interessados em seu trânsito” (RIBEIRO, 2005, p. 383). Paula, também nos dá notícias das dificuldades impostas ao comércio pela precariedade das estradas. Segundo o memorialista, valendo-se de registros de Antônio Augusto Veloso, datados de 1892, “O comércio de exportação do município de Montes Claros, muito limitado ainda pela dificuldade de transporte, que todo se faz por meio de tropas



e, para poucos pontos, em carros ordinários puxados por bois, sobe, contudo, a mais de 2.000:000\$000 reis anualmente” (VELOSO, apud PAULA, 1978, p. 93). Lembremos que essa precariedade no sistema de transporte é um elemento que Corrêa aponta como uma das características das redes dentrificas de localidades centrais. Enfim, a integração do Norte de Minas aos centros mais dinâmicos da economia nacional e, assim vistos, como centros irradiadores de civilização, dependia da solução do problema das estradas e do transporte.

Diante disso, podemos observar, no século 19, uma série de projetos de abertura de estradas, inclusive de ferrovias, e de fomento à navegação no Rio São Francisco como forma de integrar os sertões ao mundo “civilizado”. Inclusive, essa integração foi um argumento utilizado pelos defensores da formação da Província do Francisco, para sustentar suas pretensões de criação de uma nova Província no Norte de Minas Gerais. Segundo Mata Machado, “a criação da Província visava levar até aquelas longínquas regiões a ação do poder público” (1993, op. cit., p. 102). Para alguns, como o deputado mineiro Cruz Machado, “se a legislatura de 1850 tivesse criado a nova Província, melhoramentos como a navegação a vapor e as estradas de ferro já teriam sido implantadas” (MACHADO, apud., MATA MACHADO, 1993, p. 104). Para outros, contrários à criação da nova Província, como o também deputado mineiro Martinho Campos, “a criação acarretaria despesas ao erário público, que seriam melhor aproveitadas em garantias de juros e subvenções para a construção de ferrovias e incremento da navegação a vapor” (CAMPOS, apud. MATA MACHADO, 1993, p. 103). O que se discutia eram as possibilidades de civilização e progresso do sertão e o impasse era, de acordo com Mata machado, “se uma nova administração geraria o progresso e a civilização, ou se, ao contrário, o desenvolvimento econômico é que tornaria natural a necessidade de um governo próprio” (MATA MACHADO, op. cit., p. 105). Seja como for, o que se pensava era na integração do sertão

como forma de civilizá-lo e, assim, de garantir o seu progresso. E para tal, com a criação ou não de uma nova província, a questão da abertura de novas vias de comunicação era vista como a chave para a solução do problema.

Outro aspecto da rede dentrítica de localidades centrais no Norte de Minas, que vale a pena ressaltar, e que muito tem haver com a formação sócio-histórica da região, é o da formação de mercados periódicos definidos por Corrêa, “como núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais” (CORRÊA, 2001, p. 50). Nesses mercados, os pequenos produtores de uma hinterlândia vendem sua produção, geralmente agrícola e, em alguns casos, artesanal e adquirem os bens de que necessitam e que não são produzidos na sua localidade de residência. Para o mesmo autor, “utilizando tropas de burro, a cavalo, em carroças, em caminhões e utilitários, em embarcações e, mesmo a pé, vendedores e compradores dirigem-se ao núcleo em seus dias de mercado” (idem). Nesses mercados, realizam-se os eventos culturais, sociais e políticos. Eles representam “uma forma de sincronização espaço temporal das atividades humanas” (idem ibidem), ou seja, influenciam bastante o tempo das comunidades que para ele afluem para negociar a sua produção e, é claro, a temporalidade do local onde eles ocorrem. Segundo Skinner, “(...) as estruturas de mercado inevitavelmente modelam a organização social local e fornecem um dos modos cruciais para integrar miríades de comunidades camponesas em um único sistema social total” (SKINER, apud. CORREA, 2001, p. 52). Em *Montes Claros era assim*, de Ruth Tupinambá Graça, uma obra ao mesmo tempo memorialista e literária, num capítulo que ela chama de “Bruacas e Bruaqueiros”, a autora descreve o cotidiano do mercado da cidade no início do século 20 e nos dá conta daquilo que Skinner chamou de integração de miríades de comunidades camponesas em um único sistema social total. Vejamos um trecho desse capítulo, que ilustra a visão de Skinner:

Esse mercado foi, por muitos anos, o ponto vital da nossa cidade, onde os encontros se repetiam diariamente, os bate-papos, conversas políticas, negócios, decisões sobre as famílias, até problemas de casamento, tudo era discutido no mercado.

Aos sábados, tornou-se hábito de todos, era dia de feira, ou ‘procissões dos aflitos’, como diziam, todos os moradores da nossa cidade antiga, dirigiam-se ao mercado antigo para fazerem suas compras. Era feira de verdade, onde se encontrava de tudo, mercadorias muito simples, sem industrialização e sofisticadas embalagens dos mercados modernos.

(...) Os bruaqueiros ofereciam suas mercadorias naquela simplicidade do caipira: ‘Compra minha dona, é feijão novo catadô, cozinha só com uma água; arroz do bão mesmo, culhido agora, socado no pilão, sem quebrá, os ovo fresquinho, culhido de manhãzinha, ovo de galo bão mesmo’.

(...) As mocinhas da roça, que vinham vender suas verduras cultivadas na beira dos regos (abóboras, quiabos, chuchu, maxixe, alfaces, couves, tomatinho para molhos, salsa e cebolinha verdes) eram bem bonitinhas (...). De boca fechada até que passavam, mas mesmo assim, faziam suas conquistas, com os moços da cidade que lhes davam uma “colher de chá”. (1986, p. 64-5)

No trecho acima, percebemos vários aspectos de uma interação social entre os habitantes residentes na cidade e os feirantes (bruaqueiros), que para ela afluíam em dia de feira. Segundo Paula,

O demais comércio ordinário faz-se no município, e principalmente na cidade, onde a cada sábado abre-se a feira em uma intendência expondo-se à venda abundantes carregações de gêneros de consumo, feijão, arroz, farinha de milho e de mandioca, goma, farinha de trigo, toucinho, carne seca, açúcar, rapaduras, e todos os gêneros de primeira necessidade.

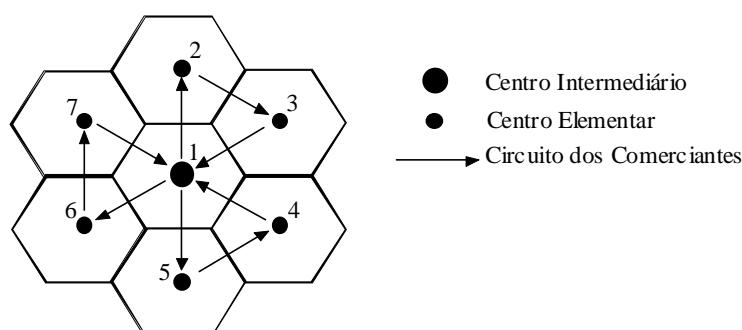
Na cidade e arraiais do município não existem açougues; pelo que a carne fresca, aliás abundante e da melhor qualidade, é vendida nas intendências, onde, nos dias de feiras, encontra-se em farta promiscuidade, com os outros mantimentos.

Em certas ocasiões, a feira de Montes Claros, atrai, por vezes, multidão superior a mil pessoas, entre vendedores, negociantes, lavradores, tropeiros, mascates, quitandeiros e curiosos que, em meio de enorme balbúrdia e algazarra, – uns apregoando as suas mercadorias, outros regateando em o que querem comprar, e outros finalmente a conversar em alta voz, a galhofar e a rir, oferecem um quadro original à observação dos costumes sertanejos, que o desenvolvimento da civilização pouco tem modificado (1978, p. 94).

A existência dos mercados periódicos não altera o caráter de subsistência da produção, pois não cria a necessidade dos contatos diários e permanentes com o mercado. De acordo com Skinner, “quando os mercados são periódicos e não diários, os centros de mercado podem estar distribuídos mais densamente na paisagem” (SKINER, apud. CORRÊA, 2001, p. 53). Existe uma hierarquia nos mercados periódicos entre o que Corrêa chama de centros

elementares e centros intermediários. Os centros elementares constituem os níveis inferiores na rede onde a importância dos comerciantes itinerantes é maior. Nos centros intermediários, o papel dos comerciantes fixos é mais relevante. É nos centros elementares que os camponeses vendem seus excedentes e adquirem os bens e serviços de que necessitam. Abaixo, na figura 6, temos uma representação esquemática de uma rede de localidades centrais, com seus mercados periódicos:

Figura 6 – Representação esquemática dos mercados periódicos



QUERINO, Augusto José. Arquivo pessoal.

Tomando como exemplo a área de influência-próxima de Montes Claros, no final do século 19, no que diz respeito aos mercados periódicos: 1 seria Montes Claros; 2, 3, 4, 5, 6, e 7 seriam, por exemplo, Contendas (Brasília de Minas), Coração de Jesus, Mirabela, Bocaiúva e outras.

É importante notar que nesse circuito comercial os dias de mercado não podem coincidir, devem estar sincronizados de maneira tal que, cada centro elementar tenha seu dia de mercado, que pode até coincidir com o de outro, mas nunca com o dia de mercado do centro intermediário. Ademais, os sistemas de trocas e seus padrões são determinados por fatores culturais. Assim, de acordo com Corrêa, “os mercados periódicos resultam e persistem devido às necessidades dos produtores, à organização do tempo, à inércia e às vantagens comparativas dos mercados” (2001, p. 61) e, valendo-se de Bromley, Symanski e Good, o autor argumenta que eles estão

associados a conceitos sócio-culturais de tempo, à duração da semana, à do mês e à existência de dias dedicados ao descanso, cerimônias religiosas, reuniões públicas e festividades (...). Muitas instituições econômicas e sociais já existiam quando as instituições regulares de comércio começaram a se desenvolver. Em muitas partes do mundo, as instituições iniciais de comércio tinham que estar coordenadas com o calendário definido pela rotina da produção, religião, administração, repouso e recreação (idem).

Esse caráter temporário do comércio no Norte de Minas é perceptível até hoje, na existência de várias feiras, principalmente em centros intermediários, como o foram no período anterior à conexão da rede do Centro-Sul, Formigas, Salgado e São Romão e em centros elementares como foram Contendas, Coração de Jesus e Angicos. Outro aspecto desses mercados é a importância de sua feira determinada pela posição hierárquica da cidade em termos de centralidade. Como exemplo, temos Montes Claros que, ainda no século 21, tem no seu mercado um ponto de confluência de camponeses de praticamente todas as cidades da região, para a comercialização de sua produção. Por fim, devemos assinalar que as redes dentrificadas podem evoluir de uma rede imatura, com apenas dois níveis hierárquicos, para uma rede madura, “onde aparece uma estratificação funcional entre os centros da rede” (CORRÊA, 2001, op. cit., p. 49). Segundo o mesmo autor, “a passagem de um padrão para outro implica em uma maior complexidade na esfera da produção, circulação e consumo, com a coleta e distribuição intra-regional de produtos da própria hinterlândia da cidade primaz, visando o mercado consumidor regional” (idem). E é isto que observaremos a partir da conexão do Norte de Minas, através de Montes Claros, que irá exercer uma centralidade, à rede urbana do Centro-Sul.

## **As cidades do sertão Norte-mineiro**

O processo de formação de povoados e de cidades no período anterior á conexão com a rede urbana do Sudeste foi, por todo o sertão norte-mineiro, muito semelhante em todo o seu entorno. A maioria das cidades, à época, não passavam de lugarejos formados em torno de uma igreja, geralmente construída com doações dos homens melhor providos, que o faziam para demonstrar seu poder e privilégio. Em torno das igrejas se dispunham as melhores casas, o comércio e os prédios que acomodavam as repartições públicas. Essas cidades sertanejas cumpriam uma importante função política e administrativa. Na maioria das vezes, devido à precariedade do aparelhamento do Estado nos sertões. Era nelas que o poder de fato se manifestava. Elas acomodavam “os juízes, os promotores, os advogados, a cadeia e a Câmara Municipal” (MATA MACHADO, 1991, op. cit., p. 91). Afastadas desse entorno central, estavam as casas mais simples onde viviam os homens livres e “pobres”, geralmente artesãos, carpinteiros, pedreiros e trabalhadores em geral ou dependentes dos homens poderosos do lugar. Mais distante do núcleo central estavam os casebres precariamente construídos, onde viviam os pequenos produtores, que abasteciam a cidade de víveres. Nessas cidades, a vida social se mostrava mais intensa aos domingos, nas festas religiosas e em dias de eleição. A maior parte de sua população, inclusive os mais abastados, estava intimamente ligada ao meio rural. É importante lembrar que a maior parte da população vivia no meio rural, na “roça” ou na “fazenda”, como dizem até hoje os norte-mineiros, ou nos bairros rurais, como dizem os paulistas. Os Norte-mineiros utilizam os termos roça para os mais pobres e fazenda para os mais ricos. Saint Hilaire, assim descreveu um povoado sertanejo:

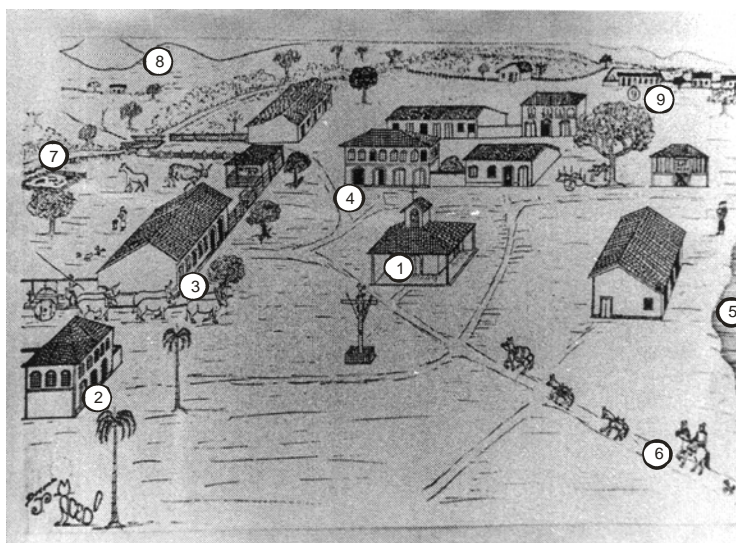
A duas léguas da fazenda de S. Elói, encontrei o pequeno povoado de Bom Fim, que se compõe de uma igreja e uma quarentena de casas dispostas quase sem nenhuma ordem. Com exceção de uma delas, que pertencia ao Sr. Versiani (hospedeiro do autor), todas estavam fechadas, e presumo que tivessem por proprietários agricultores que, certamente, a elas só vinham aos domingos. Na sua casa do Bom Fim, o sr. Versiani mantinha uma loja em que se encontravam quinquilharias, artigos de mercearia e fazendas; um empregado era encarregado de vender essas mercadorias por conta do dono. Grande número de lavradores ricos seguem esse exemplo. Permanecem em suas fazendas, e tem nas povoações vizinhas casas de negócios em que mantêm agentes (2000 [1824], p. 325).

Para Queiroz, essas formações urbanas, se é que podemos chamá-las assim, eram o reflexo, no espaço, das relações de classe e de dominação existentes. Segundo a autora,

Estavam, pois, as vilas e pequenas cidades dominadas por um ou mais grupos de parentelas, cuja estrutura se inscrevia na própria disposição das casas através do espaço: no centro a Matriz, cujas proporções espelhavam a fortuna do grupo dominante, rodeada, no largo e nas ruas adjacentes, pelas casas amplas e confortáveis das famílias gradas, vizinhas dos edifícios públicos; caminhado-se para a periferia as casas se tornavam mais modestas e, finalmente, na periferia exterior, se localizavam famílias e indivíduos pertencentes a camadas inferiores da parentela (QUEIROZ, apud. MATA MACHADO, 1993, op. cit., p. 91).

Esse quadro pode ser ilustrado pela figura 7 a seguir:

Figura 7 – Planta do núcleo central de Montes Claros no século 19



Fonte: PAULA, Virgílio. Arquivo Pessoal.

A figura 3 é uma planta do núcleo central do Arraial das Formigas, atual cidade de Montes Claros. Nela, percebemos as características típicas de uma cidade sertaneja nos séculos 18 e 19: “1 – A primitiva capela descrita por Saint-Hilaire; 2 – o sobrado que pertence hoje ao senhor Hildebrando Mendes; 3 – a sede da fazenda dos “Montes Claros” construída por José Lopes de carvalho, o instituidor do patrimônio da capela; 4 – sobrado pertecente hoje ao Sr. João Vale Maurício; 5 – Lagoa, hoje recuada e transformada em praça de esportes; 6 – Estrada Real para o Tejuco; 7 – Rio Vieira; 8 – Morro Dois Irmãos; 9 – Início da atual rua Padre Teixeira, onde está hoje a residência do Coronel Domingos Lopes” (MAURÍCIO, 2005, p. 24-5).

Saint-Hilaire, em 1817, assim descreveu o núcleo urbano do Arraial das Formigas,

A povoação de Formigas, sucursal da paróquia de Itacambira está situada à entrada de uma planície, a quatro jornadas de Vila do fanado, a cinqüenta léguas de Tijuco, e a mais de duzentas da Bahia e do Rio de Janeiro. Um dos dois ramais da estrada de Tijuco a Bahia passa por Formigas. Essa povoação, que pode compreender atualmente (1817) duzentas casas, e mais de oitocentas almas, é certamente uma das mais belas que vi na Província de Minas; mas não adquiriu importância senão depois que se começou a fabricar salitre na região, o que, por ocasião da minha viagem, não dava mais de oito anos. A maioria das casas é construída ao redor de uma praça irregular que forma um quadrilátero alongado, e, por sua extensão, seria digna das maiores cidades. Essa praça aberta do lado pelo qual se chega quando se vem de Tijuco e Vila do Príncipe, não tem, por conseguinte, senão três lados, e é um dos pequenos que falta. A igreja está situada ao fundo da praça, muito perto daquele dos pequenos lados que foi edificado; não coincide, infelizmente, porém, com o meio desse lado, e é um pouco oblíqua, o que prejudica a regularidade do conjunto. Além da praça de que acabo de falar, há ainda em Formigas algumas ruas paralelas a dois dos lados da própria praça. As casas são quase todas pequenas, mais ou menos quadradas, baixas e cobertas de telhas. Três ou quatro têm sobrado; algumas são construídas de adobe, as outras de barro e varas cruzadas. As janelas são pequenas, quadradas, pouco numerosas, fechadas por simples postigo. Vêm-se na povoação hospedaria, várias vendas, e enfim, algumas lojas em que se vendem fazendas e quinquilharias (op. cit., p. 326).

Vale destacar a alusão que Saint-Hilaire faz aos materiais e às técnicas aplicadas na construção das casas, do adobe e do barro e varas cruzadas, pois é perceptível que ele vê nessas técnicas um sinal de atraso, por exemplo, quando reclama que a igreja não foi construída exatamente no centro de um dos lados da praça, “o que prejudica a regularidade do conjunto”. Positivista, Saint-Hilaire não poderia deixar de buscar regularidade e ordem na



ação humana por onde quer que passasse. Assim, para ele, as técnicas não adventícias do conhecimento racional e científico, sinalizam para o atraso e precariedade e para a incapacidade de progresso e civilização. Em nota de rodapé, relativa ao trecho acima citado, quando menciona as janelas “sempre fechadas por um simples postigo”, escreveu o francês: “Não nos devemos admirar de que, nessas regiões tão desertas e afastadas de nossas manufaturas, o uso das vidraças seja ainda desconhecido, pois esse uso nem mesmo na Europa é geral” (op. cit., p. 326). É notório, nessa passagem, como o não-europeu é representado pelo viajante-cientista como atrasado e, ao contrário, como o europeu é visto como representante do progresso.

O viajante-cientista francês, na sua descrição do Arraial das Formigas, expressa a importância do lugarejo no circuito comercial regional e inter-regional, atributo que será, mais tarde, de valor fundamental na configuração daquele arraial como centralidade regional. Sobre esse embrião de centralidade, podemos percebê-lo melhor no trecho seguinte:

Formigas é, (...), um dos pontos principais da parte oriental do Sertão, e faz-se aí um comércio importante de gado, salitre, couros e peles. O gado bovino e os cavalos vendem-se para a Bahia; o salitre vai para o Rio de Janeiro e para Vila Rica, e finalmente, parte dos couros se consome em Formigas mesmo, no empacotamento do salitre, e outra parte se envia a Minas Novas, onde se fabricam sacos próprios para se levar algodão. Quanto às peles, os próprios arredores de Formigas poucas fornecem atualmente: os mercadores da região que com ela comerciam obtêm-nas nos arredores do Rio S. Francisco. O centro desse comércio é atualmente Santa Luzia, perto de sabará, donde se fazem remessas para o Rio de Janeiro. Os artigos de fabricação européia, os vinhos, etc., que se vendem em Formigas para o consumo do próprio local e de uma parte do sertão, vem principalmente da Bahia, porque é a essa praça que a região fornece maior quantidade de mercadorias. Importam-se também vários objetos europeus do Rio de Janeiro, em troca do salitre, e de Santa Luzia, lugar de entreposto, em troca de peles (op. cit., p. 326-7).

É importante notar que, no caso de Formigas, segundo as descrições de Saint-Hilaire, a sua vinculação ao mercado extra-regional se dá através de Santa Luzia com o Rio de Janeiro e dos “arredores do Rio São Francisco” com a Bahia e com Pernambuco. Porém, esse vínculo



## **Outras vilas e cidades do sertão norte-mineiro no século 19**

**Salgado (Januária):** de acordo com Saint-Hilaire, Salgado contava, no início do século 19, com cerca de oito mil habitantes, era sede de uma paróquia que possuía duas sucursais. A saber: São João dos Índios e São Caetano de Saporé, que faziam parte da comarca de Paracatu. Apesar de não ser a sede da comarca, contava com dois juízes ordinários, o que a qualificava como “julgado” (sede de justiça), privilégios de que gozavam também as vilas de São Romão e Barra do Guaicuí. Sua origem está ligada à ação dos Bandeirantes. Segundo Mata Machado, “A Januário Cardoso é atribuída a fundação dos arraiais de São Romão e Porto do Salgado, hoje Januária” (1991, p. 35). João Ferreira Tavares de Gouvêa, enviado à região pelo então Governador das Minas, Gomes Freire de Andrade, por ocasião dos Motins do São Francisco, em 1736, em carta àquele governador, referiu-se ao lugar chamando-o de “Arraial de Januário Cardoso” ou “Arraial do dito Cardoso” (1736, p. 5). Simões e Amazonas, percorrendo o Norte de Minas, coletando dados para o anuário estatístico do IBGE, nos dizem sobre as origens de Januária: “No sítio do antigo Pôrto do Salgado, anterior a denominação da atual cidade, existiu primitivamente a aldeia indígena de Tapiraçaba. Essa aldeia foi destruída pelo coronel Januário Cardoso de Almeida, considerado o fundador da povoação de Pôrto do Salgado (...)” (1960, p. 159).

À sua época, Saint-Hilaire assim descreveu Porto do Salgado:

Oitenta casas, afastadas umas das outras compõem-na na sua totalidade. As mais bonitas, que pertencem a lavradores abastados dos arredores, são construídas em torno de uma pequena praça mais ou menos quadrangular; e, no meio desta, vê-se uma coluna encimada pela esfera, que indica a sede de uma judicatura. Num dos lados da praça, construiu-se uma igreja, que é bonita e grande. (...) A prosperidade reina entre os habitantes de Salgado. Parece que vários deles possuem grande quantidade de escravos, e meu próprio hospedeiro tinha setenta. O bem estar conduz naturalmente à alegria, por isso, observei muito maior jovialidade em Salgado que noutros lugares (op. cit., p. 347).

Porém, essa prosperidade a que se refere Saint-Hilaire não se aproxima, nem em Salgado, nem em qualquer outro povoado do sertão norte-mineiro, de ostentação, pois, segundo o viajante, mesmo as casas dos homens mais ricos eram bastante simples na sua construção e nos objetos que compunham o seu interior. Contudo, ainda eram percebidos alguns sinais de riqueza. Para ele, “viam-se ainda, é preciso confessá-lo, outras provas de riqueza no quarto que me fez deitar o Capitão Serrão: eram uma belíssima colcha de seda e algumas cadeiras de bambu, que podiam ser consideradas como grande luxo (...)” (idem)

Quanto ao comércio, Salgado parecia, no início do século 19, estar em uma situação bastante favorável, pois o lugar desenvolveu uma agricultura comercial considerável, baseada na produção de açúcar e aguardente, que eram trocados pelo sal produzido “acerca de cento e trinta léguas da povoação” (op. cit, p. 346). Outros artigos e gêneros de que necessitava sua população eram adquiridos principalmente em Formigas e Contendas. De acordo com Saint-Hilaire, “não é unicamente para seu próprio consumo que os habitantes de Salgado e São Romão compram sal; anualmente vão de Formigas, Contendas, etc., abastecer-se desse gênero nesses lugares (...)” (op. cit., p. 347). O viajante francês também nos dá o testemunho de uma outra situação interessante em relação a Salgado:

A posição de Salgado não é unicamente vantajosa à agricultura e comércio, é também muito favorável à saúde. Como as águas do S. Francisco não se expandem para os arredores dessa povoação, seus habitantes não estão sujeitos às febres que fazem tão cruéis destruições em outras localidades vizinhas do rio, e um autor respeitável afirma que se encontraram em Salgado muitos centenários. *São, sem dúvida, essas vantagens reunidas que atraíram tantos brancos a Salgado: já havia muito tempo que não os via em tão grande número* (op. cit., p. 348). (Grifos nossos)

O que se torna explícito a partir da reflexão de Saint-Hilaire é que a riqueza monetária na região estava, em sua maior parte, nas mãos de euro-descendentes. Esse naturalista, como outros viajantes-cientistas, durante suas viagens, sempre viam nos lugares com maior

presença de descendentes de europeus, maior prosperidade, o que, para ele, “conduz naturalmente à alegria” (op. cit., p. 347).

**Contendas/Morrinhos (Brasília de Minas):** Em sua passagem pelo lugar, Saint-Hilaire registra a existência de uma dúzia de casas e atesta que Contendas não era mais que uma sucursal da paróquia de Morrinhos que, juridicamente pertencia à Comarca de Vila do Príncipe e do julgado de Salgado. Segundo o viajante, “se os vigários escolheram Contendas para sua residência, é que Morrinhos é um lugar muito insalubre” (op. cit., p. 331). Contendas, na realidade, formava, com seus arredores, um lugar chamado pelos seus habitantes, de Gerais. A população dos Gerais, segundo dados de Spix e Martius, contava, à época, com cerca de quase 10.000 habitantes. Chamou a atenção, tanto da dupla de viajantes alemães, quanto de Saint-Hilaire, a fecundidade das mulheres. Tomando as palavras de Saint-Hilaire:

É de se presumir, aliás, que essa fraca população aumente rapidamente, pois que os casamentos são, nessa região, de extraordinária fecundidade. Nada é tão comum como encontrar pais de doze, quinze, e até mais filhos, e o cura afirmou que havia em sua paróquia uma mulher que, após ter tido dezoito filhos, contava com a idade de 85 anos, duzentos e treze descendentes, entre filhos, netos e bisnetos (idem).

Spix e Martius relataram essa alta fecundidade tomando o seguinte exemplo:

Certa mulher de pouco mais de 50 anos, moradora em Contendas, tem 204 descendentes vivos; outra, que aos setenta anos casou-se com um velho da mesma idade, deu-lhe trigêmeos que ainda vivem. Não é nada raro ali uma jovem de apenas 20 anos de idade, já ser mãe de oito ou dez filhos (op. cit., p. 86).

Segundo os cientistas alemães, “a natureza que aqui cercou o homem de muitos inimigos, parece querer indenizá-lo, prodigalizando-lhe o necessário para a vida simples, e concedendo-lhe a benção de muito numerosa prole” (op. cit., p. 85). Para eles, esse é um dos fenômenos mais prodigiosos do lugar e “como o pai de família nos seus filhos cria seus

auxiliares de trabalho, a prole numerosa não constitui motivo de miséria e queixa, como nos nossos países civilizados; é, antes, o orgulho dos pais. Essas condições deveriam induzir o governo a fazer do sertão de Contendas um viveiro humano” (idem).

A economia de Contendas tinha como atividade principal uma agricultura bastante diversificada para o abastecimento local e outra, a do algodão, para o comércio com outros locais. Novamente são Spix e Martius que fornecem dados a esse respeito: “O algodão produz fartamente, e equipara-se em qualidade ao de Minas Novas. Uma carga de mula, no total de seis arrobas, é vendida a 20\$000 até 21\$000, e, embarcada em Salgado segue, pelo Rio São Francisco abaixo, até a Bahia” (idem, ibdem). Quanto a suas conexões, destacavam-se as ligações comerciais com a Bahia, através de Salgado, com a Vila do Príncipe por terra, e com Santa Luzia, passando por Formigas, através da estrada Real.

**Fazenda Santo Elói/Macaúbas/Arraial do Bonfim (Bocaiúva):** Bocaiúva nasceu da confluência desses três lugares e sob o comando do Capitão Pedro Versiani. O povoado de Bonfim foi descrito por Saint-Hilaire como um dos mais prósperos e organizados que ele encontrou em suas viagens. Utilizando as palavras do Francês,

A fazenda de S. Elói não me pareceu inferior à de Ribeirão. Essas duas habitações não eram, talvez, as mais belas por mim vistas na Província de Minas, mas talvez fossem as mais bem administradas. O Sr. Verciani retirava anualmente de cinco a oito mil cruzados de sua propriedade; esse rendimento, porém, lhe era unicamente fornecido pelo gado e pelo engenho de açúcar; pois que sua fazenda ficava muito afastada de Tijuco e Vila do Fanado para que não fosse obrigado a renunciar a cultivar a mandioca, o milho e os outros cereais na quantidade apenas necessária ao consumo da família e dos escravos (op. cit, p. 324).

Ademais, Saint-Hilaire discorre sobre uma produção bastante diversificada na fazenda que lhe garantia a auto-suficiência e descreve o interior da casa principal atestando que, mesmo as dos homens de posse, eram muito simples na composição de seus objetos, mas que não deixavam de contar com algum objeto luxuoso:

(...) fizeram-me comer em belíssima baixela de prata. Apresentaram-me para lavar as mãos uma grande bacia de prata, e as toalhas para enxugá-las eram guarnecidas de uma larga renda; a cama em que dormi não estava munida de cortinados como todas as dessa região, mas tinha uma belíssima colcha de seda; os lençóis, de um tecido de algodão finíssimo, eram guarnecidos de rendas e o travesseiro fora igualmente enfeitado em ambas as extremidades de rendas e fitas (idem).

Essas fazendas e povoados que deram origem à cidade de Bocaiúva se ligavam ao circuito comercial sertanejo através de Montes Claros e ao do Sul pela Vila do Príncipe e pela Vila do Fanado.

Apresentamos, ainda que de modo breve, a visão que os viajantes do século 19 tinham de algumas cidades sertanejas do Norte de Minas Gerais. Esses aspectos por eles apontados, servirão como base para comparação e reflexão do que denominamos desestruturação / reestruturação, ocasionado pelo desenvolvimento no Norte de Minas e, em especial, na cidade de Montes Claros. Contudo, cabe ainda mencionarmos um pouco sobre a roça; o bairro rural, como dizem os paulistas, visto que tem importância definitiva no diálogo entre as cidades mencionadas.

### **Os Bairros Rurais**

Os povoados próximos às cidades sertanejas tinham uma função fundamental, qual seja, a do abastecimento de víveres. A população desses povoados era móvel, não se fixava; sempre buscava terras novas para o plantio, uma vez que, utilizando a técnica das queimadas, esgotava rapidamente o solo, o que a obrigava a migrar. Suas relações eram baseadas no princípio da reciprocidade e os famosos mutirões atestam essa característica. Como na cidade, esses povoados também se formavam no entorno de uma igreja. Para descrevê-los, utilizaremos um trecho de *O Campesinato Brasileiro*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz:

As roças são encontradas em plena expansão principalmente em zonas não invadidas pela grande monocultura de exportação nem pela agricultura comercial, e também em zonas que se mantêm distantes da industrialização. (...) Quer sejam proprietários, arrendatários ou parceiros, seu gênero de vida é mais ou menos idêntico e se organiza sempre de modo semelhante. (...) O sitiante brasileiro habita suas terras; as casas de uma zona de sítios estão dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por capela, vendinha, duas ou três habitações, que formam como que a 'capital' de um grupo de vizinhança. Os grupos de vizinhança rurais são muito homogêneos. A estratificação social aí é tênue, tanto mais que os lavradores trabalham a terra quase exclusivamente com o auxílio da família. Trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. (...) Efetivamente, os sítiantes não se implantam profundamente numa área, mesmo quando proprietários: partir não lhes é penoso. Mudam constantemente a localização da roça e da casa, e com a mesma facilidade partem de uma região para outra. Sua pobreza e a rusticidade de suas técnicas foram, muitas vezes, atribuídas a esta grande mobilidade. (...) O sitiante cultiva uma parcela de suas terras até a exaustão e, em seguida, recomeça um pouco mais longe o mesmo trabalho, no qual emprega instrumentos rudimentares. (...) Os que partiram conservam os mesmos direitos, quer retornem, quer não; e seus filhos poderão reclamar, mais tarde, o apoio que lhe deve a família de que se afastaram seus pais. A parentela tem ajuda mútua por dever; a reciprocidade é o elemento fundamental destas relações. O casamento cria relações de aliança que possuem idêntico valor, o que acarreta também obrigações recíprocas (1973, p. 51-3).

Esse trecho nos dá bem a noção da desestruturação / reestruturação que futuramente o desenvolvimento irá operar no sertão norte-mineiro, uma vez que ele trará para a região as relações capitalistas e de mercado que irão se sobrepor a esse tipo de formação social descrito por Queiroz. Essa estrutura desvinculada dos padrões e das lógicas ocidentais européias só foi possível devido à distância que a região guardava em relação aos grandes centros dinâmicos da economia, numa perspectiva capitalista. Isso corrobora a hipótese que defendemos de que esse distanciamento, essa desconexão, permitiu constructos sociais, econômicos, políticos e culturais no mínimo diferenciados no Norte de Minas Gerais.



## CAPÍTULO 6

### **A integração do Norte de Minas torna-se um imperativo**

Como já dissemos anteriormente, desde o período monárquico houve várias iniciativas de integração do sertão ao cenário nacional, que estavam embasadas na intenção de ordenação territorial como elemento essencial na construção do estado brasileiro. Concorreram para isso as necessidades de encontrar novas fronteiras econômicas e a preocupação em garantir a unidade territorial do país. Assim, a conexão dos sertões, em âmbito nacional e do Norte de Minas, no âmbito regional, passou a ser visualizada através da inserção da região na rede urbana do Centro-Sul. Buscou-se, então, através do fomento à navegação no Rio São Francisco e na construção de ferrovias de integração tal inserção. Entendemos a criação da nova capital de Minas Gerais, no final do século 19, mais próxima dos sertões, como uma das iniciativas de aproximação e de viabilização da integração do Norte de Minas com o Centro-Sul. Segundo Mata Machado, “na iminência de perder territórios ao Sul e ao Norte, e diante de uma capital que não cumpria sua função, Minas Gerais não teve outra saída senão construir uma nova sede administrativa que unisse o Estado tanto política quanto economicamente” (1991, p. 115). Ilustrando tal afirmação, subtraímos da obra do mesmo autor o seguinte trecho, que demonstra a construção da nova capital como um fator de integração:

Em 1891, Augusto de Lima preconizou esta necessidade qualificando a nova capital de ‘um centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio à integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade’. Sugeriu a localização da nova cidade no pequeno arraial do Curral del-Rei e justificou: ‘... ficará atravessada pela Estrada de Ferro Central do Brasil e quase à margem do Rio das Velhas, tributário do São Francisco, circunstância esta que reunirá o Norte e o Sul do Estado. (...) que além de ser um ponto mais ou menos central, Belo Horizonte está destinada a ser o ponto de convergência das ferrovias que partirem do vizinho Estado do Espírito Santo e das regiões do Oeste de Minas Gerais’ (1991, p. 116).

Lessa também nos dá notícia, tanto da construção da nova capital como um fator de integração do sertão ao Centro-Sul, quanto da ferrovia com a mesma finalidade. E vai mais além, apresenta tal integração pensada à época como um fator de “civilização” daquelas regiões dela mais distantes. Aliás, sobre isso, as palavras de Augusto de Lima na citação anterior são bem ilustrativas. De acordo com Lessa,

em 1867, o padre Souza Paraíso apresentou à assembléia provincial de Minas um projeto propondo a mudança da capital para as margens do Rio das Velhas, próximo ao São Francisco. Justificava o projeto aludindo à necessidade de desenvolver o ‘vasto e fertilíssimo território que se chama Norte’, promovendo o desenvolvimento de zonas marginalizadas, cuja ocupação e valorização não tinha se dado naturalmente (1993, p. 108).

Sobre a ferrovia, como fator de integração, a mesma autora afirma:

A proposta de domínio do território por intermédio do uso de ferrovias compunha o ideal de progresso, desenvolvimento e civilização, caro à época. A linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil aparece nesse quadro como elemento de ligação, o traçado central dessa trama, na medida em que será vista por seus defensores como a solução de continuidade e controle do território, ‘levando o progresso e o desenvolvimento’ para o interior do país (op. cit., p. 75).

A nova capital e a construção de ferrovias de integração serão, portanto, fatores fundamentais na reconfiguração da rede urbana na qual o Norte de Minas será inserido. Essa reconfiguração levará à passagem de um padrão de rede dentrítica de localidades centrais imatura para uma rede mais complexa em todas as suas dimensões e será ainda um dos agentes desestruturadores / reestruturadores na região. Especialmente no que diz respeito à mudança das bases sociais, políticas, econômicas e culturais pré-capitalistas, que se tornarão cada vez mais capitalistas e vinculadas aos grandes centros comerciais e ao mercado global. Essa reelaboração favorecerá a abertura de vias que intensificarão a presença do mercado e dos objetos técnicos, levando à busca, quase que obrigatória, do progresso e do desenvolvimento, vistos, a partir

dessa nova configuração da rede urbana, como uma possibilidade real para a região norte-mineira. A partir daí, começa a ser estabelecida uma outra característica desse novo padrão de rede urbana: seu desdobramento em dois circuitos econômicos.

Para Santos (1970; 1977), essa reconfiguração das redes urbanas se dará em função da modernização tecnológica ocorrida nos países chamados subdesenvolvidos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Porém, observamos que, como já dissemos, essa reconfiguração iniciou-se, em relação ao Norte de Minas, um pouco antes, principalmente com a chegada da ferrovia à região. De acordo com Santos, o novo padrão de rede urbana com dois níveis de vida econômica assumirá as seguintes características: a existência de um circuito superior com uma relação mais estreita com a modernização tecnológica e de um circuito inferior, derivado indireto daquela modernização, onde subsistem as pessoas marginalizadas nesse processo, porém de forma não dicotômica, pois esses dois circuitos têm um caráter interdependente. De acordo com Corrêa, “os dois circuitos econômicos, no entanto, não podem ser vistos como constituindo um dualismo ou uma dicotomia urbana. Constituem, ao contrário, uma bipolarização, pois possuem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, apresentando-se interligados” (2001, p. 73). Enfim, o que são mesmo estes dois circuitos da economia pensados por Milton Santos? Para explicá-los retomaremos Corrêa, que diz,

De modo simplificado, considera-se que o circuito superior é constituído pelos bancos, comércio e indústria voltadas para exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Sua clientela, urbana ou regional, é formada pelas classes ricas, satisfazendo, entretanto, parcela expressiva das demandas da classe média. Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõem a ampla gama do circuito inferior, que atende, sobretudo, às classes pobres (2001, p.73)

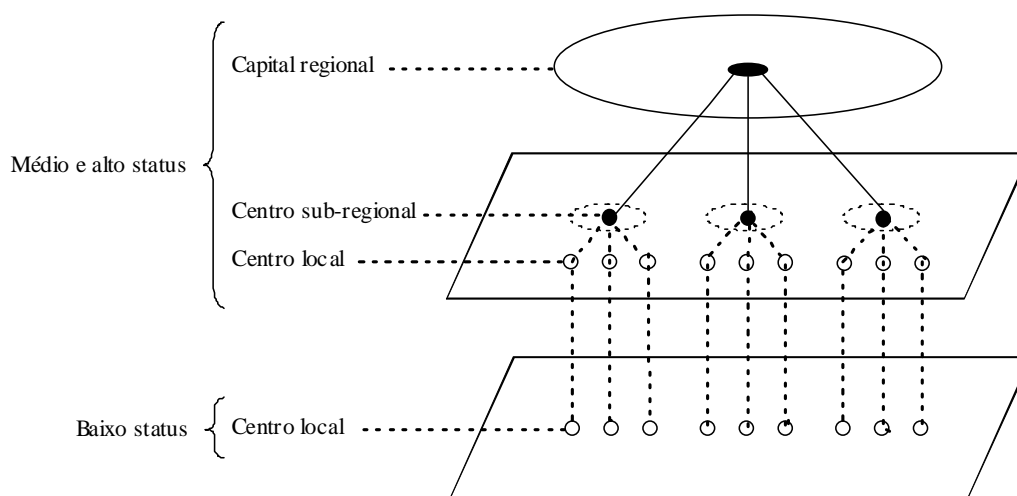
A título de ilustração, reproduziremos a seguir um esquema proposto por Santos (1979), para caracterizar os dois circuitos da economia:

Tabela 5

CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUÍTOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS		
Características	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia:	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização:	burocrática	primitiva
Capitais:	importantes	reduzidos
Emprego:	reduzido	volumoso
Assalariado:	dominante	não-obrigatório
Estoques:	Grandes quantidades	pequenas quantidades
Preços:	fixo (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito:	bancário institucional	pessoal não institucional
Margem de lucro:	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção: produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela:	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos:	importantes	desprezíveis
Publicidade:	necessária	nula
Reutilização dos bens:	nula	freqüente
Overhead Capital:	indispensável	dispensável
Ajuda governamental:	importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior:	grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Figura 9

## A REDE URBANA COM DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA



Fonte: QUERINO, Augusto José. Arquivo pessoal.

No Brasil, e no caso em especial do Norte de Minas, a passagem de um tipo de rede imaturo, para esse tipo de rede, que descrevemos nos parágrafos anteriores como mais madura, por assim dizer, está diretamente relacionada à ação do Estado e inscreve-se no corpo do projeto positivista de integração do território nacional, empreendido pelos primeiros governos republicanos. Esse empreendimento teve continuidade na “Era Vargas” e nos governos posteriores, quando tal integração buscava favorecer a industrialização através de uma política nacionalista, sob a qual teve início um desenvolvimento atrelado ao metabolismo do capital, priorizando o crescimento econômico-industrial-urbano. Acreditava-se que o desenvolvimento econômico traria naturalmente o desenvolvimento social. Porém, esse processo ocorreu segundo a lógica civilizatória ocidental, com seus fundamentos da racionalidade e do mercado, em detrimento das lógicas e técnicas locais e em favor dos interesses da acumulação capitalista. O processo ocorreu, então, favorecendo a introdução de técnicas e lógicas exógenas. Muitas delas fracassaram e, quando não, criaram novas necessidades e contradições comprometendo o desenvolvimento social exatamente por desvalorizarem as lógicas e técnicas locais e por elegerem o mercado como a base para a reprodução material e imaterial da vida social. Segundo Hobart,

um aspecto negligenciado nesses projetos de desenvolvimento diz respeito ao conhecimento científico ocidental. Em tais projetos, não somente o conhecimento nativo é ignorado, mas também a natureza do problema do subdesenvolvimento e sua solução são definidas tomando-se o conhecimento científico ocidental como referência para a ordenação do mundo (1985, p. 2).

Vale ressaltar que, apesar da formação de uma rede urbana mais complexa ter estado diretamente relacionada aos esforços integradores do território, a formação dos dois circuitos e das desigualdades entre eles foge aos esforços planejadores do Estado, especialmente a partir da década de 1930. De acordo com Santos,

O problema dos dois circuitos da economia urbana aparece, portanto, como um aspecto essencial dos inumeráveis problemas que os países subdesenvolvidos enfrentam atualmente. É também um testemunho da falência das teorias e dos esforços da planificação do desenvolvimento tentadas até agora, pelo menos nos países de economia liberal (SANTOS, apud. CORRÊA, op. cit., p. 77).

A inserção nessa nova rede urbana, a integração do território e as pretensões “civilizadoras”, apareceram, nesse processo, por si só, como símbolos de desenvolvimento, mas um desenvolvimento pensado como aproximação dos padrões alcançados pelos países ocidentais de economia capitalista e com uma cosmovisão calcada na racionalidade-científica e na visão do progresso como obrigação.

O desenvolvimento, nessa acepção, chegou à cidade de Montes Claros a partir da sua inserção em uma nova rede urbana de localidades centrais, principalmente após a chegada da estrada de ferro à cidade. Tal desenvolvimento imprimiu ao modo de vida local a representação do atraso, da não civilização e, até mesmo, da barbárie. Após a Segunda Guerra Mundial, a cidade, através da rede, sofreu uma grande transformação espacial. Começava a se configurar nela o meio técnico-científico-informacional. Meio técnico-científico-informacional aqui entendido a partir das proposições Santos como “profunda interação da ciência e da técnica, a tal ponto que certos autores preferem falar de tecnociência para realçar a inseparabilidade atual dos dois conceitos.” (1997, p. 190). Produziu-se a cientifização e a tecnificação da paisagem “a informação passa a ser o vetor fundamental do processo social” (1997, p. 191). O espaço e o território passaram a se adequar às necessidades de circulação das informações, das mercadorias e do capital e foram, assim, requalificados pelos interesses hegemônicos na economia, na cultura e na política e “incorporados plenamente às novas correntes mundiais” (1997, p. 191). De acordo com Lessa,

Para que possamos entender como chegamos a esse nosso complexo mundo “unificado” pelos meios de comunicação, investigamos a constituição dessa rede à qual estamos emaranhados. Procedendo a investigação nos deparamos com transformações sem precedentes que ocorreram no sistema de comunicação e transporte, a partir da primeira metade do século 19, em vários países do mundo, inclusive no Brasil (1993, p. 10).

O Norte de Minas Gerais, a partir de sua conexão com a rede urbana do Sudeste, vê seu espaço ocupado pelo conhecimento técnico-científico ocidental e suas lógicas, os seus modos de vida e de produção local darem lugar a um elemento invasor. Para Santos, é característica do meio técnico-científico-informacional “a de ser invasor” (1997, p. 142). E essa invasão, muito, e cada vez mais rápida, desempenhou um papel desestruturante / reestruturante. Obviamente, desestruturante das lógicas existentes no local e reestruturante a partir das lógicas e dos conhecimentos que irão se estabelecer com o desenvolvimento. Santos também concorda com esse caráter desestruturante / reestruturante operado pela inserção nas redes urbanas conectadas ao mercado mundial. De acordo com o autor,

rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais, etc. Conseqüência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. (...) Como se produz cada vez mais, valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de mais circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Uma de suas conseqüências é, exatamente, o aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez, mais circulação. Esse círculo vicioso – ou virtuoso? – depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos (1997, p. 192).

Voltando à questão da rede urbana, Corrêa argumenta que as abordagens tradicionalmente utilizadas pelos geógrafos “são, com raras exceções, caracteristicamente de natureza positivista e funcionalista” (1989, p. 45). Para ele, nessas abordagens,

a cidade – e, por extensão, a rede urbana – é vista como se fosse uma coisa, destituída de vida social e, portanto, de interesses antagônicos, de conflitos: é assim passível de um tratamento marcado por uma postura pretensamente neutra. As interpretações calcadas nas ciências naturais estão presentes nos estudos de redes urbanas, estas sendo concebidas como engrenagens manipuladas por agentes, não especificados, muitas vezes por processos aleatórios. A história é colocada de lado (...) (1989, p. 48).

Partindo desses pressupostos, estamos aqui tratando a rede urbana como uma das vias pelas quais o capitalismo e os valores da civilização técnico-científica-burguesa-ocidental circulam e conquistam, cada vez mais o espaço e, na medida em que as técnicas e a tecnologia avançam para satisfazer as necessidades do mercado capitalista, com uma feição cada vez mais globalizada, desestruturam-se / reestrutram-se as lógicas, o conhecimento e as técnicas locais.

Pelas redes, chegam aos lugares mais longínquos os padrões da citada civilização. As grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos são incorporadas à rede, que tem sua cabeça nas metrópoles mundiais que, por sua vez, impõem seus interesses e definem funções espaciais hierarquizando o espaço. Regiões fornecedoras de determinados produtos, regiões consumidoras, cidades comerciais, cidades industriais, cidades de serviços, etc (CORRÊA, 1989, p, 48). “a rede urbana é também uma condição para a divisão territorial do trabalho” (idem). Através da rede constituem-se “ciclos de exploração”. Como afirma Corrêa, “não há complementaridade entre os membros da rede e sim uma apropriação e hierarquização da rede pelas grandes metrópoles” (1989, p. 49). Para o autor,

as grandes corporações multinacionais e multilocalizadas, estruturadas em redes, desempenham poderoso papel na redefinição funcional dos centros e na natureza e intensidade da integração de cada rede na economia global que possui poucos centros de gestão do território, cabeças de redes urbanas de abrangência mundial”. (2001, p. 95.)

Montes Claros, nessa nova rede, consolida sua posição de pólo regional na medida em que o Sudeste se transforma no centro dinâmico da economia nacional e que se insere na rede urbana, que começa em São Paulo e passa por Belo Horizonte. Esse trajeto, segundo Oliveira et al., “reforça a tendência da comercialização com essas regionais, fluxo que passa por Montes Claros, seja como coletor dos produtos regionais e distribuição dos ‘importados’” (2000, p. 26), principalmente a partir da chegada da ferrovia. De acordo com os mesmos autores,



(...) para Montes Claros a chegada das paralelas de aço e sua interrupção aqui, por quase 20 anos, consolidou em definitivo sua posição de centro coletor da produção regional e distribuição de bens importados. (...). Estradas estaduais de terra rasgaram o sertão para ligar a ferrovia aos municípios próximos e longínquos. (...). O comércio desenvolveu-se extraordinariamente em todos os setores. A importação é quase ilimitada, principalmente de Belo Horizonte, Juiz de Fora e São Paulo, por estrada de ferro, caminhões e aviões. Há grandes casas atacadistas, que vendem aos municípios do Norte de Minas e Sul da Bahia (op. cit., p.26).

Ao integrar uma rede urbana hierarquizada, Montes Claros se desenvolveu economicamente – do ponto de vista capitalista – e assumiu a função de centro regional, principalmente após a criação da SUDENE, fato que, associado ao relativo isolamento da cidade, distante dos grandes centros, e às condições locais – densidade populacional, infra-estrutura –, deu à cidade esse *status*, ou pelo menos as suas elites passaram a designá-la como um pólo de desenvolvimento. Ressalte-se que esses fatores estão fundamentados numa época em que a conexão da cidade com a rede urbana do Sudeste era, mesmo com a chegada da ferrovia, ainda relativamente precária. Contudo, tal desenvolvimento e polarização da cidade gestou uma série de novas contradições e disparidades. Enfim, desestruturou / reestruturou as lógicas, o conhecimento e as técnicas locais. E isso está de acordo com os argumentos de Santos,

o aumento da densidade de capital tem nas áreas agrícolas um muito forte poder de contágio, arrastando no mesmo movimento as áreas vizinhas e as atividades complementares. Isto conduz, às vezes muito rapidamente (...) à tendência à ‘desculturização’ da área, na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se vêem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (1992, p. 46).

Cria-se a ilusão do progresso e do desenvolvimento, através da qual o meio técnico-científico se impõe com suas desarticulações resultantes. “O uso do espaço se tornou mais

capitalístico” (SANTOS, 2000, p. 42). Através da rede, Montes Claros recebe ou é invadida pela “modernidade”. Ser moderno, diga-se “civilizado”, tornou-se imperativo.

Podemos afirmar, portanto, que a chegada da ferrovia abriu um corredor através do qual Montes Claros foi conectada à rede urbana do Sudeste. A partir daí, o fluxo de informações, de valores, de objetos e de interesses econômicos do mundo ocidental capitalista tornou-se mais intenso e atuou como um agente transformador. A cidade e, por extensão, a região norte-mineira, antes quase isolada e vivendo, senão relações pré-capitalistas, pelo menos relações relativamente não capitalistas, é integrada a um mercado mundial e passa a transitar para o capitalismo que, por sua vez, através dos objetos técnicos, será representado como símbolo de progresso e de desenvolvimento, na medida em que se instala.

A cidade vai se transformando, incorpora-se a uma nova lógica, caminhando para um novo modo de viver e de se reproduzir. Os objetos técnicos tornam-se dominantes e o modo de vida local é transformado em favor dos interesses mercantis dos centros hegemônicos da economia mundial e passam a simbolizar atraso e até mesmo não-civilização, dando à chegada do capitalismo, da sua cosmovisão e dos seus objetos técnicos um simbolismo oposto: o de civilização.

A simples chegada da ferrovia já trazia consigo essa euforia civilizatória. Uma verdadeira revolução dos transportes, que traria o progresso. Assim a sua chegada foi pensada. Para Lessa, “Os conceitos Revolução Industrial e Revolução dos Transportes impuseram à mentalidade de nossa época, na medida em que foram se incorporando várias imagens caras ao século 19 e ao século 20, tais como: civilização, industrialização, progresso, etc.” (1993, p. 17).

## Montes Claros na Rede Urbana do Sudeste

Já sabemos que o Norte de Minas Gerais e a cidade de Montes Claros estiveram, por um considerável espaço de tempo, relativamente desconectados do mercado capitalista global e do Centro-Sul do Brasil, tido, em termos capitalistas, como o pólo mais dinâmico do país.

Propusemos que essa desvinculação foi também cultural e civilizacional, o que permitiu à região a conformação de lógicas, conhecimentos e técnicas diferenciadas em relação aos padrões ocidentais de civilização. Essa diferenciação, por sua vez, deu à região, por exemplo, a característica da ausência da miséria, mesmo que, aos olhos ocidentais, a simplicidade da vida material local parecesse pobreza, fruto da indolência e da preguiça do sertanejo. Evidentemente, essa diferenciação permitiu também a conformação de um *layout* espacial diferente daquele que o mundo ocidental, preso ao paradigma iluminista e positivista da ordem e do progresso, vê como adequado a uma vida melhor para todos os povos. Esse *layout* será transformado pela chegada dos objetos técnicos que simbolizam o progresso, a partir da sua introdução na região, no momento em que ela foi conectada ao mundo ocidental pela extensão da malha ferroviária ao sertão, especialmente quando a ferrovia chegou à cidade de Montes Claros, momento em que a antiga intenção de conquistar o sertão se tornou uma realidade mais concreta.

O fato é que, com a chegada da ferrovia, e ela, por si só, considerada um desses objetos técnicos, abriu um caminho através do qual tais objetos se farão presentes na vida sertaneja. As lideranças políticas e mesmo a população local passaram a buscar ansiosamente a implementação de mecanismos que permitissem a sua inserção no mapa do progresso e o acesso a cada novidade criada no “mundo civilizado”, quais sejam, os objetos técnicos e os equipamentos urbanos. Uma vez presentes na região, as novidades do mundo civilizado serão motivo de eufóricas comemorações, símbolo de vitória e de competência dos políticos que, sob seu mandato,

conseguiram trazê-las para o sertão. Essa busca frenética do moderno, do científico, do civilizado, acabou por impedir que se percebesse o processo paralelo de apagamento das lógicas, das técnicas e da cultura local, que passaram a ser entendidas como símbolo de atraso e de pobreza.

Muito já se falou ao longo desse trabalho da chegada da ferrovia à cidade de Montes Claros como o momento da sua conexão efetiva à rede urbana do Centro-Sul. Ainda assim, estamos nos permitindo mais algumas abordagens sobre a questão. Porém, antes, voltemos à questão da navegação pelo Rio São Francisco que, no processo destruturador / reestruturador, ocasionado pela conexão com a rede do Centro Sul, perderá sua importância. É claro que a retenção da ferrovia em Montes Claros, por cerca de 20 anos, contribuirá para a reconfiguração da rede urbana do Norte de Minas. Esse fato é considerado a causa principal da decadência das cidades ribeirinhas do Rio São Francisco como centralidades de uma rede que tinha vínculos com o Norte (Bahia e Pernambuco), vínculos estes que haviam sido intensificados com os incentivos dados à navegação naquele rio.

A navegação pelo Rio São Francisco, partindo de Pirapora, teve como fator fundamental para sua intensificação, a instalação naquela cidade, pela Cia. Cedro Cachoeira, de um depósito de algodão que era comprado dos produtores da região. Esse fato transformou Pirapora em local privilegiado para ser a estação terminal da Ferrovia Central do Brasil. Ainda, como fator de suma importância, que é atestado pela construção da ponte marechal Hermes da Fonseca – hoje desativada e ponto turístico da cidade –, a ferrovia seguiria para o Norte para servir de escoadouro da produção de borracha do Norte de Minas<sup>14</sup>. A Estrada de

---

<sup>14</sup> Borracha obtida a partir da resina da mangabeira (planta nativa do cerrado). De acordo com Spix e Martius, passando pela região do Rio Carinhanha, “A mangabeira (*Hancornia*, ou mais justamente, *Willughbeia speciosa* Gomes) aparece daqui em diante, cada vez em maior número, nas regiões quentes e secas do sertão, e é cultivada, não raro, como nas províncias da Bahia, Pernambuco e Ceará, junto com a goiabeira e o ananás. Contém suco leitoso, pegadiço, rico de resina, que, endurecida, talvez pudesse ser utilizada como goma elástica comum” (1981, p. 107). Os viajantes alemães relataram essa possibilidade ainda em 1817, e suas previsões se concretizaram. Segundo Mata machado, o Norte de Minas “chegou a comercializar cerca de ¼ da produção brasileira” de borracaha (1991, p. 119).

Ferro Central do Brasil, de acordo com Lessa, “partindo de Pirapora, deveria atravessar a região central do país e alcançar Belém” (1993, p. 117). A ponte foi construída com esta finalidade: dar prosseguimento dos trilhos para o Norte. Em 1911, foi inaugurada a estação férrea e aquele antigo arraial de pescadores, que já vinha se modificando desde os empreendimentos da Cedro Cachoeira que, inclusive, encomendou uma planta para fazer de Pirapora uma cidade planejada para uma população de 10.000 habitantes, assumiu uma posição de centralidade na rede urbana da região, tirando essa posição de Januária. E mais, com a criação de uma companhia local de navegação, tirou dos baianos o controle da navegação pelo Rio São Francisco. Ligada ao Norte (Bahia e Pernambuco) pela navegação e ao Sul (Belo Horizonte e Rio de Janeiro) pela ferrovia, a cidade parecia que cumpriria sua função de centralidade e recebeu os objetos técnicos simbólicos do desenvolvimento. Em artigo datado de 1910, e publicado por Nelson Senna em 1918, A. Ramos César comenta:

A população ali aumenta numa proporção notável. Diariamente chegam famílias atraídas pela riqueza da região.

Não se encontra uma única casa vaga, existindo inúmeros prédios em construção na margem direita, onde a população é mais densa e onde o movimento comercial já é grande, existindo duas fábricas de bebidas, padaria, casa de bilhares, duas farmácias, restaurantes, hotéis, etc.

Pelo porto são despachadas, mensalmente, para mais de 1.000 toneladas de mercadorias.

Há um depósito de sal e uma agência filial dos srs. Durish & Companhia, para compras e exportação de couros e artigos congêneres, regulando comprar, mensalmente, 2.000 couros verdes de rezes” (CÉSAR, apud SENNA, 1926, p. 1.152).

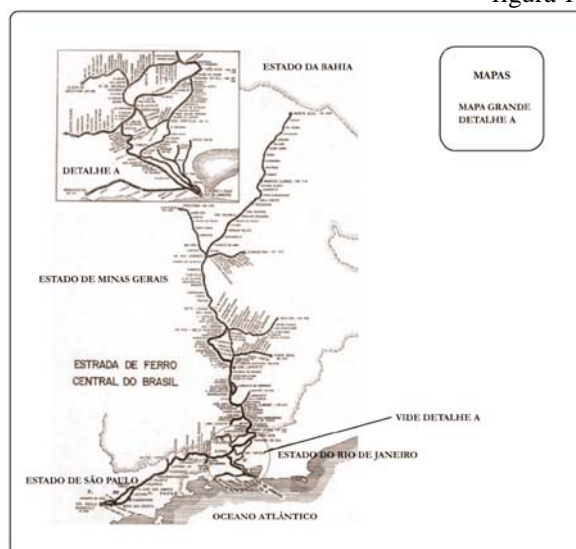
Porém essa posição de centralidade não durou muito tempo naquela cidade. A decadência de Pirapora como centralidade se deveu aos altos custos dos transportes fluviais pelo Rio São Francisco e de acordo com Mata Machado, porque “as dificuldades naturais de navegação, a necessidade de vapores com porões rasos e a inadequação de alguns às dimensões do rio, impediram que os vapores cumprissem a sua principal função econômica, provocando

um aumento exorbitante no preço dos fretes” (1991, p. 134). Além disso, essa decadência se deveu também à decadência das exportações da borracha por motivos bem conhecidos, a saber, as plantações de seringais feitas pela Inglaterra no Sudeste Asiático, que deu ao país a primazia nos negócios internacionais do produto. A crise nas exportações da borracha mudaram os planos do governo quanto à ferrovia. Pirapora passou a ser apenas um ramal e a ponta de trilhos transferiu-se para Montes Claros, que passará, a partir de então, a cumprir a função de centralidade na rede urbana do Norte de Minas. Sobre isto Lessa nos informa que,

Em 1925, Montes Claros passa de Ramal à Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, em detrimento de Pirapora, torna-se “boca do sertão”, apesar da linha acabar em Pirapora. A interrupção do prolongamento até Belém faz com que Pirapora e as cidades ao longo deste traçado, percam com a queda do volume de negócios que seriam proporcionados pela construção do prolongamento até Belém (1993, p. 125).

Ainda de acordo com a mesma autora, a chegada da estrada de ferro não somente abria novos mercados, mas também “a imaginação para o cosmopolitismo e seu mundo de imagens” (op. cit., p. 124). Ou seja, para os objetos técnicos e sua simbologia do progresso. O mapa 6 na página seguinte mostra o traçado da E. F. C. B (Estrada de Ferro Central do Brasil) quando da sua chegada aos limites territoriais de Minas com a Bahia.

figura 10



Traçado da Ferrovia Central do Brasil.  
 Fonte: [http://www.geocities.com/central\\_do\\_brasil/2-mmmapas.html](http://www.geocities.com/central_do_brasil/2-mmmapas.html)

## **A ferrovia chega a Montes Claros**

Como defendemos anteriormente, Montes Claros, uma vez conectada ao mercado do Centro-Sul, passaria a cumprir a função de pólo regional, pois assumiria a função de “Fornecedora de produtos de subsistência, principalmente os pecuários e também o salitre, passaria a ser entreposto comercial dos artefatos industriais trazidos pela ferrovia” (LESSA, 1993, p. 126). E mais, acreditava-se que, com sua conexão com o Sul, Montes Claros se livraria da imagem de cidade sertaneja, pobre e atrasada e fadada ao fracasso, como se pensava na época. Ou seja, deixaria de se pensar como uma cidade nordestina e começaria a se imaginar como uma cidade propensa ao progresso, como são representadas no imaginário social as cidades do Centro-Sul do país. Sobre isso, Lessa comenta,

A ferrovia era, desde o final do século passado, a maior reivindicação da elite do Norte de Minas ao governo da União. Ela se apresentava então como símbolo / metáfora de progresso. O trem de ferro era em si o progresso – a máquina de grande porte, a tecnologia, a velocidade, o tempo linear e abstrato do relógio. O que a tornava a própria presença do progresso, personificando-o (1993, p. 145).

A euforia gerada pela chegada da ferrovia era muito clara nos discursos e nas representações sociais dos contemporâneos de tal chegada. Para ilustrar isto, reproduziremos um artigo publicado pelo Jornalista Jair de Oliveira, no jornal *Gazeta do Norte*, no qual descreve a cidade quando da chegada do ministro da viação, em 8 de junho de 1924:

Novos automóveis, fonfonando, cruzam as ruas, impregnando-as de um cheiro forte de civilização, enquanto passam carroças entulhadas de seixo de capina. E à noite, quando as lâmpadas elétricas abrem os olhos faiscantes, atônitos, como se acordassem do seu sono diurno, é intenso o movimento que vai em nossa urbs. Em frente às vitrines, que deitam jorros de luz para as calçadas, param bandos de senhoritas discutindo enfeites, falando de modas e figurinos, com os narizes colados nos vidros. Membros da comissão passam angariando donativos. E todos contribuem, satisfeitos e generosos. Forasteiros de todos os recantos entulham as pensões e alugam casas, procuram cômodos. E a cidade vibra de manhã à noite. Até altas horas ouve-se o martelar dos carpinteiros e o perfume penetrante e bom de madeiras serradas fica envolvendo o ar puro da noite constelada. (GAZETA DO NORTE, 8 de junho de 1924, p. 3)

Antes mesmo da conexão através da ferrovia, as elites montesclarenses já buscavam os objetos técnicos advindos da Revolução Industrial e representados socialmente como símbolos de progresso e de civilização. Já no final do século 19, a cidade contava com uma indústria têxtil, a Cedro Cachoeira, que operava com máquinas importadas dos Estados Unidos. De acordo com Graça,

em 1882, começou a nossa indústria, mais pelo arrojo dos nossos antepassados, a obstinação dos cometas<sup>15</sup> e tropeiros, sendo todo transporte feito no lombo de burros. A primeira fábrica instalada no Cedro (uma légua e meia da cidade), com a firma Rodrigues, Soares, Bitencourt Veloso. Em 1889 esta fábrica foi incendiada, sendo adquirida, mais tarde, pelo Cel. João Maia, Antônio Augusto Spyer e José Bonifácio. Os sócios insatisfeitos venderam-na para a firma 'Cedro Cachoeira' e finalmente comprada pelo Cel. Francisco Ribeiro dos Santos, de sociedade com o Cel. João Maia (1986, p. 17).

Outro equipamento urbano almejado pelas elites locais, desde muito cedo, foi a iluminação pública e, por extensão, a energia elétrica. Conforme Graça,

em 1912 surgiram os lampiões assentados em pequenos postes de candeias, protegidos contra chuva e vento, com iluminação de azeite, iniciativa da Câmara Municipal, e só na parte comercial, dando muito trabalho e pouco resultado. (...) O Cel. Francisco Ribeiro dos Santos idealizou dotar Montes Claros de luz elétrica com a energia do cedro. Foi uma tarefa difícil e árdua, uma vez que nossa terra não possuía estrada isolada no interior de Minas. E a 20 de janeiro de 1917, às vinte horas, uma luz forte e brilhante, fazendo inveja à presunçosa lua, clareava nossa cidade (1986, p. 16).

---

<sup>15</sup> Representantes comerciais de grandes companhias do Rio de Janeiro e depois de Belo Horizonte que, em viagem, traziam para a cidade as novidades de consumo e os artigos de luxo que aqui classificamos como objetos técnicos simbolizadores do progresso e do desenvolvimento.



Vale lembrar que, até aqui, o progresso era visto como algo que deveria ocorrer naturalmente, ou seja, sem a intervenção do Estado. Sendo assim, as primeiras iniciativas na busca dos objetos técnicos e dos equipamentos urbanos foram ações do setor privado, como nos mostram os dois trechos do trabalho de Graça. Outros objetos com a simbologia do progresso já estavam presentes na cidade antes de sua conexão com a rede do Centro-Sul, como um jornal com as características tipográficas dos jornais dos grandes centros, o cinema – observamos várias chamadas no Jornal *A Gazeta do Norte* para a exibição de filmes. O primeiro automóvel chegou em 1920, “causando grande tumulto e muito susto entre a população”. (LESSA, 1993, p. 132). A água encanada foi uma reivindicação registrada desde 1856, por ocasião da elevação da Vila de Montes Claros à Cidade de Montes Claros, mas só se tornou uma realidade mais próxima quando o Cel. Antônio dos Anjos conseguiu um contrato com o governo para a instalação do serviço na cidade. Mesmo assim, o serviço só foi concretizado em 1938. O Jornal o *Correio do Norte* em edição de 8 de março de 1885 já noticiava o “início da canalização de água para o abastecimento da população”. E informava ainda que, “em maio seria possível a canalização do rio Vieira, com rego de percurso de dez a doze quilômetros até a cidade”. O mesmo Jornal, com um tom de entusiasmo, dá notícias da presença de uma série de outros objetos e equipamentos urbanos, afirmando a simbologia da pretensa vocação da cidade para o progresso. Em edição de 21 de junho de 1885, esse Jornal noticia que em Montes Claros “há dezenove casas comerciais nas quais se vendem fazendas, ferragens, molhados, louças, objetos de armarinho e outros objetos importados; mais de vinte armazéns de gêneros da terra e pequenas tavernas, intendências bem freqüentadas, principalmente aos sábados, e três casas de drogas”. Montes Claros já contava com serviços de correios desde a criação da Vila de Formigas em 1831 e com linha telegráfica desde 1892.

Concluimos, de tudo isso, que a sedução da civilização ocidental e os apelos cosmopolitas dos seus objetos técnicos já se manifestavam anteriormente à chegada da ferrovia. Podemos dizer

até mesmo que a batalha travada pela instalação do terminal ferroviário na cidade foi apenas um episódio dessa trama na busca de “civilização” e que apenas a intensificou e a tornou uma possibilidade mais concreta. Podemos ainda dizer que aquele progresso anterior, especialmente em função das demandas de escoamento da produção geradas pela pecuária e pelas atividades da “Cedro Cachoeira”, foi fator determinante para a vinda da ferrovia para Montes Claros. A essa demanda local, conjugaram-se as intenções integradoras do Estado na busca do ordenamento territorial do país e do Estado de Minas Gerais. Tais intenções foram, inclusive, muito bem utilizadas pelas elites locais como argumento para a transferência da “ponta de trilhos” de Pirapora para Montes Claros. O *Gazeta do Norte*, apresentava crônicas que reivindicavam a instalação de um terminal ferroviário em Montes Claros como parte de um projeto maior, a saber, o projeto estratégico de integração nacional que o Estado levava a cabo e noticiava,

O ramal de Montes Claros, no consenso unânime de todos os bons patriotas, deixa de representar um pequeno, embora respeitável interesse regional, para consubstanciar em si toda grandeza de uma premente causa nacional. Quando o caminho de ferro, que já se encontra no vizinho município de Bocaiúva, penetrar fundo no Sertão esquecido, toda esta imensa extensão territorial que as más estradas e as longas distâncias desligam dos centros mais cultos do país, será, então, verdadeiramente integrada no organismo de Minas, a que trará fortalecimento do seu notável valor econômico, representado na sua variada e cada vez maior produção, que, certamente há de multiplicar-se com a facilidade de transporte. Esse, porém, não é o aspecto mais interessante da questão. Outro de maior vulto e repercussão muito mais ampla se divisa no prolongamento do ramal de Montes Claros e a ligação que por ele se vai estabelecer entre o Norte e o Sul do Brasil (GAZETA DO NORTE, 7/06/1927 p. 7, apud LESSA, op. cit., p. 140).

Esta citação ilustra o espírito que cercava a chegada da ferrovia em Montes Claros: o do sonho do progresso, e do cosmopolitismo; o do desenvolvimento econômico e o da integração ao mundo “civilizado”. É claro que esse discurso vai ao encontro dos interesses das elites locais, já que, não somente elas compartilhavam a expectativa do progresso, como também teriam na conexão com o Centro-Sul a possibilidade de escoamento da produção que era controlada por elas, na região.

### **O sertão nos “trilhos do progresso”: a desestruturação / reestruturação do espaço**

Com a conexão do Norte de Minas aos mercados do Centro-Sul, o comércio na região se expandiu rapidamente e passou a funcionar como a via pela qual chegaram à região os objetos técnicos, as informações e uma nova cosmovisão, o que alterou profundamente os saberes e fazeres característicos da região até então. A monetarização da economia se intensificou. A antiga produção para o atendimento das demandas locais e da própria região, as tendências a auto-suficiência e as técnicas locais de reprodução material e imaterial da vida deram lugar aos mesmos elementos, mas agora provenientes de fora, do ocidente capitalista. Destarte, o capitalismo passa a dominar e a reestruturar, de acordo com as lógicas do mercado, as formas político-econômicas e sócio-culturais locais, e a ser representado socialmente como símbolo de progresso e de desenvolvimento.

Como efeito quase imediato da conexão, podemos destacar a especulação imobiliária. A valorização das terras, após a chegada da ferrovia e como resultado dela, a profunda alteração das formas de uso e manejo do solo, bem como das relações fundiárias. Transformadas em propriedades privadas de tipo capitalista, com sua produção quase que inteiramente voltada para o mercado, as terras foram apropriadas por uma minoria detentora de algum capital ou de informações que lhes dava as condições para tal. A antiga massa de agregados e de parceiros dos antigos fazendeiros foram privadas dos seus meios de subsistência e do acesso à terra e passaram a constituir um grande contingente humano, que migrou para as cidades posicionadas como pólo na nova rede urbana que, nesse processo, em termos demográficos, cresceram cada vez mais. Os saberes e fazeres típicos da região foram então, mais do que nunca, representados socialmente como símbolos de atraso e de ineficiência, ou como produtos do conhecimento popular, não científico e racional, incapazes

de dar conta da produção na escala exigida pelo mercado, e por isso mesmo considerados menos eficientes.

Até mesmo a massa de antigos parceiros e agregados, buscou sua inserção nesse novo mundo “civilizado” como estratégia de sobrevivência. Até porque as estratégias de sobrevivência anteriores foram desestruturadas, o que criou a visão da impossibilidade do retorno ao que eram. Tanto para as elites quanto para as massas de trabalhadores, parecia restar apenas uma alternativa, ir em frente, rumo ao progresso, que agora aparece como obrigação. Todos buscam se reinventar nesse processo. As resistências, quando houveram, não estavam relacionadas com a rejeição à ocidentalização em curso. Elas, quando muito, nada mais foram, e têm sido, do que uma busca de alternativas ao progresso, com maior ou menor justiça social.

Até mesmo atividades fundantes da região, desenvolvidas com técnicas locais ao longo do tempo, foram reinventadas e cada vez mais tecnificadas, cientificadas em favor das pretensões produtivistas e do lucro. Tomemos como exemplo o caso da pecuária. De acordo com Oliveira et. al., “a organização do comércio de bovinos, por exemplo, se vê alterada. O Município (Montes Claros), que antes centralizava todo o comércio bovino, passou a deter o controle apenas do comércio do boi magro, destinado às áreas de invernadas” (2000, p. 47). Segundo Paula,

com a aproximação da Central do Brasil (1924), o nosso comércio de gado começou a sofrer modificações, pois daí em diante passaríamos a vender o boi gordo, para os marchantes e frigoríficos, sendo o Cel. Antônio dos Anjos o primeiro a exportar gado gordo em grande escala.

Nossos campos de criação e matas seriam em breve transformados em extensas invernadas para engorda.

Os marchantes e frigoríficos nos compram o gado em um sistema de confiança – o nosso boiadeiro entrega o gado, não recebendo nenhuma garantia, a não ser a palavra do comprador. Em alguns casos o comprador, a fim de pagar a boiada, sacava o dinheiro no banco com aval do vendedor. Desses e de outros expedientes de crédito fez largo uso um boiadeiro riograndense em Curvelo – Miguel Olivé – aqui apresentado com uma falsa auréola de riqueza (1978, p. 89)

Paula nos dá notícia de transformações nas relações entre os latifundiários e as massas camponesas que, nesse processo desestruturante, ficarão cada vez mais expropriados das possibilidades de propriedade e de uso da terra, para dar lugar às atividades de engorda do gado que, a partir de então, abastecerá os frigoríficos. Notamos também no trecho acima o registro da monetarização da vida local. Foi exatamente nesse ambiente criado pela chegada ferroviária que se instalaram os primeiros bancos na cidade.

Mas não é objeto deste trabalho a retenção apenas nas questões econômicas e fundiárias. Nossa preocupação maior nesse processo de desestruturação / reestruturação é com a cidade, com o espaço urbano, especialmente com o seu *layout*, que será transformado em favor da presença dos objetos técnicos e dos equipamentos urbanos – do sistema de objetos – simbolizadores do progresso e do desenvolvimento.

Em *As Cidades nos Países Subdesenvolvidos*, Milton Santos afirma que, “tanto do ponto de vista da organização regional, como do ponto de vista da organização interna, a cidade é, enfim, uma autêntica e total representação da região a que preside e do mundo com a qual comercia” (1965, p. 14). Nesse trecho, o autor enfatiza a cidade como expressão desse subdesenvolvimento que, ao mesmo tempo, contém o germe de sua evolução e de sua renovação. Para Santos, os problemas da cidade se confundem com os problemas do próprio país no qual se encontra inserida; define assim, de modo sutil, o significado de cidade e propõe a utilização do conceito ‘cidade’ como noção, como categoria de análise. Ainda de acordo com o autor,

(...) a cidade é, antes de tudo, definida por suas funções e por um gênero de vida, ou, mais simplesmente, por uma certa paisagem, que reflete ao mesmo tempo essas funções, esse gênero de vida e os elementos menos visíveis, mas inseparáveis da noção de ‘cidade’: passado histórico ou forma de civilização, concepção e mentalidade dos habitantes (1965, p. 14).

A cidade é um lugar no qual a centralidade da região está concentrada. Esse fato decorre da atuação de duas forças de organização relacionadas com sua organização interna e sua organização regional. Uma organização está intrinsecamente dentro da outra. É impossível compreender o centro sem compreender sua não-centralidade. Partindo desse pressuposto, acreditamos que o papel da cidade no desenvolvimento da região, no espectro de relações sociais e na formação das forças produtivas nela presentes, é importante no processo de compreensão da rede de relações presentes no lugar e fora dele. Para Santos,

a cidade não tem poder para forçar a evolução regional de que depende o seu próprio desenvolvimento. As possibilidades de evolução regional são criadas fora da região e da cidade, de acordo com os interesses do mundo industrial (...) tanto maior o subdesenvolvimento regional, tanto menos a cidade tem força para modificá-lo, tanto mais ela se ressentida da pobreza de sua zona de influência (1965, p. 7).

Observamos, nesse trecho a idéia de cidade como um lugar que preside e está intimamente relacionado com a região. Conjuntamente com o papel da cidade no processo de formação e reprodução do capital, é visível ainda seu papel como aglomerador de diferentes espaços. O capitalismo tem se mantido através do tempo pela conquista, incorporação e integração do espaço ainda não-capitalista para poder formar o capital. Esse processo de formação do capital encontra-se, sem dúvida, incrustado na organização das cidades e na sua relação com as regiões próximas e distantes, tanto em termos geográficos quanto em termos sociais, históricos e econômicos.

Podemos considerar que em um determinado lugar verifica-se a possibilidade de coexistência de temporalidades históricas diferentes que determinam, por sua vez, relações sociais e econômicas distintas. As relações sociais e econômicas podem ser consideradas como distintas com relação às formas de acumulação do capital e da sua organização.

Na cidade, existem pólos de tecnologia muito avançados, centros empresariais e financeiros completamente inseridos no contexto mundial, ao lado de locais de temporalidades históricas muito diferentes das do capitalismo pós-Revolução Industrial. Essas diferentes temporalidades históricas são importantes na formação do capital, que se dá através da apropriação pelo capital da efetiva exploração de mão-de-obra e da acumulação primitiva que se realiza em determinado local. As cidades são também importantes na reprodução do capital. Essa reprodução acontece no capitalismo da grande indústria; a fábrica é o local de subsunção real do trabalho ao capital. E é na cidade que se pode considerar a possibilidade de uma (re)produção do capital. A (re)produção comporta temporalidades históricas complexas, que envolvem uma gama miscigenada de temporalidades sociais e econômicas e acumulação, utilizando de forma conjunta a subsunção formal e real do trabalho ao capital. Desse processo de formação e (re)produção do capital nas relações que têm como lugar de realização: a cidade, verifica-se o quanto ela pode ser estudada como parte integrante do movimento capitalista.

Percebendo essa sutileza, podemos investigar o objeto ‘cidade’, tanto a cidade no contexto de um país subdesenvolvido, quanto em outros contextos, através da ótica do movimento do capital, com a preocupação de compreensão do desenvolvimento do capital como parte integrante do desenvolvimento do local e do global.

O movimento do capital tem como um de seus principais ‘motores’ a troca. Partindo do estudo da troca, pode-se compreender esse movimento. Na afirmação de Santos, acima, percebemos essa preocupação quando o autor menciona a relação da cidade com o mundo com a qual comercia. Essa inserção significa estudar, a partir da generalização da mercadoria, a posição da cidade, em especial da cidade localizada nos países subdesenvolvidos.

Montes Claros, a partir de sua conexão com a rede urbana do Centro-Sul, com suas pretensões cosmopolitas, incorpora em seu *layout* os símbolos desse cosmopolitismo, mas, ao

mesmo tempo, reproduz localmente, no espaço urbano interno e no espaço externo da sua área de influência, as contradições derivadas da expansão capitalista e do seu principal motor, as trocas e a acumulação de capital. Nesse processo, as relações de classe, típicas do sistema capitalista, se farão presentes na conformação do espaço e o reaparelhamento da cidade não somente será resultado dessas novas relações, já que as relações baseadas nos princípios da reciprocidade serão dissolvidas, mas também procurará, através de uma nova disciplina urbana, simbolicamente, representar o moderno, o desenvolvido, o civilizado. É nesse contexto que, buscando os símbolos do desenvolvimento quase que como uma obrigação, Montes Claros tentará compor um *layout* urbano que a representará, tanto externamente na sua área de influência e além dela, quanto internamente para a sua própria população, como a cidade do progresso. Nos jornais da cidade, encontramos, logo após a chegada da ferrovia, inúmeras expressões reforçadoras dessa imagem que se tentava associar à cidade. Expressões como: “O trem de ferro chegou acelerou o progresso em todos os setores, educacionais, sociais, religiosos e comerciais” (*Gazeta do Norte*, 19 de julho de 1928, p. 2), ilustram bem a pretensão cosmopolita que se instalou na cidade.

Desde então, o *layout* da cidade será alterado e nele uma nova disciplina urbana será implantada para dar conta desse pretense cosmopolitismo. Algumas ruas já estavam calçadas desde 1922. De acordo com Paula, a administração de Mário Versiane Velloso, em 1918, “apesar do pequeno rendimento da Câmara, executou várias obras, entre elas o calçamento de grande parte da cidade. Construiu o primitivo jardim da praça Dr. Carlos, adquiriu o terreno e providenciou a construção da cadeia local, doou o terreno do Asilo São Vicente de Paula” (1978, 181). Sobre o mercado e os feirantes, várias medidas de disciplinarização, tanto de suas atividades, quanto do espaço, foram tomadas. Medidas estas que tinham cunho sanitaria



e urbanista. A partir da visão cosmopolita, que tomou conta da cidade, Graça ilustra a imagem do mercado e dos antigos feirantes:

Quem não se lembra do nosso antigo Mercado Municipal, que durante anos dominou a Praça Dr. Carlos?

*Por alguns, era considerado um prédio feio, grotesco e mal construído. Mas, para outros, ele era o máximo!*

Em 1897, quando então presidente da Câmara o Dr. Honorato Alves, comerciantes daquela praça fizeram ofício pedindo-lhe a *construção de um mercado moderno* que satisfizesse as necessidades da nossa sociedade (...)

(...) e em setembro de 1899, sendo presidente da Câmara Simeão Ribeiro dos Santos, o mercado foi inaugurado solenemente.

Um enorme casarão branco (tipo chalé) com quase 30 metros de frente e 32 de fundos, com sete cômodos de cada lado, para vendas, onde se instalaram os comerciantes daquela época.

Ao centro, uma enorme área vazia *onde os tropeiros e bruaqueiros espalhavam suas bruacas*. Mais tarde, ampliaram-no, com uma torre de 17 palmos, onde colocaram um Regulador Público, que foi inaugurado em 1906, com muita festa, já no Governo de Honorato Alves.

Os bruaqueiros, com enorme variedade de mercadorias, iam com suas mercadorias, chegando desde a madrugada e enchendo o mercado.

A frente, o fundo e o centro do mercado ficavam cheios, não havia lugar para passar, a gente entrava empurrando, esbarrando-se nos outros, pulando por cima das bruacas cheias de mercadorias.

No fundo do mercado, do lado de fora, ficavam os animais, e também bruacas espalhadas pelo chão. Muito fumo de rolo e cachaça em ‘banquinhas’ atrás do mercado. Era o paraíso dos roceiros.

Um cheiro forte de pinga e fumo se espalhava em todo o mercado e, para comprovar a fatura da feira, no final do dia, haviam sempre bruaqueiros ‘escornados’ no chão, dormindo com chapéu no rosto, protegendo-se do sol.

Este espetáculo durou anos. *A cidade cresceu e, aos poucos, tudo foi se modificando por causa da civilização.*

O Mercado Municipal, anos depois, foi demolido. A Praça Dr. Carlos perdeu seu companheiro. A cidade assistiu, tristemente, àquele espetáculo como se fosse o enterro de um amigo.

*E, com isto, a cidade vai se descaracterizando, perdendo seu encanto natural, os casarões e sobrados, que nos lembram histórias do passado estão desaparecendo* (1986, p. 65-6).

As figuras 11 e 12, abaixo, mostram aspectos do antigo Mercado Municipal de Montes Claros. Na figura 11, vê-se fachada posterior do edifício, o gado disposto em frente ao mercado.

Na figura 12, vemos os feirantes, as “bruacas e bruaqueiros” mencionados por Graça.

Figura 11



Mercado Municipal de Montes Claros em 1937 (?). Fonte: PAULA, Virgílio. Arquivo Pessoal.

Figura 12

Bruacas e bruaqueiros. Feirantes no Mercado Municipal de Montes Claros na década de 1940.  
Fonte: PAULA, Virgílio. Arquivo Pessoal.

Percebemos nessas iniciativas disciplinares do espaço urbano os objetos técnicos proferindo um discurso próprio, passando, pela sua simples presença, que possuí-los é estar no mundo do progresso e do desenvolvimento e, ao contrário, não possuí-los é estar no passado, no atraso e na pobreza. Antes mesmo da chegada da ferrovia a Montes Claros, já havia uma intenção ordenadora e disciplinadora do espaço que imprimia a imagem do atraso às formas locais de reprodução da vida e aos elementos novos, trazidos pela reordenação do espaço, a imagem do progresso e da civilização. Desde o século 19, várias deliberações do poder público e várias leis aprovadas pela Câmara Municipal demonstram a adesão das elites locais a essa intenção ordenadora do espaço urbano.

Já no dia 25 de julho de 1833, temos uma deliberação da Câmara Municipal com intenção disciplinadora do espaço urbano. Tal deliberação obrigava os habitantes da vila a “manter suas casas fechadas quando eles estivessem ausentes, afim de evitar a entrada de animais e conseqüentes estragos. Multa de 2\$000 e dois dias de cadeia” (apud. PAULA. op. cit., p. 287). Em 29 de abril de 1836, “deliberou-se numerar as casas do limite urbano da vila”. Em 11 de julho de 1837, decidiu-se que “se oficiasse ao Juiz de Paz dizendo que a Câmara vê com grande mágoa o número de vadios e desempregados, entre eles menores a pedir esmolas, gente inútil e pernicioso” (idem.). Em 10 de julho de 1841, o Cel. José Rodrigues Prates propunha a proibição da utilização de todas “as armas ofensivas e defensivas” (idem.). Em outubro de 1845 dava-se autorização para a construção de “4 cisternas públicas na várzea e duas além do rio”, o que podemos considerar como um prenúncio da instalação da rede de água na cidade. Em dezembro de 1848, a várzea foi transformada em logradouro público e recebeu autorização para “edificações no seu interior”, o que demonstra um passo na expansão da mancha urbana. (todas as citações neste trecho são de PAULA, 1978)

Em documentos da Câmara Municipal, também do século 19, encontramos vários pedidos de autorização para a construção de sobrados, estabelecimento de casas comerciais e residenciais. Havia ainda deliberações que diziam respeito ao tamanho dos imóveis urbanos, como a demanda de 12 de julho de 1877, apresentada por Antônio Gonçalves Chaves Jr., que exigia (esse é o termo constante da demanda) a obrigatoriedade de que “todos os edifícios a serem construídos tivessem 13,50 metros de frente somente a casa ou completado com muralhas do formato e altura de casa. O construtor que desobedecesse a lei seria punido com oito dias de prisão e 30\$000 de multa” (CHAVES, apud, PAULA, op. cit., p. 290). É também interessante, no contexto desta dissertação, notar como, desde o século 19, a instalação na cidade dos chamados objetos técnicos já era noticiada como sinal de chegada da “civilização”. O *Correio do Norte*, de 20 de julho de 1884, noticiou:

Novo estabelecimento: Cabeleireiro. Lino de Figueiredo avisa ao respeitável público que acaba de abrir um estabelecimento de cabeleireiro e barbeiro, na praça da Matriz desta cidade, onde se corta e pentea-se cabelos e se faz barba com toda perfeição e esmero; convida as pessoas que quiserem utilizar desta comodidade, e participa que também atende a chamados para as casas dos fregueses, tudo por modica retribuição (*Correio do Norte*, 20 jul. 1884, p. 4).

O mesmo jornal comentou o fato nos seguintes termos: “Merece auxílio mais esta vantagem que o Sr. Lino proporciona à população desta cidade, que cada dia caminha para a civilização, facilitando aos habitantes e às pessoas aqui chegadas as mesmas comodidades, de que goza nos lugares mais adiantados” (idem).

Permitimos-nos, aqui, uma digressão: o vestuário, os hábitos de higiene e a aparência pessoal serão também objetos de desestruturação / reestruturação, uma vez que tais aspectos, como eram praticados pelos sertanejos, serão representados como símbolo de atraso e de não civilização, ou seja, a busca do progresso exigirá das pessoas uma aparência que também o simbolize. Spix e Martius descreveram assim os sertanejos: “O sertanejo é criatura da

natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos os que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir” (1981, p. 76). No anúncio e nos comentários da *Gazeta do Norte* citados, nota-se a busca de novos hábitos de higiene e de aparência pessoal, mais condizentes com o novo mundo que o progresso vai construindo.

Pelo final do século 19 e início do 20, mesmo antes da conexão mais efetiva com a rede do Sul, a chegada dos objetos técnicos e dos símbolos do progresso e da civilização continuou: “A 17 de fevereiro de 1893, o farmacêutico Joaquim Teixeira Chaves de Queiroga requereu providências contra o exercício legal de farmácia em Montes Claros”. “Os primeiros gramofones foram vendidos pela firma Rabelo e Paula, à prestação (...). Os preços variavam de 25\$000 a 50\$000, e 5\$000 por mês (1912)”. “A primeira bicicleta pertenceu a Jesuíno Meireles, que fez a estréia na ocasião da ‘festa de agosto’, em 1900”. “O primeiro W.C. moderno com descarga foi construído na fábrica de tecidos de Costa & Cia., em 1912”. A casa de família que se utilizou primeiro desse melhoramento foi a do Sr. José Augusto de Castro, em 1920 (...)” (PAULA, op. cit. p. 291).

Enfim, muito antes da chegada da ferrovia ao Norte de Minas e, em especial na cidade de Montes Claros, já havia, pelo menos pelas elites locais, uma propensão para o progresso e para a nova disciplinarização do espaço e dos hábitos cotidianos que ele exigia. Em Paula encontramos: “29 de junho de 1885 – Neste dia viram os habitantes desta cidade de Montes Claros pela primeira vez, um trole puxado por cavalo em suas ruas. É o trole do Sr. James, maquinista inglês da Fábrica de Tecidos desta cidade. ‘Um trole no Sertão!’ Viva o Progresso!’. (Sílvio Teixeira)” (PAULA, 1978, p. 290).

Estamos utilizando muitas citações dos trabalhos de alguns memorialistas montesclarenses e cremos que isso merece um esclarecimento. Praticamente todos eles pertencem ou pertenceram

às elites da cidade. São, portanto, reprodutores do pensamento e transmissores dos valores daquele segmento social. A maioria deles atuou como assíduos defensores do progresso e do desenvolvimento. Contudo, a partir da década de 1950, quando surgiu um novo discurso fundante da cidade, o da sua vocação para o progresso e para o desenvolvimento, os memorialistas não eram mais do que elementos de um conjunto mais amplo. Para justificar e afirmar a imagem de Montes Claros como cidade do progresso, era necessária a construção de uma história da cidade. Aliás, toda cidade que progride, como querem os defensores disto, tem que ter história. É bom lembrar que no Ocidente, só se considera como tendo história aqueles povos que superaram o seu estágio de barbárie e iniciam, a partir de fatos como advento da escrita, do fogo e do ferro, sua trajetória rumo ao progresso.

Nessa acepção, os memorialistas foram peças fundamentais na criação de uma memória que vinculou a história de Montes Claros à idéia do progresso. Passou-se a buscar então, nas origens da cidade, tal vocação. Muito se esforçaram os memorialistas para, inclusive, creditar à cidade a posição de pioneira de várias conquistas do progresso: uma das primeiras cidades do país a possuir água tratada, uma das primeiras do interior a contar com iluminação pública, são afirmações que encontramos de forma recorrente em suas obras. Ademais, muitos deles, entre os quais o médico sanitarista e articulista político, Dr. Hermes de Paula e o engenheiro e historiador, Simeão Ribeiro Pires, ambos com atuação destacada na vida política de Montes Claros e adeptos militantes do progresso, foram peças importantes na construção dessa memória que vincula a cidade à vocação para o progresso. Hermes de Paula foi, inclusive, vice-presidente de uma sociedade chamada “Amigos do Progresso”, fundada em 1947. Por ocasião da organização da festa do centenário de Montes Claros, foi escolhido presidente da comissão organizadora daquela festa exatamente por, de acordo com Pereira, ser ele “o homem ideal para executar o projeto Montes Claros Centenária e perdeu as eleições

municipais de 1951 pela ala liberal do PSD (Partido Social Democrático) e mesmo assim desfrutava de largo prestígio social, auxiliava dezenas de entidades filantrópicas, era ‘intelectual, escritor e ‘historiador’ (estava escrevendo naquele momento o livro *‘Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes’*)” (2002, p. 53).

É claro que há um comprometimento bastante estreito dos memorialistas com a idéia de progresso e com a construção da memória de uma cidade com vocação política, cultural e social para tal. Mas é, principalmente, um compromisso com as elites locais. Porém, não devemos descartar seus trabalhos como fonte de pesquisa, desde que utilizemos como critério para interpretação de seus trabalhos a análise do discurso. Assim, encontraremos em seus escritos valiosa fonte para estudo e interpretação da história de Montes Claros e do Norte de Minas Gerais.

### **O efeito JK**

Da década de 1930 até a de 1950, esse processo de busca com um fervor quase religioso, como uma cruzada que deverá eliminar os inimigos do progresso e a heresia de criticá-lo, se intensificará. Da construção de uma nova catedral, concluída em 1950, passando pela instalação de agências bancárias, à construção de prédios para a acomodação de órgãos públicos e pela criação de associações como a Associação Comercial ou o Sindicato Rural, o que se estava buscando era a ordenação do território em função das novas relações de classe e das transformações operadas pela conexão da cidade à rede urbana do Centro-Sul. Porém, a festa do centenário da cidade é que será um marco na reconstituição do espaço urbano, no sentido de sua readequação às exigências do mercado e da projeção da imagem do progresso, da civilização e, agora, do desenvolvimento. Nesse contexto, a visita de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, a Montes Claros, quando da sua campanha para a presidência da República em

1955 e o simples fato de ser JK visto como “um filho da terra”, “um norte-mineiro”, associado à sua visão desenvolvimentista, funcionou como um potencializador dos sonhos de progresso da elite local, principalmente porque JK nomeou para a secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado o ex-deputado montesclarenses José Esteves Rodrigues. Já nesse momento, JK assumia o compromisso de garantir para a cidade de Montes Claros serviços como o de telefone, o de energia, o de água e a ligação rodoviária com Belo Horizonte.

Naquela ocasião, muito reclamavam os políticos mantesclarenses e norte-mineiros da situação de abandono a que estava relegada a região por parte dos Governos do Estado de Minas Gerais. JK surgiu então como a chance de aproximação e da conquista de benefícios e verbas para a região provenientes do governo estadual e, depois, quando da sua eleição para a chefia do executivo nacional, do governo federal. Com esse objetivo, e como exigência do próprio JK, as facções políticas do PSD e os políticos ligados ao (Partido Republicano) PR – PSD e PR aglutinaram as forças políticas que disputavam o poder político local e assim, contemporizaram e esqueceram suas divergências como forma de viabilizar os investimentos do governo estadual na cidade. De acordo com Pereira, o Deputado montesclarenses Teófilo Pires, em discurso, deu conta da situação. Segundo o autor, o deputado “Fez a propaganda da cidade: ‘oficina do progresso’, ‘núcleo de trabalho’; identificou a causa dos problemas: os conflitos políticos; e apontou a solução: a conjugação das forças políticas para barganhar com o Estado os investimentos que as elites e a população locais requeriam” (2002, p. 51).

A visão desenvolvimentista de JK, que tanto influenciou a elites montesclarenses, remonta aos tempos de Getúlio Vargas. Em 1933, o diamantinense fora secretário de governo de Benedito Valadares em Minas Gerais. Em 1934, elegeu-se deputado federal. O golpe de 1937 suspendeu as garantias constitucionais, no entanto, Valadares permaneceu como governador e nomeou JK prefeito de Belo Horizonte (1940-45). É nessa gestão de JK que



encontramos mais claramente as ações baseadas no desenvolvimentismo. Como prefeito da capital do Estado, “Entre outras iniciativas, fez a famosa obra da Pampulha, que abriu enorme espaço urbano e moderno, à cidade (...). O projeto da Pampulha era em grande escala e implicava não apenas idéias, mas efetivo desenvolvimento urbano” (FERNANDEZ, in: GOMES, 2005, p. 228). Depois JK foi deputado federal (1946-50) e governador de Minas Gerais entre 1951-55. De acordo com Fernandez, nesse período “ele mostraria que sua visão havia amadurecido” (idem). Como governador de Minas, já preconizando a política desenvolvimentista que se fará mais visível quando do seu mandato presidencial, JK escolheu como eixo central de sua ação governamental o binômio energia e transportes, que ficou conhecida como “Programa de Metas”. O fato é que, desde o seu mandato como chefe do executivo municipal de Belo Horizonte, JK já havia colocado em prática sua política desenvolvimentista e, essa política, entusiasmará as elites interioranas de Minas Gerais, na sua busca pelo progresso e pelos objetos técnicos cuja simples presença no espaço é representada socialmente como sinal de desenvolvimento e de ingresso no mundo civilizado. E tal influência, apesar da distância que guardava o relacionamento do Norte de Minas e de Montes Claros especialmente com os governos estaduais anteriores, se manifestará com uma considerável intensidade nessa cidade norte-mineira que agora se apresentará como a “oficina do progresso”.

### **A festa do centenário e um novo discurso fundante para a cidade: a forja de uma nova identidade**

Segundo Antolini e Bonello, “as cidades guardam sentidos que lhes são inerentes desde a origem, constituindo elementos que estão na base do seu discurso fundante, e geram o desejo de cidade” (1994, p. 13-22). O primeiro desses sentidos é o de agrupamento, a idéia de viver em conjunto que embasa os laços sociais e confere atributos à própria civilização. O nascimento da

cidade não é outra coisa senão a passagem do ser humano de uma vida nômade e dispersa para uma vida sedentária e gregária. O segundo sentido é o da proteção. De acordo com os dois autores, “desde a origem, a cidade tornar-se-ia esse lugar ambíguo destinado a proteger da violência um conjunto de homens, ao mesmo tempo em que deixaria de ser um lugar de luta, onde, acordados em torno de sua proteção, alguns homens aterrorizam outros” (1994, p. 19). O terceiro sentido é o da interdição, ou seja, o da lei e da ordem. A ele se associam os sacrifícios, os rituais e os mitos. A segurança interna e a vida comunitária exigem um mínimo de interdição como garantia de sua manutenção. Assim, a cidade relaciona-se diretamente à fundação da lei, uma vez que, de um lado, funda a civilização e proporciona proteção e segurança ao homem, de outro, facilita o controle e estabelece os limites de sua ação. Para Antolini e Bonello, “A cidade é portanto este lugar onde se inscreve o discurso simbólico do interdito, tradução cotidiana e concreta ‘desse discurso que nos fabrica’ (...). A cidade não pode parar de produzir a *mise en scène* da lei, ou seja, de nos religar ao seu discurso de fundação” (1994, p. 135).

O discurso fundante da cidade, por sua vez, já que se baseia nos sentidos da cidade, associa-se a finalidades políticas, econômicas e culturais e toma formas particulares para cada cidade: o Rio de Janeiro é a cidade maravilha; Nova Iorque é a cidade da liberdade, das oportunidades e do progresso técnico; Jerusalém é a cidade da poesia religiosa; São Petesburgo é a janela para o ocidente. Para Antolini e Bonello, “a perda do seu discurso de origem representa a própria perda da razão de existência simbólica da cidade, gerando um sentimento de não-pertencimento e de descrença nas suas leis” (1994, p. 147). Podemos concluir daí que, mesmo que haja um contrato (leis orgânicas, constituições, códigos de postura), não haverá um pacto que viabilize satisfatoriamente a vida entre as pessoas no espaço da cidade, se não houver um desejo de cidade expresso num pacto cívico territorial, do qual os cidadãos se sintam parte. O cidadão é o indivíduo

normatizado, vivendo sob normas construídas pelo desenvolvimento material e cultural da sociedade a que pertence, cujo acordo se dá por um contrato social regulado pelo Estado.

O contrato social entre as pessoas, firmado na sociedade e que pauta suas práticas, é traduzido, no nível da cidade, num pacto político territorial dinâmico, que se renova. Esse pacto liga-se também à herança histórica e cultural da sociedade e estabelece uma espécie de estatuto de convivência entre as pessoas, para que a cidade cumpra as finalidades presentes em seu discurso de origem. A cidade é, por assim dizer, o território do exercício do poder e seu pacto social deriva da disputa entre classes, grupos, corporações e indivíduos que a compõem, delimitando territórios onde se materializa a luta pelo espaço urbano. As transformações estruturais no espaço urbano são, então, uma expressão da renovação do seu pacto político-territorial. E isso pode ser demonstrado pelas reformas urbanas decorrentes da industrialização do século 19, que mudaram o *layout* das grandes cidades dos países industrializados, reformas modeladas pelas exigências da modernização e da moral burguesa. Esse pacto – o da cidade burguesa – insere-se no contexto da modernidade e exige um novo *modus vivendi*, compatível com o progresso material da sociedade, como também exige uma delimitação mais clara entre os espaços públicos e privados e suas respectivas regulações, ampliadas com a intensificação da urbanização. Assim, as grandes cidades e depois as médias, com seus sonhos cosmopolitas, pleiteiam a imagem de modelo de civilidade e projetam o ideal de cidade e de civilização.

Em Montes Claros, a busca desse discurso de origem ou fundante e a possibilidade dele advinda, da coesão social que mascara as desigualdades e diferenças de classes existentes, é perceptível em dois momentos. O primeiro, quando da elevação da Vila dos Montes Claros à categoria de Cidade de Montes , em 1857. O segundo, quando da visita de Juscelino Kubitschek à cidade, momento em que, buscando a realização dos seus sonhos cosmopolitas, as elites montesclarenses se uniram em busca dos favores do governo estadual para efetivar na cidade a

presença dos objetos técnicos e dos equipamentos urbanos que simbolizavam progresso e desenvolvimento. Nesse momento, a cidade começou a se representar como a “oficina do progresso”.

Quando da elevação de Montes Claros à categoria de Cidade, pela lei nº 802, de 3 de julho de 1857, podemos perceber, nos discursos das elites locais, a visualização da possibilidade da cidade se libertar da imagem de cidade sertaneja e de ganhar, no seu discurso fundante, a imagem da cidade do progresso. Desde os tempos de vila, já estavam presentes alguns símbolos do progresso e este, entendido a partir das bases ocidentais de compreensão da vida humana. A própria elevação da vila à categoria de cidade faz parte da construção dessa imagem progressista pretendida pelas elites locais. Segundo Graça, “a vila já desfrutava de todas as regalias de cidade propriamente dita” (1986, p. 15). Para Paula, “poucos benefícios a transição nos trouxe, pois a nossa vila já desfrutava praticamente de todas as regalias de cidade – era independente em política e administração; era cabeça de comarca, com juiz de Direito e Municipal; possuía cartórios etc. etc.” (1978, p. 17). Naquele momento, o discurso de origem estava baseado na idéia da centralidade e da representação da cidade como a principal do sertão norte-mineiro e destinada a receber os toques civilizatórios do Ocidente. O *status* de vila, entendia-se, não era condizente com a realidade local. A consideração de cidade era mais adequada para a realidade material existente, pensavam os homens da época. Daí em diante, a cidade receberá, paulatinamente, de início, pelas mãos de empreendimentos privados, os objetos técnicos e os equipamentos urbanos, como já vimos anteriormente, e depois, com mais intensidade, pela ação governamental a partir de uma intenção integradora e ordenadora do território. Foi nesse contexto que chegou à cidade a ferrovia, libertando os sonhos de centralidade regional, pólo de desenvolvimento e de cosmopolitismo das elites locais. A ferrovia foi, em última instância, a grande ação para o progresso. Segundo Paula, quando da chegada dos trilhos, “Poliodoro Figueiredo, velho

professor, sentiu o despertar das energias adormecidas e seu estro vibrou mais uma vez”.

Poliodoro escreveu um poema apologético deste fato:

O centro está marcado – é Montes Claros  
 – o ‘coração robusto do sertão’  
 Onde o foco de luz se irradiará  
 Com mais intenso e rútilo clarão.  
 Vede: as ruas se alargam, já se estendem  
 Com novas casarias, que resplandecem.  
 Pela encosta suave da montanha  
 Que o rio Verde Grande, fértil, banha.  
 Automóveis coleiam para o norte  
 Sem respeito, sequer, ao contra-forte  
 Da Serra do Espinhaço... a máquina apita  
 E os grandes chapadões do norte agita!  
 Agora sim, terra sertaneja  
 Nova seiva de vida, já poreja  
 E da locomotiva o grito acode  
 Do passado o torpor bate e sacode.  
 Vai se aumentar a farta sementeira;  
 Os rebanhos do campo e da lareira,  
 As chamas do conforto e da alegria!  
 Há no espaço mais notas de harmonia.  
 E novas esperanças.  
 O centro está marcado – é Montes Claros  
 – a Princesa – o Milagre do Sertão  
 Como o chamou dos filhos seus preclaros  
 O mais ilustre – d’alma e coração. (1978, p. 31-2)

A poesia acima ilustra bem o discurso da centralidade que não era um discurso novo, mas que vai, a partir daí, se intensificar e evoluir para o discurso da vocação para o progresso, que será o novo discurso fundante da cidade, conformado principalmente a partir da festa do centenário, em 1957.

Na década de 1950, o município de Montes Claros estava limitado ao Norte por São João da Ponte; a Leste por Francisco Sá e Juramento; ao Sul por Bocaiúva e a Oeste por Jequitaiá, Coração de Jesus e Mirabela. Era dividido em 9 distritos, a saber, Miralta, São Pedro do Garça, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda, Aparecida do Novo Mundo, Ermidinha, Tabua, Vila Nova de Minas e Montes Claros. Com uma superfície de 3.813 quilômetros quadrados, evoluíra demograficamente de 42.000 habitantes em 1884, para 89.373 em 1907,

90.714 em 1908, 92.075 em 1909, 93.456 em 1910, 94.858 em 1911, 74.444 em 1912 – redução observada a partir do desmembramento dos distritos de Extrema, Coração de Jesus e Jequitaiá – para chegar em 1950 a 72.557 (dados preliminares do IBGE) ou para 80.000 habitantes, como pretende Hermes de Paula, em obra citada, com 13.972 habitantes vivendo na cidade<sup>16</sup>.

Neste momento, a cidade já estava conectada ao Centro-Sul, pela ferrovia, e possuía energia elétrica fornecida pela Central Hidro-Elétrica de Santa Maria – considerada insuficiente – ; um sistema de tratamento e distribuição de água sonhado desde o século 19, porém implantado somente na administração do prefeito Alfeu de Quadros (1947-50); contava com escolas de ensino elementar, os chamados grupos escolares, a maioria deles sob responsabilidade do município, uma Escola Normal, para o ensino colegial – atual ensino médio – , um seminário, um outro colégio fundado e comandado pelas Irmãs do Coração de Nossa Senhora – atual Colégio Imaculada Conceição; delegacia de polícia; o *status* de comarca jurídica; pelo menos oito indústrias, sendo a maioria delas empreendimentos privados sem subvenções governamentais; contava com pelo menos 15 agências bancárias; um mercado municipal, que recebia e comercializava a produção das localidades próximas da cidade; exportava um sem número de produtos, a maior parte deles de origem animal ou agrícola e importava principalmente produtos industrializados (PAULA, 1978 pp. 93-151). Segundo Paula, “a importação é quase ilimitada, principalmente de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio e São Paulo, por estrada de ferro, caminhões e aviação. Há grandes casas atacadistas, que vendem aos municípios do Norte de Minas e Sul da Bahia” (1978, p. 95). Ou seja, Montes Claros, àquela época, já cumpria sua função de centro regional e distribuía os

---

<sup>16</sup> Fonte: IBGE – População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912); com o crescimento médio anual (1872-1912). Anuario estatístico do Brazil 1908 - 1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927. Anuário estatístico do Brasil, 1950. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, 1951.

importados para a região. Enfim, na cidade já estavam presentes quase todos os serviços, equipamentos urbanos e objetos técnicos que simbolizam o progresso e o desenvolvimento.

A presença de tais objetos e equipamentos urbanos, como já apontamos, mais intensa após a chegada da ferrovia, não que eles não estivessem presentes anteriormente, funcionará como um agente reforçador e legitimador do discurso do progresso e do desenvolvimento que, especialmente a partir da década de 1950, ganhará a sua feição atual de obrigatoriedade ou, como nos diz Rist, “como um elemento na religião da modernidade” (1997, p. 21). O papel simbólico dos objetos técnicos em favor do desenvolvimento, bem como o próprio desenvolvimento, se tornou mais ativo e intenso, porque esse processo já vinha ocorrendo anteriormente, como fator solvente das lógicas, conhecimento, técnicas e cultura locais.

Nesse ambiente foi realizada a festa do centenário de Montes Claros. A festa foi pensada quando da visita de JK à cidade, então governador de Minas Gerais e candidato à presidência da República. Tinha objetivos que iam muito além da simples comemoração dos 100 anos da elevação da Vila de Montes Claros à cidade de Montes Claros. De acordo com Pereira, “a festa do Centenário possuía dois propósitos estreitamente relacionados: o primeiro, reunir as forças políticas locais para reivindicar investimentos do Estado no município; o segundo, apresentar uma Montes Claros nova, moderna, próspera e sem conflitos políticos” (2002, p. 55). Aliás, os conflitos políticos locais começavam a ser vistos, naquele momento, como um fator de impedimento para a vinda dos objetos e dos equipamentos do progresso e do desenvolvimento para a cidade. Ilustrando tais conflitos, vale a pena transcrever uma matéria publicada pelo *Jornal de Montes Claros*, em 27 de fevereiro de 1955, sob o título de “Nódoa da Câmara”:

A atitude de alguns vereadores pessedistas que na última reunião da Câmara, investiram contra o pedido feito no sentido de ser chamado e ouvido o concessionário do serviço telefônico municipal, dá bem a medida da elevação de propósitos (!) desses senhores. Existe, já feito, um pedido de aparelhos telefônicos automáticos e de um centro que, com a capacidade inicial de 600, poderá alcançar 9.000 telefones se necessário for. O pedido está encravado na SUMOC, senão que, pedidos feitos posteriormente por concessionários de outros municípios foram atendidos. Atendidos porque? Simplesmente porque as autoridades municipais, PRINCIPALMENTE A CÂMARA MUNICIPAL, telegrafaram ao presidente da república pedindo que fosse dada a licença para a importação. Agora pergunta-se: o que se pediu à Câmara? Dinheiro? O brilho da inteligência desses dois vereadores que condenam o pedido? Algum sacrifício? Não, apenas isto: pediu-se à Câmara para ouvir pessoalmente o concessionário e obter informações que possam ajudar a solução desse problema que é a falta de telefone urbano e interurbano. E porque esses vereadores contrariaram tal pedido? Seriam eles de um partido diferente do vereador Benoni Mota que está, corajosamente, ao lado de seu companheiro Cândido Canela, procurando defender os interesses do povo montesclarenses? Não. Seriam eles receptáculos de estupidez tamanha que não compreendem a urgência e necessidade que o município tem, de melhorar a prestação desse serviço de utilidade pública? Também não. O que os move é apenas e simplesmente a conseqüência de um raquitismo que não os deixa ver o ridículo da atitude que assumiram, apenas para contrariar um companheiro que está procurando agir com independência nos assuntos que não envolve o interesse político e sim administrativo. Infelizmente há ainda produtos dessa política que despreza os valores mais elevados e conseguem essa vitória fácil, que é a de se colocar à frente de grupos de opinião fraca. Ninguém pode lhes pedir que se envergonhem de sua atitude e pensem mais e melhor no interesse coletivo. Eles têm o seu próprio interesse, que os põem sempre de cabeça baixa, sem a possibilidade de ver o que se passa mais acima... Resta a esses outros vereadores, bem intencionados e de melhor formação, procurarem cortar a influência nefasta de alguns companheiros de bancada e, se preciso, unirem-se aos vereadores de outras correntes, para aprovar essas medidas simples que podem beneficiar a cidade. Tudo que se disse para refutar o pedido de audiência do concessionário da telefonia é inverdade ou exagero. Há mais de um ano que o senhor Hildebrando Mendes procura ser ouvido pela Câmara, sem conseguir que os novos vereadores tomem as medidas necessárias para que ele consiga essa coisa tão difícil. A Câmara não deve manchar-se com tão pouca nódoa (...) (JORNAL DE MONTES CLAROS, apud. GUIMARÃES, 1997, p. 101-2)

Destarte, a conciliação política, especialmente dentro do PSD, foi uma exigência de JK para garantir os investimentos na cidade. Notamos aí, uma das desestruturações / reestruturações decorrentes do desenvolvimento: o advento de um pacto social que unirá horizontalmente as elites da cidade e da região, rompendo a antiga solidariedade que pautava a relação entre os grandes proprietários e a sua massa de agregados e parceiros. E isso já se prenunciava anteriormente com a criação, em 21 de junho de 1944, da Sociedade Agropecuária de Montes Claros, sob a liderança do pecuarista Geraldo Ataíde. A Sociedade



Agropecuária foi uma iniciativa das elites locais no sentido de garantir a sua posição hegemônica no nível regional em face das desestruturações operadas pelo desenvolvimento por que elas se debatiam. A horizontalidade nas relações dessa sociedade demonstrava o rompimento das relações de solidariedade vertical pré-existente. Essa situação é ilustrada por Paula, quando o memorialista nos diz, “É pensamento dos pecuaristas de Montes Claros organizar anualmente uma exposição regional de animais; e para obter os favores do governo federal, a Sociedade Agropecuária de Montes Claros, a 20 de fevereiro de 1951, passou a denominar-se **Associação Rural de Montes Claros** (grifo do autor)” (1978, p. 215).

A festa do Centenário foi, de acordo com Pereira, uma “tradição inventada” (2002, p. 49). E essa tradição inventada inscreve-se no corpo do processo mais amplo das novas necessidades com que se deparava o mundo capitalista após a Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento apareceu numa perspectiva de igualdade e de direito de todos os povos ou, como estamos defendendo neste trabalho, como uma obrigação. Nessa festa, ficava bem clara a forja de um novo discurso fundante da cidade, o discurso da cidade “oficina do progresso”. O que se buscava com esse novo discurso era a conquista de um lugar para a cidade no mapa do mundo desenvolvido. Se a busca do progresso, até aqui, era uma questão de inserção no mundo civilizado e ocorria a partir, principalmente, de ações privadas, agora o progresso e o desenvolvimento passam a ser vistos como uma obrigação, como inquestionáveis, quase que como uma religião. A presença de equipamentos urbanos e dos objetos técnicos passa então a seguir essa nova visão. Intensifica-se a sua busca, bem como se intensifica sua presença. Mesmo que eles não signifiquem muita coisa para a população local, sua presença passa a funcionar simbolicamente como uma representação do desenvolvimento. A cidade agora tem que ter asfalto; esgoto; água tratada; energia elétrica; rodovias; rede de televisão. Deve estar conectada por meios mais rápidos e modernos com as cidades mais

cosmopolitas. E esses objetos, bem como a conexão com os centros mais dinâmicos do mundo capitalista, passam a dizer à população que eles são o desenvolvimento. Estar sem eles, é estar no passado, no arcaísmo, na pobreza e no mundo não civilizado.

A frustração presente na cidade quando do não cumprimento, pelo governo estadual, em 1952, nem mesmo de uma solução provisória para o problema da energia elétrica e os reclames da insuficiência do sistema de transportes para a comercialização da produção local, acabaram por unir horizontalmente as elites locais na busca desses benefícios para elas mesmas. O fato é que a cidade passa a empreender seus esforços na busca de favores, tanto do governo estadual quanto do federal, para efetivar os sonhos do desenvolvimento que agora se apresenta como uma obrigação. Já na festa do centenário, para representar a cidade como vocacionada para o desenvolvimento, foram efetuados inúmeros “melhoramentos urbanos”. Pereira afirma que

a Prefeitura desenvolveu um ousado serviço de embelezamento urbano para as festividades do Centenário. Em outubro de 1956, ainda na gestão de João Ferreira Pimenta, foi iniciado o calçamento do centro da cidade. Com o pedido de licença de João F. Pimenta, o presidente da Câmara, o advogado e internista Geraldo Ataíde (PSD), ex-Deputado Estadual e ex-presidente da Associação Rural por vários mandatos, assumiu a chefia do executivo. O ‘Prefeito do Centenário’, como ficou conhecido, nomeou o engenheiro Joaquim José da Costa Júnior com o fim exclusivo de coordenar as ‘obras do Centenário’. Essa nomeação tinha significados maiores que os aspectos técnicos. Costa Júnior fora engenheiro da Prefeitura no mandato de Antônio Teixeira de Carvalho, vulgo ‘Dr. Santos’, nos anos 1937-1942. ‘Dr. Santos’ faleceu em 1942 e transformou-se em um símbolo de ‘progresso’ e ‘modernidade’. Durante sua gestão, foram ampliados os serviços de abastecimento d’água, construída a Praça de Esportes e realizados vários serviços de embelezamento urbano. Costa Júnior encarnava o mito Dr. Santos, ‘evocava a memória do realizador, urbanista e modernizador’, conforme o *Gazeta do Norte* (2002, p. 56).

Abaixo reproduzimos a letra de uma música composta por Luiz de Paula, empresário do setor têxtil. Sua música é considerada a música oficial do Centenário da cidade e chama-se, exatamente, “Montes Claros Vovó Centenária”. Nela, o espírito que cercou aquele acontecimento fica muito bem demonstrado:

### Montes Claros Vovó Centenária

*Luiz de Paula*

Montes Claros, vovó centenária	
Tu estás tão bonita de vestido novo	Eu relembro teu nobre passado
Vê tuas ruas, vê tuas igrejas	De lutas e glórias e tantas belezas
Olha só a alegria do povo	Teu luar, tuas serenatas
	E o labor dos teus filhos
	Criando riquezas

E os Morrinhos, com a capelinha	
Onde minha mãezinha	Montes Claros, esta imensa saudade
Rezava orações	Que minha alma invade
E onde à noite os teus poetas cantores	Nos íntimos refolhos
Falavam de amores em ternas canções	Minha terra está o meu canto
	E perdoa este pranto
	Que cai dos meus olhos

Na canção de Luiz de Paula, composta exatamente para a festa do centenário de Montes Claros, notamos, ao mesmo tempo, a euforia com a “reformulação” do espaço urbano: “Tu estás tão bonita de vestido novo”, e a reminiscência em relação à antiga cidade, num prenúncio de que o progresso a faria desaparecer: “Montes Claros, esta imensa saudade”.

Desde então, a busca dos símbolos do desenvolvimento pautará os planos e as ações do governo municipal. A cultura local será, mais que nunca, representada como símbolo de atraso. As obras urbanas e a busca de determinados serviços demonstraram bem isso. Reportando às ações da Câmara Municipal, nessa busca pelo progresso, em 1955, Guimarães assinala:

A nossa energia elétrica era um drama político. A barragem de Santa Marta e os grupos geradores trazidos pelo Governo de Juscelino Kubitschek, já não atendiam a demanda que crescia assustadoramente. O sonho agora era outro: o caldaloso e bonito Rio Congonhas, no Município de Grão Mogol. Segundo estudos desenvolvidos pela empresa Techint, com sede em Belo Horizonte, a hidroelétrica a ser construída naquele local seria a redenção da cidade de Montes Claros e várias outras localidades vizinhas. Entusiasmada, a Câmara mandou o vereador Jader Dias de Figueiredo, os com (sic) estudos debaixo do braço, procurar o Deputado Plínio Ribeiro no Congresso Nacional, para, juntos, se encontrarem com o Dr. Aristóbulo Cedevilha Rocha, Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, afim de apresentarem o projeto que seria a redenção do sistema energético para o Norte de Minas. Lá, fixado na parede, se deslumbraram com outro sonho: a barragem de Três Marias. Congonhas era mais perto e mais viável. Mas foi o grandioso projeto do Presidente Juscelino o que vingou e consolidou o fornecimento de energia para todo o Norte de Minas (1997, p. 104)

Serão várias as deliberações da Câmara dos vereadores e ações do executivo municipal, que, a partir daí, buscavam dar à cidade a imagem do progresso e do desenvolvimento. Lutas homéricas em busca dos recursos e investimentos que viabilizassem o desenvolvimento na cidade serão travadas pelas lideranças políticas locais. Na carência de recursos locais para investimentos de tamanho porte, passa-se a pensar a boa política como a capacidade de galgar junto aos governos estadual e federal, bem como junto às grandes empresas, aqueles investimentos e recursos. Administrar o município passa ser sinônimo de ter essa capacidade. O fato é que Montes Claros, desde então, vai deixando, cada vez mais, de ser uma cidade sertaneja e ganhando as imagens e representações do cosmopolitismo. Por outro lado, as formas de reprodução material e imaterial da vida pré-existente, nessa nova era do “progresso”, serão representadas como símbolos de atraso, de pobreza e de miséria. Assim, o que estava antes do desenvolvimento tende, quase sem que se perceba, a ser apagado, esquecido ou escondido para dar lugar às representações do mundo desenvolvido. O espaço urbano é reformulado para acomodar os objetos técnicos e os equipamentos urbanos que aparecem com a aura do progresso. As ruas e as vias urbanas passam a atender à necessidade de circulação de mercadorias e pessoas – que passam a serem vistas como consumidores. O automóvel toma o lugar do homem. Os “embelezamentos” urbanos seguem a lógica da cópia, a cidade tem de se aproximar da aparência das grandes metrópoles do mundo desenvolvido. A velha cidade antiga é vista, desde então, como nos mostra Guimarães como

“a cidade da fedentina”. As redes de esgotamento sanitário exalam um cheiro nauseabundo e nuvens de pernilongos tiravam o sono da população. Vários Vereadores reclamavam da sujeira e do acúmulo de lixo pelos diversos logradouros públicos da cidade. O viaduto da Central do Brasil, no início da Rua Cel. Joaquim Costa, se tornara um cemitério de galinhas, gatos e cachorros, segundo o vereador Pedro Sant’ana. As barocas da rua João Pinheiro, entre as ruas General Carneiro e Corrêa Machado, a que atravessava as ruas Dom Pedro II, Rui Barbosa e dava no lugar onde se acampavam os tropeiros, vinda dos fundos da Cooperativa, traziam transtornos à população que, insistentemente, reivindica melhorias através de seus representantes legais na Câmara Municipal de Montes Claros (1997, p. 107).

Enfim, a busca dos objetos técnicos e dos equipamentos urbanos, bem como do desenvolvimento, são agora obrigações inexoráveis. Tudo é legítimo, desde que aqueles objetos e equipamentos estejam garantidos. Resta à cidade a instalação do que falta para completar a sua imagem de desenvolvida: asfalto; rede de esgoto; alargamento das ruas para acomodar os automóveis em movimento; lojas e espaços comerciais mais modernos; indústrias de grande porte; ligações mais rápidas com o Centro-Sul; meios de comunicação mais avançados; uma universidade. A cidade tenta, então, apagar seus símbolos sertanejos. Deixá-los à vista tornou-se um motivo de vergonha.

### **O Plano Diretor de 1969 e o desenvolvimento como obrigação**

Analisando o Plano Diretor de Montes Claros, encomendado pelo então Prefeito de Montes Claros Antônio Lafeté Rebello, em 1969 e concluído em 1970<sup>17</sup>. Nele observamos várias questões levantadas ao longo desta dissertação, quais sejam: a visão do desenvolvimento como obrigação; a busca dos equipamentos urbanos e dos objetos técnicos, principalmente pela sua função simbólica da representação do progresso e do desenvolvimento; a operacionalização do discurso fundante da cidade que a apresenta como a cidade central da região, vocacionada para o desenvolvimento e este, por sua vez, como temos colocado, como um agente solvente das culturas, conhecimentos e lógicas locais. Enfim, com a análise desse Plano Diretor, visualizaremos a manifestação das fábulas e das metáforas do desenvolvimento na cidade de Montes Claros.

O Plano Diretor de Montes Claros concluído em 1970, de acordo com a equipe elaboradora, já na introdução procurava pensar o planejamento urbano “mais com o caráter de

---

<sup>17</sup> O Plano Diretor de Montes Claros 1969/70, administração Antônio Lafeté Rabelo está disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Montes Claros.

estratégia do que disciplina urbana” e buscava pequenas transformações a curto prazo, que fossem capazes de “induzir alterações cumulativas no futuro” (introdução). Pensava-se o Plano como um instrumento de orientação técnica, que fortaleceria a capacidade de decisão política que instrumentalizaria o poder público municipal com “condições especiais de desenvolvimento às funções urbanas” (idem). Segundo os elaboradores, “O plano consta de: diretrizes e leis que fixam a política global de desenvolvimento urbano, a médio e longo prazo, tendo em vista os anseios da população e os objetivos da comunidade; um relacionamento de prioridades que visa orientar a ação da municipalidade, fornecendo subsídios à elaboração dos orçamentos anuais e pluri-anuais” (idem, ibidem). O plano menciona pequenas transformações de curto prazo, capazes de induzir alterações cumulativas no futuro. Mas que transformações eram essas? O que deveria ser transformado? E transformado em que?

Ainda em sua introdução, ao tentar descrever a cidade de Montes Claros, o Plano tenta dar conta dos equipamentos urbanos presentes na cidade. Como já dissemos ao longo deste trabalho, aqueles equipamentos representam e discursam em favor do desenvolvimento. Assim, a cidade tentava se mostrar como vocacionada para o progresso, procurando sempre vislumbrar a presença daqueles equipamentos no seu espaço. Tê-los passou a ser símbolo de que a cidade estaria, pelo menos, se desenvolvendo. Prenunciava-se, na introdução do Plano, grande preocupação com a circulação e com as conexões espaciais, e com a polaridade que deveria ser exercida por Montes Claros na rede urbana. Ocorre, então, uma tentativa de informar sobre as vias de circulação, tanto internas ao meio urbano, quanto externas, que conectavam a cidade aos grandes centros e à sua área de influência. No capítulo preliminar, que esboça um histórico da cidade, somos informados de que

o desenvolvimento e o crescimento acelerado de certa maneira são recentes, posteriores às linhas férreas que favoreceram o êxodo regional. O desenvolvimento não advém apenas da importância da cidade como centro comercial e agrícola. Outros fatores devem ter também contribuído, entre eles nos primeiros lugares o fácil acesso, o sítio amplo e plano, a industrialização incipiente, a facilidade de assistência médica e social (p. 6).

O Plano tratará de vários pontos relativos ao espaço urbano, apresentando, como argumentos de auto-justificação, aspectos como a evolução demográfica da cidade, insinuando em seu discurso a aceleração do crescimento demográfico como um fator que dá à cidade o direito ao planejamento urbano. Aliás, o crescimento demográfico tem sido, até hoje, colocado como um parâmetro de mensuração para o crescimento das cidades e apresentado como argumento para a solicitação de verbas e investimentos públicos e privados.

Assim, não surpreende que, nesse Plano encontremos o crescimento demográfico apontado como um fator que alterou a ocupação espacial da cidade. No capítulo referente à evolução urbana, afirma-se que, “correspondendo no tempo a essa evolução demográfica, observa-se a evolução da ocupação do sítio pelo organismo urbano” (p. 8). Contudo, nesse quesito, o espaço urbano é apresentado como resultado de uma expansão desordenada da mancha urbana e, diante disso, necessitado de ordenação espacial. De acordo com o Plano, “o período mais recente da evolução urbana apresenta uma ocupação territorial extensa, devido à proliferação indiscriminada de loteamentos que estendeu a cidade sem nenhum critério” (idem). Devemos lembrar, como dissemos no primeiro capítulo desta dissertação, essa ordenação que se busca, está relacionada à concepção positivista, advinda da Europa, de que ordem é pré-condição para o progresso.

Ao estabelecer critérios para esboçar um zoneamento na cidade, cada zona existente foi chamada de “conjuntos homogêneos”. Os critérios adotados foram: densidade demográfica; uso do solo urbano; grau de instrução da população; tipo e categoria econômica das edificações existentes; nível profissional da população e equipamento infra-estrutural. A

partir de então, pensou-se o seguinte zoneamento: áreas centrais, divididas em “área A” para as zonas residenciais e “área B” para as zonas comerciais; áreas de transição; áreas periféricas e áreas sub-normais. Também foi apontada a distribuição da população por essas “áreas homogêneas”. Pelo Plano, a população estava assim distribuída: 20 Hab/ha na área central A, 110/ha na área central B e 101/ha na área central principal.

Aspecto notável e tratado pelo Plano é o da atomização do espaço urbano. Em Montes Claros, os bairros não se conectavam ou eram precariamente conectados; estavam pulverizados no espaço, quase que sem contatos uns com os outros e com as áreas centrais. Isso se deve a questões geográficas, sócio-histórico-culturais e econômicas. Além de ser a área central delimitada por vários rios e córregos, devido à carência de pontes e de vias de acesso, os bairros estavam desconexos e eram, em sua maioria, formados por imigrantes advindos da área de influência de Montes Claros. Esses imigrantes acabavam por se estabelecer nos bairros situados geograficamente na direção espacial de sua cidade de origem. Assim, por exemplo, o Bairro Santos Reis recebia a população que vinha do Norte (Januária, São Romão e Brasília de Minas entre, outras cidades); o Major Prates, a que vinha do Leste (Pirapora, Claro dos Poções, Jequitái e outras.). Esses fenômenos demarcavam uma espacialização bem definida e davam à cidade um aspecto espacial atomizado. Tal atomização relacionou-se também à questão social. De acordo com o Plano, “a população mais favorecida econômica e culturalmente está no centro da cidade, em certas áreas a que chamamos de transição, e também principalmente aquela parte da zona ‘A’, próxima da Escola Normal<sup>18</sup>” (p. 21). É óbvio que a população de menores condições econômicas se situava nos bairros mais afastados e quase que desconectados da região central. Como assinalado no Plano,

---

<sup>18</sup> A Escola Normal, à época, ainda funcionava em um casarão na parte antiga da cidade, onde esteve, logo depois, instalada a Fafil – Faculdade de Filosofia e Letras. Hoje, o casarão está muito deteriorado, abandonado e ameaçado de desabamento.



“crescimento periférico das áreas residenciais deve-se à procura, pela população de baixa e média renda, de terrenos de baixo custo geralmente localizados na franja urbano-rural de contorno da aglomeração, desprovidos de serviço público” (p. 38).

É interessante pontuar que, mesmo tendo caracterizado essa população dos bairros como uma população que tem “um nível de vida baixíssimo e vive marginalizada dos fluxos econômicos, não gera riqueza porque, ou não tem renda, ou a renda é muito baixa e, por isso não consome, não circula riqueza” (p. 28), os estudos do Plano Diretor detectaram: “Por incrível que pareça, a mortalidade infantil em Montes Claros se situa na taxa comparável à dos países desenvolvidos: 10,28 por mil” (p. 32). Essas informações permitem-nos lembrar que uma vida relativamente desmonetariada e também relativamente desconectada do mercado e dos padrões da economia capitalista, não é necessariamente uma vida miserável. No contexto da desconexão e do amonetarismo, a população cria outras estratégias de sobrevivência que, em alguns casos, a despeito da ausência de riqueza, na perspectiva capitalista, pode garantir às pessoas a satisfação de algumas necessidades que o mercado capitalista não consegue garantir.

Também observamos no Plano a pretensão de operacionalização da vocação de Montes Claros para a centralidade regional e isto foi apresentado como argumento justificador da necessidade do planejamento urbano, agora abordando a importância da cidade no contexto do Estado. De acordo com o Plano, o comércio da cidade

poderá ser incrementado mais ainda, se as perspectivas de proposições preliminares do Governo do Estado, através de seu Conselho Estadual de desenvolvimento, conseguir implantar uma política que é a pretendida – de consolidar o pólo de Montes Claros – a fim de conseguir um desenvolvimento equilibrado no Estado e evitar tensões na metrópole regional que é Belo Horizonte (p. 35).

Aqui, o que o Plano parece vislumbrar é que, para garantir um desenvolvimento mais equilibrado em nível estadual, Montes Claros, na rede, deveria cumprir um papel de contenção dos fluxos migratórios, como um escudo que protegeria a capital do Estado de uma migração acima das suas possibilidades. Ainda de acordo com o Plano, “êsse incremento será muito mais significativo se, ao lado disso, a SUDENE intensificar o financiamento a emprêsas de pequeno, médio e grande porte no polígono mineiro de que Montes Claros é a cidade mais significativa” (idem.).

Qualificando os padrões das habitações, com base na área construída e estado de conservação, os elaboradores do Plano Diretor concluíram que, “86% das edificações residenciais são de padrões baixos e sub-habitação” (p. 40) e apontaram o tipo de desenvolvimento que vinha e continuaria ocorrendo na cidade como o causador desta situação. Para eles,

o problema do favelamento tende a se agravar. Pode-se esperar que, com a industrialização, surjam inúmeros focos de favelas aliados a sub-habitações nos bairros com loteamento normal, como já ocorre no maracanã, São Judas Tadeu, Tabajaras, Esplanada, Nôvo Horizonte, Cintra e outros. É difícil qualquer medida para impedir o favelamento intensivo, considerando que a população teve experiência em favelas, quer em mocambos do Nordeste, quer ainda nas favelas do sul – São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. Construção de abrigos ou mesmo a vigilância não resolverão o problema. Acresce ainda que as famílias já acostumadas às favelas não se sentirão estimuladas à compra de terreno e nem terão facilidade de adquiri-los. É importantíssimo, que a rêde de alfabetização esteja sempre com um superávit de vagas, além da criação urgente de cursos profissionais de nível médio e de treinamento intensivo de mão de obra. Não é de crer, entretanto, que tôdas essas medidas resolvam o problema. Enquanto houver migrações de favelados, de fome, de sêca, ou de penúria, existirão tentativas de favelamento e Montes Claros, agora mais do que antes, tende a ter focos de favelas (p. 41).

A partir do trecho acima citado, podemos observar mais uma metáfora do desenvolvimento. Ele é aceito e buscado como obrigação e os problemas dele advindos são vistos como um mal necessário; um preço que todos devem estar dispostos a pagar. A cidade, ao receber o seu sistema de objetos, se representa como desenvolvida, afinal de contas, apesar

da consciência do problema da “favelização”, o que os planejadores do desenvolvimento estão, com a elaboração do Plano Diretor, é tentando apontar diretrizes para um desenvolvimento mais equilibrado e ordenado da cidade. Ou seja, o desenvolvimento é visto como uma obrigação e o que o planejamento urbano deve fazer é estabelecer o controle, no espaço urbano, das contradições e conflitos dele advindas.

O crescimento do comércio e conseqüentemente do fluxo de pessoas e de veículos no centro da cidade foi apontado também como um gerador de demanda do planejamento urbano. O crescimento do comércio, por si só, é representado como sinal de desenvolvimento, portanto, ele não deve ser impedido, nada deve dificultá-lo, pelo contrário, tem-se que buscar cada vez mais o seu crescimento. Assim, o espaço urbano deve ser reordenado para atender às necessidades de circulação que ele exige. De acordo com o Plano,

o aumento do fluxo de pedestres e a crescente demanda de áreas para carga e descarga e estacionamento de veículos, estão clamando por espaços mais amplos e adequados. A recente adoção da mão direcional única para o tráfego de veículos veio amenizar em parte os conflitos, mas efetivamente, o problema continua desafiando a ação do poder público. Como a reciprocidade de atração entre comércio e circulação é uma constante, essa estrutura viária acanhada somada ao crescimento do comércio montesclareense e à não regulamentação adequada do uso do solo, torna a cada dia mais agudo o problema de funcionamento do sistema comercial-administrativo da cidade (p. 42).

Quanto à industrialização, a despeito dos problemas dela advindos, como o do êxodo rural, que o próprio plano apontou como uma possibilidade por ela potencializada, aparece como um requisito para garantir o desenvolvimento da cidade. Em seus estudos preliminares, os elaboradores do Plano detectaram a existência de “um parque industrial razoavelmente (sic) diversificado” (p. 47) e, em alguns casos, atendendo demandas do mercado nacional. Porém, apontaram para sua pequena capacidade de geração de emprego. É claro que aí estavam pensando na reespecialização da cidade como forma torná-la mais adequada à atração e recepção de indústrias mais modernas e com maior capacidade de ocupação de mão-

de-obra. Os estudos realizados para a elaboração do plano detectaram ainda que a alocação espacial das indústrias, muitas delas localizadas no núcleo urbano central, mas com uma tendência de ocuparem a zona norte da cidade – saída para Januária e margeando a estrada de ferro – estavam espacilmente dispersas. Para os elaboradores do Plano, essa dispersão colocava algumas indústrias “em situação conflitante com outras funções próprias do conjunto urbanizado” (p. 48). Observando esse quadro, eles diagnosticaram outros problemas advindos da industrialização, além do êxodo rural, a maioria deles de caráter ambiental ou relativo à circulação, e concluíram que o planejamento urbano poderia ser a forma de minimizar tais problemas. Para eles,

com os incentivos de ordem fiscal oferecidos aos investidores, a cidade apresenta condições susceptíveis de acarretar um rápido desenvolvimento industrial. Aumentadas assim as possibilidades de atração de mão de obra especializada, aliados à continuação previsível do êxodo rural, a municipalidade se capacitou de que o equacionamento e a solução dos problemas gerados pela instalação em massa de indústrias só seria possível a partir da elaboração de um plano específico, suficientemente objetivo, onde os aspectos econômicos, sociais e físicos estivessem, na medida do possível, focalizados e compatibilizados (p. 49).

Seja como for, planejado ou não, a conformação do espaço urbano em Montes Claros é entendida como um elemento que dificulta ou estimula o desenvolvimento e a dinamização das relações mercadológicas. O desenvolvimento aparece então como uma obrigação inexorável. A cidade deve esquecer seu passado e se readequar para receber os investimentos que garantam seu desenvolvimento e a consolidação do seu lugar no mundo civilizado. Seu espaço deve ser transformado em favor de tudo isso, mas agora para representar o moderno, o desenvolvido. Assim, as lógicas e a cultura local dão lugar às lógicas do ocidente capitalista. Como outros lugares, ao se preparar para receber os símbolos do progresso, a cidade esquece de si mesma, passa a se pretender cosmopolita e a colocar em seu espaço todos os objetos técnicos que a representem como tal. Mesmo suas relações sociais serão alteradas em favor de

tal intenção. As relações horizontais e a igualdade que pautavam suas relações sociais, antes da sua inserção, através da conexão com a rede urbana do Centro-Sul, a um mercado global, darão lugar a relações verticalizadas, pautadas pelas lógicas do mercado e do capitalismo. Em sua vertente espacial, a cidade seguirá também essa lógica e passará a se preparar para receber os investimentos externos como garantia do seu desenvolvimento. As atividades monetárias tomam lugar da produção para a subsistência e seus habitantes se tornam cada vez mais dependentes do mercado, obrigados a produzir valor de troca e readequar seu tempo e sua vida na busca do dinheiro, numa competição típica do sistema capitalista, que vai tornando as relações humanas cada vez mais sufocantes. Quanto aos objetos técnicos, eles se tornam cada vez mais presentes no espaço, relayoutizando-o e simbolizando o desenvolvimento.

Enfim, o desenvolvimento assumiu de vez, a partir da conexão da cidade à rede urbana do Centro-Sul, seu caráter de obrigatoriedade. Inquestionado, ele funciona quase como uma religião. Falar contra ele é como cometer uma heresia. Boa administração pública passa a ser sinônimo de viabilizá-lo e, como ele é baseado em parâmetros externos, o local passa a ser representado como atraso e não-civilização, ficando assim, passível de esquecimento, quando não, até mesmo de remoção. Ser desenvolvido é ser como as cidades da Europa ou como as grandes metrópoles brasileiras.

O que colocamos nessa dissertação pode até parecer uma manifestação contra o desenvolvimento. Mas, ao contrário, o que questionamos é o tipo de desenvolvimento que vem ocorrendo: o desenvolvimento pautado nos constructos sociais, econômicos, políticos e culturais hegemônicos no ocidente. Entendemos que os saberes e os fazeres, as lógicas, os conhecimentos e a cultura local podem gerar desenvolvimento. Talvez não o desenvolvimento como ele é entendido a partir da visão predominante no mundo ocidental, mas um desenvolvimento que garanta às pessoas uma posição de agente e das suas lógicas,

conhecimentos e técnicas como elementos geradores de uma vida melhor e de um crescimento econômico mais equilibrado e voltado para os interesses das pessoas que vivem no local. A presença dos objetos técnicos, simbolizadores do desenvolvimento, terá uma função desestruturante / reestruturante e, na maioria das vezes, um papel muito mais desarticulador e criador de contradições novas do que, como se pretende, de efetivador de melhorias na qualidade de vida da população. E é esse caráter simbólico dos objetos técnicos e do desenvolvimento que chamamos, no contexto desta dissertação, de fábulas e metáforas.

## Conclusão

Trabalhamos, nessa dissertação, com a tese de que o desenvolvimento tem tido o caráter de uma “nova religião da modernidade” como nos disse Gilbert Rist e de que ele aparece, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, como obrigação, um fim almejado e que deve ser o objetivo de todos os povos que se pretendam civilizados. Porém, o desenvolvimento que tem sido operado em escala planetária insere-se no escopo de uma dada civilização, ou seja, apresenta-se como o que uma determinada civilização, a saber, a civilização ocidental, que tem sua espisteme baseada na racionalidade-científica, no individualismo e no mercado, entende como desenvolvimento. Enfim, é uma proposta de mão única que, por assim ser, não considera em seus projetos as culturas e o conhecimento local. A desconsideração do conhecimento local nos projetos de desenvolvimento acaba então por atuar como um agente apagador de tal conhecimento.

Ressaltamos, ao longo do trabalho, que esta visão de desenvolvimento é a visão hegemônica no mundo ocidental, o que significa dizer que não é uma visão única e sim a visão hegemônica. O fato é que os lugares considerados não-desenvolvidos acabam por persegui-lo como ele é proposto no pensamento hegemônico do ocidente e assim relegam à condição de atrasados, subdesenvolvidos e até mesmo de não civilizados os seus próprios conhecimentos e cultura.

Outro aspecto do desenvolvimento que abordamos é o de que ele tem sido, na maioria das vezes mensurado a partir dos índices de crescimento econômico, industrialização e urbanização e, a partir da década de 1970, pelos índices do chamado desenvolvimento social e humano. Contudo, quase todos os critérios de mensuração baseiam-se em aspectos que tipificam o mundo ocidental e entre eles podemos destacar os objetos e equipamentos urbanos já que ser desenvolvido tem sido sinônimo da presença daqueles objetos e daqueles equipamentos o que se reflete na composição do layout espacial dos lugares que recebem o desenvolvimento. As cidades, para se apresentarem como desenvolvidas, tem de ter água

tratada, universidades, serviços urbanos, espaço disciplinado, circulação, meios de comunicação e outros. Porém, esses equipamentos urbanos são concebidos à semelhança do que se entende como mais eficiente e melhor no mundo ocidental, ou seja, a partir das técnicas e das lógicas do ocidente como produtos da ciência e como mercadorias que de fato têm, cada vez mais, transformado e se feito presentes no espaço na medida em que o desenvolvimento ocorre. Representados como símbolos de pertença ao mundo desenvolvido, a presença de tais objetos e equipamentos, bem como o próprio desenvolvimento, passam então a ter seu caráter atual de obrigação.

Este fenômeno se manifestou no Norte de Minas Gerais, especialmente após a chegada da ferrovia em 1926 que finalmente conectou, de forma mais efetiva e regular, esta região ao Centro-Sul do Brasil onde os elementos da civilização ocidental européia já se manifestavam com mais intensidade. A idéia de progresso e de civilização entendida como aproximação da Europa é anterior à chegada da ferrovia à região. Porém, foi com a sua chegada que esta busca de aproximação se intensificou para ganhar, a partir da década de 1950, o seu caráter atual de obrigação.

O Norte de Minas, relativamente desconectado do Centro-Sul e do grande mercado capitalista de escala planetária, desde o período colonial adquiriu feições muito próprias do lugar e bastante autônomas em relação às construções de base racional-científica predominantes na Europa ocidental e na América do Norte. O conhecimento local foi então a base para o desenvolvimento de várias técnicas e lógicas tipificadoras da região que até os dias de hoje é considerada, em vários aspectos, diferente de outras regiões mais conectadas ao mundo ocidental como Minas Gerais do Sul e o Nordeste do litoral. A busca do desenvolvimento com o entende o mundo ocidental significará então, a transformação espacial, social e cultural da região em favor dos elementos simbolizadores do ocidente como



representação de progresso e, como consequência, a representação da cultura e dos conhecimentos locais como símbolo de atraso e de não progresso.

Assim, as elites políticas e econômicas do Norte de Minas, vislumbrando a Europa e os EUA como exemplos de lugares desenvolvidos, os tomaram como modelo e passaram a buscar neles os objetos e as estratégias de desenvolvimento. Notamos, ao longo deste trabalho, que desde o século 19 já eram buscados os objetos e equipamentos que dariam à região a imagem do progresso e que essa busca se intensificou a partir da chegada da ferrovia à cidade de Montes Claros em 1926. A partir daí o que percebemos foi a intensificação dessa busca como forma de inserir o Norte de Minas e, em especial a cidade de Montes Claros no chamado mundo desenvolvido. O desenvolvimento manifestou então a sua feição de obrigação. Estar contra ele passou a ser uma heresia já que ele começava a funcionar como “uma religião da modernidade” (RIST, 1997, p. 21).

Operado a partir dessa perspectiva o desenvolvimento então relegou ao esquecimento, ou mesmo apagou um sem número de conhecimentos, técnicas e lógicas desenvolvidas na região por muito tempo e configurou novas formas de reprodução material e imaterial da vida, ou seja, desestruturou / reestruturou o espaço, a cultura e vida local em favor de uma nova lógica advinda do mundo ocidental.

Disputas políticas em busca de recursos para realização de obras simbolizadoras e viabilizadoras do desenvolvimento, reordenamento e redisciplinarização do espaço e da vida social e cultural, enfim a busca do desenvolvimento se manifestando como obrigação, tornou-se um elemento definidor das ações governamentais na região que passou a se apresentar como pobre, inculta e atrasada, como precisando de ajuda para se desenvolver colocando-se assim, como objeto passivo das ações de desenvolvimento ou da expansão, a ele inerente, do mercado e do capital em primeira instância e da civilização ocidental em segunda.

## FONTES DE PESQUISA

Dados estatísticos, informações gerais e bibliografia disponíveis na Assembléia Legislativa de Minas gerais.

Dados relativos ao trabalho no Norte de Minas. Disponíveis na Sub-delegacia do Trabalho em Montes Claros.

Informações sócio-econômicas relativas à população migrante e fixada na periferia de Montes Claros. Disponíveis na Prefeitura de Montes Claros – Secretaria de Ação Social.

*Jornal de Notícias*. Coleção disponível na Biblioteca da Unimontes.

*Jornal do Norte*. Coleção disponível na Biblioteca da Unimontes.

*A Gazeta do Norte*. Disponível na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes (DPDOR) e nos arquivos da Câmara Municipal de Montes Claros.

Montes Claros, cidade em movimento. Jornal: *Hoje em Dia*. Publicação: nov. 2002, p. 1-50; Belo Horizonte: 2002: Encarte ilustrado.

Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. Documentos diversos.

PORTUGAL. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Manuscritos do Brasil – Livro 1, Riacho Fundo 23 de agosto de 1736. fl. 34. Fonte gentilmente cedida pelo Professor Luciano Figueiredo (UFMG). Os documentos originais encontram-se na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes (DPDOR).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, ESTADO DE MINAS GERAIS. Orçamento público

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO. Secretária de Cultura: documentos diversos.

Revista *Montes Claros em Foco*. Volumes disponíveis nas Bibliotecas da Universidade Estadual de Montes Claros e do Centro Cultural de Montes Claros.

SEBRAE: [www.sebrae.com.br/udl/grsertãomunicípios.htm](http://www.sebrae.com.br/udl/grsertãomunicípios.htm). Dados estatísticos relativos aos municípios do Norte de Minas.

SECRETARIA DE AGRICULTURA DE MINAS GERAIS – Zoneamento Agroclimático do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1980.

SEPLAN, Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Montes Claros – Geoprocessamento da urbanização e da ocupação do solo em Montes Claros. Disponível na Prefeitura de Montes Claros.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes (DPDOR).

## WEBSITES CONSULTADOS

- (<http://www.ibge.gov.br/>), IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- (<http://www.universiabrasil.net/materia/materia.jsp?materia=3846>). Site acessado em 07/08/2005.
- ([www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br)). Fundação João Pinheiro
- ([www.indi.mg.gov.br](http://www.indi.mg.gov.br)).
- ([http://www.fiec.org.br/artigos/competitividade/entrevista\\_celso\\_furtado.htm](http://www.fiec.org.br/artigos/competitividade/entrevista_celso_furtado.htm)). Site acessado em 23/05/2004
- (<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D053.htm>). Site acessado em 18/08/2006.
- (<http://www.casaruibarbosa.gov.br>). Site Consultado em 23/09/2005
- (<http://www.casadobruco.com.br/poesia/v/viscondetbio>). Site acessado em 26/10/2005
- ([http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes\\_HTM/1023\\_4.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes_HTM/1023_4.asp)). Site acessado em 12/09/2005
- (<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>). Site acessado em 04/03/2004.
- (<http://www.radiomoc.com.br/ft/default.asp?album=real>). Site acessado em 17/10/2005.
- ([http://www.geocities.com/central\\_do\\_brasil/2-mmapas.html](http://www.geocities.com/central_do_brasil/2-mmapas.html)). Site acessado em 18/10/2005.
- (<http://www.cederul.unizar.es/revista/n3>). Site acessado em 05/04/2004.
- (<http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/charter/index.htm>). Site acessado em 17/08/2006

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTOLINI, André e BONELLO, Yves-Henri. *Les Villes du Désir*. Paris: Éditions Galilée, 1994.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial 1500-1800*. São Paulo: Itatiaia, 2000. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Estudo Crítico. In: VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

———. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1988.

AZEVEDO, Carlos e ZAGO Jr, Guerino. *Do Tear ao Computador – As lutas pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora Política, 1988.

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. Trad. Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BASSIN, Mark. “Inventing Siberia: Visions of the Russian East in the Early Nineteenth Century”. In: BASSIN, Mark. *Imperial Visions: Nationalist Imagination and Geographical Expansion in the Russian Far East, 1840–1865*. Cambridge Studies in Historical Geography, number 29. New York: Cambridge University Press. 1999.

BASTIDE, Roger. *Brasil: Terra de Contrastes*. 3 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

BENJAMIN, César et al. *A opção brasileira*. Rio Janeiro: Contraponto, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

———. *Les Sens Pratique*. Paris: Éditions Minuit, 1982.

BURMEISTER, Hermam. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDOSO, Caetano José. *Lista de Várias Plantas e seus Produtos Medicinais, Indígenas da capitania de Minas Gerais*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1902.

CASTELLS, Manuel. *European Cities, the Informational Society, and the Global Economy*. *New Left Review*, n.204, March/April 1994.

CASTELNAU, Francisco. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2000.

CATORIADIS, C. *As Encruzilhadas do Labirinto*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Vol. II.

- CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e A Ditadura Militar*. São Paulo: Moderna, 1995.
- CINTRA, Antônio Octávio. HADDAD, Paulo Roberto. *Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- COMTE, Augusto. *Discurso Sobre o Espírito Positivo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores, vol. 33.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. São Paulo, Ática: 1989.
- . *Região e Organização espacial*. São Paulo: Ática. 1991.
- . *O espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1993.
- . *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos*. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999. Dissertação de Mestrado. Texto digitalizado.
- . *Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira*. In: *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Ano V, 2001, p. 99-122.
- . *Mineiros e Baianeiros: englobamento, exclusão e resistência*. Universidade de Brasília, 2003. Tese de Doutorado, Texto digitalizado.
- COUTO, José Vieira. *Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da Capitania de Minas Gerais, como são os mineiros e agricultores, e a maneira de os animar*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 25, n.8, 1862.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1998. Dissertação de Mestrado.
- LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: CAANM; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás: 2000.
- DAYRELL, Juarez Tarcísio et al. *Pelos Caminhos de Minas*. Belo Horizonte: O Lutador, 1993. Novos Caminhos, Estudos Sociais. 3a Série.
- DIAS, Fernando Correia. *A Imagem de Minas*. Ensaios de Sociologia Regional. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- DIEGUES Jr., Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.
- D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- DOWBOR, Ladislau. *Requisitos para um projeto de desenvolvimento local* Publicado originalmente como DICAS nº 53 em 1995. (<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D053.htm>.) Site acessado em 18/08/2005.

- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Viewing Society From The Periphery*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. *Brazilian Review of Social Sciences*, special issue, n. 1, October 2000, p. 7-24. Tradução livre.
- DULCI, Otávio Soares. *As Elites Mineiras e a Conciliação: a mineiridade como ideologia*. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez, 1984.
- . *Política e recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- DURÁN, Francisco Entrena. *La desterritorialización de las comunidades locales y su creciente consideración como unidades de desarrollo*. In: *Revista de desarrollo rural y cooperativismo agrário*. N. 3, 1999. <http://www.cederul.unizar.es/revista/n3>.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- . *As formas elementares da vida religiosa*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 volumes.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da família da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. [s. 1.], 1899.
- . *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.
- . *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais – Fundação João Pinheiro, 1996.
- ESCOBAR, Arturo. *Planejamento*. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-228.
- ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 56-93
- EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil, 1821-1829. Rio de Janeiro: Alumbamento/livroarte, 1998.
- FAGUNDES, G. e MARTINS, N. *Capítulos Sertanejos*. Belo Horizonte: Formato, 2002.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. tomo I (1983), tomo II (1987), Editora Brasiliense: São Paulo, Brasil, 1987.
- . (Org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERREIRA, Luís de Paula. *Aspectos do Desenvolvimento de Montes Claros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.
- . *Na Venda de meu Pai*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Contexto: São Paulo, 2000.
- FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica (orgs). *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- FURTADO, Bernardo Alves. *Minas Gerais: evolução dos limites municipais – uma análise exploratória*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2003. Dissertação de mestrado.
- FURTADO, Celso. *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- . *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- . *Rui e a crise financeira da Primeira República*. Conferência – 01/09/1999; CICLO DE CONFERÊNCIAS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 99 – CICLO RUI BARBOSA. ([http://www.casaruibarbosa.gov.br/rui\\_textos\\_r.html#SOBRE](http://www.casaruibarbosa.gov.br/rui_textos_r.html#SOBRE)) Site acessado em 16/07/2005.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Estudo Crítico*. In: COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- . *O Saber Local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIACOMONI, James. *Avaliação do programa de cidades intermediárias do Estado de Minas Gerais*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOMES, Arthur Jardim de Castro. *Água Quente ou Montezuma*. Belo Horizonte, Gráfica e Editora Cultura: 1987.
- GRAÇA, Ruth Tupinambá. *Montes Claros Era Assim*. Montes Claros: Gráfica e Editora Cultura, 1986.
- GRONENMEYER, M. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 112-161
- GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Montes Claros – 50 anos (1947-1997)*. Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim, 1997.
- HOBART, Mark. “Introduction: The Growth of Ignorance?” In: Hobart, M. (Ed.). *An Anthropological Critique of Development: The Growth of Ignorance*. New York & London: Routledge, 1997, p. 1-30.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- . *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

- . *Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII. Publicações do instituto de Administração*, São Paulo, n.29, p.3-23, jun.1948.
- . *Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1986.
- . *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FERREIRA, Pires Jurandyr (org). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. IBGE, Rio de Janeiro, 1960.
- IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- . *A crise de paradigmas na sociologia*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n° 13, jun.1990, p. 90-101.
- JAGUARIBE, Hélio. *Crise na República – 100 anos depois: Primeiro ou Quarto Mundo?* São Paulo, Thex Editora, 1993.
- JODELET, D. *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- KELLER, Vilma e LEMOS, Renato. CAMPOS, Roberto – *Verbetes Biográfico*. ([http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes\\_HTM/1023\\_4.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/Verbetes_HTM/1023_4.asp).) Site acessado em 12/09/2005.
- LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LESSA, Simone Narciso, *Trem de Ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Unicamp: Departamento de História. Dissertação de mestrado.
- LIMA Jr., Augusto de. *O sábio Joaquim Veloso de Miranda: apontamentos para a sua biografia*. In: *Revista de História e Arte*. Belo Horizonte, n.5, 1963.
- . *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- LISBOA, Abdênago; LISBOA, Apolo Heringer. *Octacilíada: uma odisséia no Norte de Minas*. Belo Horizonte: Canaã, 1992.
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Colonizador-Colonizado – uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.
- MAIA, Cláudia de Jesus. *Lugar e Trecho – Migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.
- MARTINS, F. Magalhães. *Delmiro Gouveia: Pioneiro e Nacionalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1976. Série Retrato do Brasil.
- MARX, Karl. *Formas anteriores a la producción capitalista*. In: *Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política – Grundrisse der Kritik der Polischen Okonomie*. Tomo 1, Madrid: Alberto Corazón, 1972.
- . *El Capital*, Libro 1 – Capítulo VI. Buenos Aires: Siglo XXI, 2ed. 1972.
- MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *O Patrimônio Histórico de Montes Claros*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2005.
- MAUSS, M. *A expressão obrigatória dos sentimentos*. IN: OLIVEIRA, R.(Org.). *Mauss: Antropologia. Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1979.



- MATA MACHADO, Bernardo Novais da. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MAWE, John. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Os Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 143-154.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/Projetos Globais – Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.
- . *Sobre representações sociais*. Trad. Clélia Nascimento Schulze. Núcleo de Psicologia Social, Departamento de Psicologia, UFSC, 1985.
- NAREDO, José Manuel. *La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*. 2. ed. Madrid: Siglo XXI, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, M. “Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira”. IN: *Revista de ciências humanas*. Curitiba: Editora da UFPR, n.7/8, 1999, p.173-193.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins et. al. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.
- OTTONI, José Eloi. *Memória sobre o estado actual da Capinã de Minas Gerais*. In: Anais da Biblioteca nacional, v. XXX, 1908.
- PACEY, Arnold. *La cultura de La tecnología*. Trad. Rogelio Ríos Herrán. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- PAULA, Hermes de. *Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Vol. 1.
- PENNA, Maura Lúcia. *O que Faz ser Nordestino: a Questão das Identidades Sociais e o Jogo de Reconhecimento no Caso Erundina*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. UFPb. João Pessoa, 1990.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *A Cidade do Favor – Montes Claros em Meados do Século XX*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.
- PEREIRA, Luiz (Org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1973.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PIERSON, Donald. *O Homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972. 3 volumes.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Gênese dos Povoados no Sertão*. In: *Antologia da Academia Montesclarensis de Letras*. Montes Claros: Comunicação, 1978.

- . *Raízes de Minas*. Montes Claros: Minas Gráfica, 1979.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação – as origens da nossa época*. 9. ed. São Paulo: Ed. Campus, 2000.
- PORTELA, Eulália, MENDES, Andréa e MOURA, Geraldo. *Planos Diretores Urbanos: limites dos instrumentos e desafio para a gestão urbana*. In: *Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social*. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/ Instituto Pólis/ Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD Rom)
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PREBISCH, Raúl. *La interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949*. Serie conmemorativa del XXV aniversario de la CEPAL, segunda edición, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina (CEPAL), 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977. Tomo 3, v. 1.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas Anãs do Sertão – o cerrado na história de Minas Gerais*. São Paulo: Autêntica, 2005.
- RIST, Gilbert. *The History of Development*. Londres: Zed Books, 1997.
- SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de Prouvençal. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2000.
- SANMARTÍN, José. *Tecnología y futuro humano*. Barcelona: Anthropos, 1990.
- SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.
- SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas*. Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.
- SANTOS, Milton. Milton. *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- . *A Natureza do espaço – técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- . *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1992.
- . *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- . SARRAUT, A. *Grandeur et Servitude Colinales*. Paris: 1931.
- SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. *Espaços do Sertão*. Brasília: Universidade de Brasília: Departamento de Antropologia, 1995. Dissertação de Mestrado.
- SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira*. Chorografia do Estado de Minas Gerais. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 2 Volumes.

- SILVA, José Joaquim da. *Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da história econômica do café*. São Paulo: 1938.
- . *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1937. 2 vols.
- SPINK, M. J. *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais*. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- SPIX, Johann Batist e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. v. 2.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Lembranças do Brasil*. Teoria, política, história e ficção em *Grande sertão, veredas*. Rio de Janeiro: Revan, UCAM, IUPERJ, 1999.
- SUÁREZ, Mireya. *Outrora e à Margem Daqui: O Discurso Civilizador*. In: *Fronteiras: espaços imaginados, lugares concretos*. Brasília: CEPPAC/UnB, 2001. Projeto de Pesquisa.
- TAUNAY, Alfred d'Escragnolle. *O encilhamento*. 1894.  
<http://www.casadobruzo.com.br/poesia/v/viscondetbio>. Site acessado em 26/10/2005
- TORRES, Luis José Godoes. *Preceitos, que se devem guardar na colheita das plantas medicinais, que se houverem de tirar nesta capitania*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, [s.n.], 1902.
- TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. 3.ed. New York: Dover Publications, 1996.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: s/e, 1900.
- . *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritarismo e Campesinato – Coleção Corpo e Alma do Brasil*. DIFEL: Rio de Janeiro, 1976.
- VELOSO, Antônio Augusto. *Chorografia Mineira – o Município de Montes Claros*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano II, 1897.
- VERGÈS, P. *Representações Sociais da Economia: uma forma de conhecimento*. In: JODELET, D. (Org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- VIANNA, Urbino de Sousa. *Bandeiras e Sertanistas Baianos*. São Paulo: Nacional, 1935. Coleção Brasileira, vol. 48.
- . *Montes Claros – breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Belo Horizonte: [s.n.], 1916.
- WELLS, James W. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas Através do Brasil – do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- WINNER, Langdon. *La ballena y el reactor*. Barcelona: Gedisa, 1987.
- ZARTH, Paulo Afonso et. al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.